

MÁRIO MESSAGI JÚNIOR

# **Diálogos em monólogo**

*Jornalismo impresso, linguagem e ideologia*

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras (área de concentração: Lingüística de Língua Portuguesa) do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco

CURITIBA  
1998

MÁRIO MESSAGI JÚNIOR

DIÁLOGOS EM MONÓLOGO: JORNALISMO IMPRESSO, LINGUAGEM E  
IDEOLOGIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Letras - concentração: Linguística de Língua Portuguesa - da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos professores:

ORIENTADOR: \_\_\_\_\_

Professor Doutor Carlos Alberto Faraco  
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR

\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Cremilda de Araújo Medina  
ECA – Escola de Comunicação e Artes, USP

\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Iara Bemquerer Costa  
Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, UFPR

Curitiba, 03 de dezembro de 1998.

Para minha mãe, que me antecedeu e projetou em palavras e atos.

## **Agradecimentos**

Suponho que o conhecimento, materializado em signos na consciência e fora dela, é fruto do diálogo, da interação. Posto isto, é justo e premente reconhecer que, ao longo de quase quatro anos de mestrado, acumulei uma dívida, pública e notória, com uma infinidade inumerável de interlocutores, sem os quais esta tese jamais teria tomado forma, em papel, tinta e linguagem.

Sou profundamente grato aos meus professores, principalmente a José Borges Neto, Elena Godoy, Iara Bemquerer Costa e João Wanderlei Geraldi (com quem, a rigor, tive apenas uma aula). Meus colegas de turma também foram fundamentais por amenizarem o isolamento quase monástico que o mestrado impõe e por terem sido meus interlocutores diários no período de integralização de créditos. Em especial, gostaria de agradecer a Teca Wachowicz, Soninha e Jaque Botassini.

Agradeço igualmente aos filósofos José Cândido de Moraes, por sempre dizer que eu estou errado (talvez ele tenha razão), e Marcos Fontanella, pelos diálogos instrutivos, e aos meus colegas de UFPR, em especial Adriana Machado Casali, sem a qual este trabalho seria muito mais desorganizado.

Com todas estas pessoas minha dívida é, como bem sei, impagável.

Carlos Alberto Faraco é, no entanto, meu maior credor. Orientador, professor e amigo, Faraco nunca me poupou de críticas, nem confundiu amor com complacência. Ao longo de quase quatro anos de convivência, foi sempre transparente, franco e amoroso. Foi severo, sem, porém, limitar minhas opções. Foi generoso e dedicado como jamais poderei retribuir. Diante de um orientando individualista e impulsivo, deu-me espaço, sem distanciar-se. Foi meu interlocutor mais constante e, por certo, o melhor que eu poderia ter. Por tudo isso, sou infinitamente grato.

Por fim, quero agradecer aos meus alunos. Espero poder retribuir a eles, ao menos em parte, esta dívida imensurável.

Desnecessário dizer que, apesar de tantas e tão valiosas contribuições, todas as limitações e equívocos desta tese devem ser inteiramente creditados a mim.

## Sumário

AGRADECIMENTOS .....	5
SUMÁRIO.....	6
RESUMO.....	7
APRESENTAÇÃO .....	8
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I - A CRÍTICA DO JORNALISMO .....	12
• COLOCAÇÃO DO PROBLEMA .....	12
• OS JORNALISTAS.....	14
• O OMBUDSMAN E O PEIXE NO CIRCO DA NOTÍCIA .....	29
• A CRÍTICA ACADÊMICA .....	38
• AS ABORDAGENS LINGÜÍSTICAS DOS MCM.....	49
<i>Etnometodologia</i> .....	50
<i>Critical linguistics</i> .....	52
<i>Semiotic analysis</i> .....	55
<i>O modelo cognitivo de van Dijk</i> .....	56
<i>Metáforas</i> .....	56
<i>Foucault</i> .....	57
CAPÍTULO II - APRENDIZ DE FEITICEIRO.....	62
CAPÍTULO III - IDEOLOGIA.....	66
• O PROJETO PLATÔNICO.....	66
• MARX E A IDEOLOGIA ALEMÃ.....	69
• JORNALISMO E O CONCEITO MARXISTA CLÁSSICO DE IDEOLOGIA .....	76
• IDEOLOGIA E UTOPIA .....	78
CAPÍTULO IV - LINGUAGEM.....	89
• SAUSSURE, JAKOBSON E OS ESTUDOS DE TEORIA DA COMUNICAÇÃO .....	89
• IDEOLOGIA E SEMIOSE .....	100
• GÊNEROS DO DISCURSO .....	118
CAPÍTULO V - FATO VS TEXTO .....	123
CAPÍTULO VI - JORNALISMO IMPRESSO.....	134
• O TEXTO NOTICIOSO COMO UM GÊNERO MONOLÓGICO .....	134
CAPÍTULO VII - O PACOTE 51 .....	150
CONCLUSÃO.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	173
REFERÊNCIAS CINEMATOGRAFICA E DISCOGRAFICA .....	177

## Resumo

A posição que o jornalismo ocupa na sociedade está assentada sobre certos pressupostos. Um deles é o de que a imprensa é imparcial, a-ideológica, retrato fiel dos acontecimentos. Para se afirmar desta forma, o jornalismo tem que, ciente ou não, se valer de um conceito de língua como um código neutro. Apenas um código neutro permitiria que o jornalismo transmitisse informações de forma também neutra. Tal conceito encontra eco em teorias lingüísticas estruturalistas, como a de Ferdinand de Saussure.

Junto com a neutralidade, a objetividade jornalística é outro cânone questionável. O jornalismo, calcado na tese de que trabalha com fatos, produz discussões conceituais e normas sobre a possibilidade e métodos necessários para a construção de um conhecimento objetivo. A presente tese propõe que o material com que trabalha o jornalismo não é composto de fatos, mas, majoritariamente, de signos ou de acontecimentos que ganham valor sógnico. Portanto, discutir e/ou buscar a objetividade não é pertinente.

Tanto do ponto de vista da neutralidade do código quanto da matéria prima da qual se serve o jornalismo, é necessário um conceito de língua, signo ou palavra que apresente um maior potencial de análise e crítica. Uma real compreensão do jornalismo, como fazer lingüístico, depende, necessariamente, de uma compreensão de língua que leve em conta sua real inserção na sociedade.

A crítica proposta por esta tese, no cadinho fervilhante de questionamentos aos quais o jornalismo está sujeito, busca apontar o papel ideológico desempenhado, na sociedade, pelo fazer jornalístico, tendo em vista um conceito de ideologia distinto do conceito marxista clássico, que tem guiado boa parte das críticas acadêmicas.

Por este caminho, os conceitos de utopia e de ideologia de Paul Ricouer e os estudos produzidos pelo russo Mikhail Bakhtin apresentam-se como uma das melhores alternativas para a compreensão do jornalismo. Isto implica uma rejeição do modelo estruturalista e da discussão de objetividade jornalística. Os conceitos vinculados a estas formulações teóricas são poucos explicativos e menos abrangentes que a dialogia bakhtiniana.

## Apresentação

Algumas leituras me marcaram profundamente. Uma delas foi *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault. Não porque eu tenha compreendido o livro com primor e sofisticação ou tenha me encantado por ele. De Foucault, na verdade, o sabor de *A ordem do discurso*, um texto delicioso, me cativou mais. *Arqueologia* é um texto difícil, hermético e, nem de longe, tão bem escrito quanto *A ordem do discurso*. Porém livrou-me de algumas encruzilhadas. No momento em que termino esta tese, tenho a pretensão ousada de que estou produzindo alguma forma de conhecimento, mas que, bem lá no fundo, não há nada nele que lhe garanta cientificidade. Não passa de um texto.

Ora, mas toda forma de conhecimento se manifesta enquanto texto. Para mim, pensar esta tese como um mero texto significa ir mais adiante. Ela não exclui, em momento algum, qualquer outra forma de produção de conhecimento ou qualquer outra crítica ao jornalismo. O conhecimento que se propõe final age da mesma forma que o monólogo: dispensa a voz alheia, não a valoriza, exclui. Esta tese é uma réplica num diálogo, além de ser, ela mesma, fruto de um diálogo.

E, participando de um diálogo intersubjetivo, este texto é fruto de uma subjetividade e, por consequência, subjetivo de ponta a ponta. Penso neste trabalho tão somente como uma interpretação e não como ciência. Mais que isso, vejo nele o subproduto de uma mudança profunda na minha forma de ver o jornalismo, a ciência e a linguagem. Tudo aqui é fruto de um homem e sua história. Meu texto é a manifestação da minha consciência, desperta e encarnada em signos. Se há um método que subjaz a esta tese, poderia dizer, parafraseando Luís XIV, que o método sou eu. E me defendo desde já. No caso da produção de conhecimentos, prepotente é pensar que o método está para além dos sujeitos. Poderia dizer, sem medo, que produzo uma interpretação da realidade e que interpretar o mundo faz parte da minha forma, como sujeito, de me relacionar com ele.

De qualquer forma, tentei assimilar, o melhor que pude, as palavras de Bakhtin e seguir seu programa epistemológico:

*1) não separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-a no campo da 'consciência' ou qualquer outra esfera fugidia e indefinível). 2) Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico). 3) Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura). (1992: 44)*

A isto, acrescentei um erro metodológico irreparável: escolhi o jornalismo para analisar e criticar por razões afetivas. Amo o jornalismo e tentei ser, com ele, extremamente severo, como busco ser com as pessoas e as coisas que amo.

Talvez este engajamento, indefensável, resulte inútil, mas sigo, como quem joga sementes no cimento. Pior: nem tenho como provar que semeio árvores frutíferas, como acredito, e bem sei, ainda que não acredite, que podem ser sementes de ervas daninhas.



## Introdução

A invenção da prensa de tipos móveis, por mais que tenha demorado alguns séculos para fazer desabrochar todas as suas potencialidades, carrega consigo a potencialidade de desmontar o mundo feudal. Um velho poder, instituído e mantido sob o controle de informações de prestígio na forma de textos, estava com os dias contados em favor de uma nova forma de poder: a comunicação de massa. A prensa, pela primeira vez na história, permitiria a reprodução massiva de textos.

Poucos acontecimentos, ou nenhum outro, alterou tanto o mundo, nos últimos séculos, quanto o desenvolvimento de tecnologias de transmissão de informação. Hoje, perto da virada do milênio, as telecomunicações, por exemplo, se apresentam como um dos investimentos mais promissores e um dos setores mais estratégicos para a configuração da distribuição de poder no mundo.

Os Meios de Comunicação de Massa – MCM – estão, desde o princípio, quando se pensava a prensa como uma forma de reprodução de textos, ligados intrinsecamente ao mundo dos signos. No entanto, esta dimensão simbólica, a qual os meios de comunicação estão ligados, tem ganhado pouca relevância na discussão do jornalismo, uma das projeções mais importantes do desenvolvimento tecnológico e uma das balizas das sociedades ditas democráticas.

Esta trinca: jornalismo (dentro dos MCM), poder e linguagem são elementos fundamentais para entender o novo mundo. Os três mantêm relações fundamentais.

Eis o trabalho desta tese: lançar um olhar para a linguagem, como elemento constitutivo do jornalismo, buscando analisar seu papel na manutenção ou alteração das estruturas de poder. Para isso, é preciso pensar a língua como discurso. Nos termos de Bakhtin, discurso é *“language in its concrete living totality, and not language as the specific object of linguistic, something arrived at through a completely legitimate and necessary abstraction from various aspects of the concrete life of the word.”* (1984: 181)

O jornalismo é discurso e trabalha com o discurso. Se da linguagem traz estas características, dos meios de comunicação traz sua constituição monológica. O jornalismo participa de um diálogo, é bem verdade, mas tende para o monólogo na mesma proporção

em que cresce a assimetria entre o jornal e o leitor. A influência do primeiro sobre o segundo é infinitamente superior ao seu contrário. Esta tendência ao monólogo acaba por se refletir, também, na constituição monológica dos seus discursos. O jornalismo contribui, desta forma, para a instituição de um visão única do mundo.

O poder, que depende da conservação de um estado de coisas, trabalha, da mesma forma que o jornalismo, pela constituição de um mundo monológico, pela domesticação das perigosas potências da polissemia das palavras, da pluralidade de interpretações e projetos de realidade.

Esta tese está dividida em cinco partes. A primeira tenta desenhar um quadro dos caminhos e descaminhos que trilha a crítica do jornalismo. A crítica é fundamental para manter um diálogo com o fazer jornalístico e enfraquecer sua tendência ao monólogo. São três campos de crítica que esta tese resenha: as feitas pelos próprios profissionais de imprensa em publicações especializadas e em livros; a crítica acadêmica produzida dentro das universidades por pesquisadores da área de comunicação; e a crítica acadêmica de pesquisadores da lingüística.

A segunda parte é uma discussão sobre o conceito de ideologia (e também de utopia), imprescindível para analisar o papel desempenhado pelo jornalismo na manutenção do poder. A terceira remete a uma discussão sobre língua, tentando mostrar quais conceitos servem para fundamentar a tese do jornalismo neutro, sem intervenção das relações de poder; e onde deve se assentar o papel discursivo do jornalismo. A quarta parte é uma proposta de conceituação lingüística do jornalismo, tratado aqui como texto que se alimenta de outros textos; palavra sobre palavra, signo sobre signo. E a quinta é uma análise, tentando mostrar as potencialidades da análise que pode se desenvolver a partir desta visão.

## Capítulo I - A crítica do jornalismo

### • Colocação do problema

Sensacionalista, futriqueira, a-ética, superficial, dissimuladora, manipuladora, comprometida, fútil. Cada um de nós talvez tenha um adjetivo a acrescentar a esta lista quando se trata de falar da imprensa. E, o que é pior para quem, como eu, é jornalista, provavelmente com razão. Ao menos em parte; ao menos em alguns casos. Jornalistas mesmo não cansam de “falar mal” de jornalistas, seja com acusações de que os colegas de profissão “não sabem escrever” ou de que são arrogantes, prepotentes, sensacionalistas, precipitados, vivaldinos. Dito assim, parece um bate-boca interminável e estéril. Interminável, sim; estéril, não.

Não é sem traumas que a imprensa brasileira vem se acostumando, a partir dos anos 70, quando Alberto Dines escrevia *O Jornal dos Jornais* (*Imprensa*, novembro de 94, edição, p. 15), com a crítica, nem sempre fácil de digerir. No Brasil, país tido como de um povo cordato, menos que elogio parece ser ofensa, seja na academia, onde divergências teóricas acabam descambiando para os atritos pessoais, seja entre jornalistas, que, conta o clichê da categoria, “comem sardinha e arrotam caviar”.

Mas a crítica da mídia não cessa de ganhar espaços e se mostra cada vez mais necessária, ainda que exponha profissionais e veículos e possa implicar incômodo descrédito para ambos. De qualquer forma, não se pode reclamar da existência da crítica. É sempre positivo, a toda e qualquer área profissional ou de produção de saber, discutir sua própria atividade, até como forma de aprimorá-la. O elogio é gratificante, mas apontar defeitos é muito mais produtivo.

Para os jornais brasileiros, a liberdade de expressão é um preceito reconquistado há pouco tempo. Faz pouco mais de uma década que o país deixou de ser regido pela batuta dos militares, e o período de autoritarismo calou, por certo, muitas vozes discordantes e censurou a crítica. Ainda assim, o processo de abertura foi “lento e gradual”. Estamos, na verdade, nos acostumando novamente com o direito à voz, enquanto países como a França e os Estados Unidos têm longa história de vida democrática. Reaprendemos o que nunca

soubemos: divergir não nos aparta (ou não deve nos apartar); nos une e nos melhora, pois a crítica é o benefício (ou malefício) necessário a qualquer avanço.

É neste recente emaranhado de críticas, debates e polêmicas que devo situar o meu trabalho, definir o lugar que esta tese ocupa entre o tanto que foi dito? O que ela repete e o que não? Com que ela concorda e com que diverge? Com que se preocupa e o que deixa de lado? Para que ela existe, depois do tanto que já foi dito?

O primeiro nicho de debate são as revistas especializadas, como a *Imprensa* e a *Revista de Comunicação*. Nelas, profissionais respeitados, selecionados exatamente por este critério, expõem suas posições acerca do jornalismo e dos jornalistas. A crítica volta-se à imprensa de TV, rádio e, principalmente, ao jornalismo impresso, ainda visto como o melhor espaço para se produzir “bom jornalismo”, ainda que esta definição seja imprecisa.

A crítica tem nos veículos impressos o espaço propício para se desenvolver. O rádio e a TV, por suas características, têm maior dificuldade para especializar os seus temas. Isto não quer dizer que seja impossível haver crítica da mídia nestes meios, mas, menos que isso, que as dificuldades são maiores. Isso faz com que os críticos tendam ao jornalismo impresso como meio e como objeto.

Um segundo espaço de crítica é a universidade. Evidentemente, a reflexão formulada pela academia é diferente daquela formulada pelos profissionais, mesmo que estes estejam voltados em sua profissão somente à crítica, como por exemplo os *ombudsmen* do jornal *Folha de São Paulo* ou o crítico de TV do jornal *O Estado de São Paulo*, Eugênio Bucci.

As diferenças abarcam desde o escopo, os pressupostos, a profundidade, o estilo, a forma de divulgação, os objetivos até a periodicidade da crítica: mensal, semanal e, por vezes, diária nos jornais e desperiodizada na academia.

Há que se acrescentar ainda o fato de a Universidade ser um espaço heterogêneo. As críticas partem de vários pontos, cada uma com seu matiz específico. Dois pólos da crítica interessam em particular: as análises feitas pelos teóricos da comunicação e as dos lingüistas. Estas críticas se assemelham mais àquela que fará esta tese.

É indispensável dar ouvidos ao que falam os comunicólogos, estudiosos da comunicação vinculados à academia, pois deles partem críticas mais rigorosas na sua

análise, como pretende ser esta tese. Cabe analisar, também, o que dizem os lingüistas sobre a imprensa escrita, por uma razão simples: esta tese se pretende lingüística e não pode ignorar o que já se fez no campo.

A partir deste trabalho de crítica será possível delimitar as escolhas teóricas e metodológicas em comparação com outros trabalhos para, no mínimo, saber, não sem um tanto de frustração, em que limite entre o novo e o velho se situa este texto, ciente de que ele está propenso muito mais para o velho que para o novo, sem no entanto ser absolutamente nem um nem outro.

- **Os jornalistas**

Entre a crítica e o elogio, os constantes artigos publicados na revista *Imprensa*, destinada a profissionais de comunicação, dão preferência à primeira. Não só os artigos servem como espaço para a crítica, algumas matérias são feitas também com este viés. Em agosto de 1991, a edição 48 (pp. 48-51) saía com uma pesquisa sobre ética jornalística feita pelo instituto de pesquisa Vox Populi com 501 leitores de jornais. O resultado: 86,4% achavam errado enganar pessoas sobre os verdadeiros objetivos de uma reportagem; 62,8% não concordavam que o jornalista escondesse sua identidade; 77,7% condenavam a pressão sobre fontes para conseguir informações; 95,3% reprovavam ameaças para o mesmo fim; e 55%, pelo menos, eram contrários a que jornalistas recebessem presentes ou tivessem despesas pagas por uma fonte. Mais: a maioria afirmava que os jornais não deveriam mostrar o rosto e dar o nome de suspeitos nem divulgar informações com dados sigilosos de investigações policiais. Seqüestros também não deveriam ser noticiados antes do seu desenlace para 52,3%. A imprensa estaria reprovada, por estes critérios.

A história da falta de ética da imprensa brasileira cristalizava-se em verbetes de um dicionário da corrupção no Brasil, publicado na mesma edição (pp. 28-35). Sobre imprensa, havia termos como *assessoria pirata* (quando um jornalista de algum veículo é pago por uma empresa qualquer para falar bem dela no seu jornal), *chantagem* (o jornal levanta informações sobre uma empresa ou alguém e ameaça divulgá-las caso o ameaçado

não invista em anúncios no veículo) e *empregos públicos* (quando jornalistas têm empregos públicos e, com isso, perdem a sua independência). Claro que existem discussões sobre ética em diversas outras profissões, como advocacia, magistério e medicina. Porém, quando se trata de jornalismo, a polêmica ganha ecos de comunicação de massa. Muita gente pode sair perdendo pelas ações de um único ou de apenas alguns jornalistas. Eis porque é tão relevante discutir ética, entre os outros vários temas que interessam ao jornalismo. Eis também uma das razões porque tantos jornalistas ainda morrem assassinados. Em 95, foram 50 assassinatos em todo o mundo (103 no ano anterior) além de 109 prisões, segundo a entidade Repórteres sem Fronteiras, sediada em Paris (*Imprensa*, número 101, fevereiro de 1996, pp. 54-59). As dimensões da responsabilidade e do perigo são espantosas. Se um médico pode matar seu paciente com um erro, um jornal ou jornalista pode matar muitos.

A discussão sobre ética vai longe. Gualter Mathias Netto, na coluna que mantém há vários anos na *Revista de Comunicação*, questiona quais perguntas seriam éticas fazer e quais fotos poderiam ser mostradas. Um exemplo do próprio Mathias: quando Collor emagrecia a olhos vistos, no auge da crise que acabou por derrubá-lo, não era ético perguntar-lhe se ele estava com AIDS, como fez uma repórter. Da mesma forma, não cabia ao jornalismo mostrar a foto de Jânio Quadros em estado terminal pouco antes da sua morte (*Revista de Comunicação*, abril de 1992, número 28, p. 34).

Mas dois casos são mais emblemáticos e provocaram polêmica maior. O primeiro, a pergunta que Bóris Casoy, então jornalista da *Folha*, fez a Fernando Henrique Cardoso num debate de candidatos à prefeitura de São Paulo, em 1984, sobre se ele acreditava em Deus. Na época, muitos analistas políticos creditaram à pergunta a vitória de Jânio Quadros no pleito, pois Cardoso teria tergiversado para não ter que assumir que era ateu, mas dera exatamente aquela impressão. A pergunta, tida como irrelevante para a administração de uma cidade, teria provocado uma grande rejeição de um povo religioso e incapaz de distinguir a política e a religião como esferas distintas. Alberto Dines, no ataque, dizia que num sistema democrático, acreditar ou não em Deus não é relevante, mas acreditar na liberdade de não acreditar é.

O segundo caso, mais recente, aconteceu em 92. Numa conversa informal, Luís Inácio Lula da Silva teria dito a um jornalista da *Folha* que o então presidente Itamar

Franco era “*um filho-da-puta*”. A declaração virou manchete e provocou uma imensa polêmica, até mesmo com carta de Itamar, divulgada pela imprensa, rebatendo a ofensa de Lula. Cabia ao jornalista divulgar uma afirmação feita em tom de mesa de bar? Não era aquilo um sensacionalismo de uma imprensa adepta da verborragia? O jornalista se defendeu, disse que contextualizou a declaração e que Lula não havia pedido para não ter divulgada sua declaração. Mesmo assim Carlinhos Brickman pontua sua crítica: off<sup>1</sup>, explicitado pelo entrevistado ou não, é off, por sua própria natureza (*Imprensa*, número 90, março de 1995, p. 92).

Parece meio evidente que o problema da ética na imprensa está longe, muito longe de ser resolvido, se é que tem solução, se é que um dia haverá uma ética consensual.

Mas não se encerra na ética a lista de problemas da imprensa brasileira abordados pelo seus críticos. Gualter Mathias mesmo vai além dos problemas éticos e aproveita o seu espaço para entabular outros debates, que vão desde problemas com linguagem até discussão de mercado. Para ele, jornalistas padecem de um velho mal de estudantes secundaristas frente ao desafio de escrever: confundem escrever bem com escrever difícil. “*Escrever bem não é escrever difícil. Aliás é mais difícil escrever com simplicidade do que rebuscar as frases com palavras de uso incomum*” (*Revista de Comunicação*, número 33, agosto de 1993, p. 34).

Pelo mesmo caminho se enveredam, cada um com seu estilo, Moacir Japiassu e Josué Machado, ambos com colunas assinadas na revista *Imprensa*. Machado, mais irônico e sisudo, dá conselhos de boa escrita e relata casos como o seguinte:

*Um bom analista em coisas do esporte escreveu o seguinte: ‘... pedir a volta do Clube Atlético Linense, aquele que o Pratinha conhece a história de cor...’ É óbvio que ele sabe que a linguagem chamada culta deveria escrever a frase assim: ‘... pedir a volta do C.A.L., aquele de que o Pratinha conhece a história de cor...’ ou ‘... pedir a volta do C.A.L., aquele cuja história o Pratinha conhece de cor...’ Ou eliminando ‘aquele’: ‘... pedir a volta do C.A.L., cuja história o Pratinha conhece de cor...’ Melhor, mais clara e menos pedregosa é a versão com ‘cuja’ sem ‘aquele’.*

*Por que ele não escreveu de uma dessas duas formas bem aceitas pelos sábios que mexem com a língua? Talvez tenha escrito e sido sabotado pelo computador, como costuma acontecer. (Imprensa, número 106, junho de 1996, p. 26)*

---

<sup>1</sup> Expressão usada no jornalismo que significa que o que está sendo dito não deve ser publicado. Apropriação

Japiassu, por sua vez, brinca e criou até um personagem fictício com quem conversaria sobre os erros de imprensa, seu secretário Janistraquis, um feroz e debochado crítico: "*Janistraquis se chegou, com um recorte de jornal na mão: 'considerado, depois de velho, o Estadão deu para trocar letras', denunciou. E exibiu um olho em seis colunas da página de economia: 'Conselho decide que agência da Fiat não plageou propaganda do mais forte concorrente...' Tranquilizei meu secretário: deve ser influência passageira de Euclides da Cunha.*" (*Imprensa*, número 72, junho de 1993, p. 68), escreve. Ou então: "*portentosa manchete da página de Esportes do jornal de Brasília: Vitória deixa Helinho apenas há dois pontos do líder na Fórmula 3. Esse verbo haver! Janistraquis aposta seu vale-refeição que muitos redatores ainda devem nele tropeçar pelos anos afora: 'Considerado, sempre hararão jornalistas analfabetos neste mundo de Deus', profetizou.*" (*Imprensa*, número 86, junho de 1994, pp. 32-33). E até mesmo erros de informação tão absurdos que só seriam passíveis mesmo de risos:

*Vitória apertada: No dia em que o ex-presidente da República, o cidadão e hoje deputado mombacense Paes de Andrade, venceu a disputa pelo comando do PMDB por apenas 1 (um) voto de diferença, o Estadão esclareceu: Cinco dos quatro governadores da legenda faltaram. 'Deve ter sido por isso que a vitória foi tão apertada' concluiu Janistraquis, veterano analista político, como o leitor não ignora. (Imprensa, número 113, fevereiro de 1997, pp. 14-15)*

Jornalistas não sabem escrever e, pelo visto, nem mesmo contar até cinco. A afirmação pode ser exagerada, mas que há muito que melhorar neste aspecto, isto é certo. Mas a crítica da mídia brasileira não se restringe a estes aspectos estritamente técnicos. Gualter Mathias volta à carga, na *Revista de Comunicação*. Em agosto de 94, questionava a falta de definição de público dos jornais, preocupados demais em não tomar furo e padronizando a cobertura (*Revista de Comunicação*, número 37, agosto de 1994, p. 34). Critica também os jornalistas que saem da redação sem antes terem se informado devidamente sobre o assunto que vão cobrir e os jornais que substituem qualidade de informação por brindes ou que fazem a edição de domingo na sexta-feira. São críticas técnicas, porém mais pertinentes à própria atividade jornalística do que as apontadas por Japiassu.

---

semântica que vem de "off record", fora de gravação.



Outro que tem espaço cativo, desta vez na revista *Imprensa*, e língua ferina é Carlinhos Brickman, já citado anteriormente. Atento aos desfechos da imprensa faz crítica às distorções praticadas por jornalistas, como na história do urso encontrado no Trianon (*Imprensa*, número 68, maio de 1993, p. 60). A notícia, dada pelo *Jornal da Tarde*, afirmava que um urso havia sido encontrado no Trianon e especulava que ele deveria ter escapado do zoológico. Brickman pondera: para chegar ao local onde foi encontrado, tendo saído do zoológico, o urso teria caminhado quase 20 quilômetros, em algumas das ruas mais movimentadas de São Paulo, sem que ninguém o visse. O “urso” era, além de tudo, um bicho-preguiça.

Brickman critica com mais ênfase a falta de investigação no jornalismo. Para ele, tem-se dado muita importância para os fatos, e quem perde é o leitor e, por consequência, o jornalismo. Quem, no entanto, é mais severo com um jornalismo que pergunta pouco ou pergunta mal é Jânio de Freitas. Apontando sempre as ações subterrâneas que norteiam os acontecimentos, Jânio insiste num jornalismo que desnude as ações dos protagonistas das notícias, principalmente o governo, e denuncie os motivos pouco nobres para algumas decisões governamentais. Em 95, quando o governo aumentou as alíquotas de importação de produtos, Jânio fazia suas conjecturas:

*Os tecidos estrangeiros são vendidos com preços de 30% a 50% mais baixos do que os brasileiros. Além de mais baratos, são incomparavelmente melhores, o que os torna ainda mais baratos pela durabilidade. Está explicada a dobradinha a que se entregam os ministros José Serra e Dorothea Werneck para levantar barreiras contra os tecidos importados. Só uma curiosidade mais: São Paulo é centro nacional da indústria de calçados, São Paulo é o centro nacional da indústria automobilística, São Paulo detém a maior concentração de indústrias de tecidos e confecções, São Paulo é grande produtor de eletrodomésticos. Por coincidência ou por coerência, o retorno ao protecionismo, tão do agrado dos industriais paulistas, é patrocinado por integrantes do governo originários de São Paulo (Folha de São Paulo, 23 de junho de 95, caderno Brasil, pág. 5)*

Para ele, havia interesses por trás da decisão governamental. O jornalismo deveria investigar. Na contramão de Jânio de Freitas, Luís Nassif afirma:

*Ocorre que nos últimos tempos, por falta de conhecimento ou de abertura, propagou-se na imprensa o jogo do “quem é que ganha com isso?” Em toda discussão hoje em dia, basta um dos lados não conseguir desenvolver argumentos a contento, para imediatamente tentar desqualificar os argumentos contrários com colocações do tipo “isto é jogada de lobbies”. É*

*um emburrecimento extraordinário da polêmica jornalística. (Imprensa, número 98, novembro de 1995, pp. 56-57)*

Nassif argumenta que este tipo de posicionamento serve para desvirtuar as discussões. *“Se alguém é contra a política de juro do governo, é lobista da Fiesp.”* (Imprensa, número 98, novembro de 1995, pp 66-57) Um vê falta de investigação no jornalismo; o outro, especulação demais.

Boa parte dos jornalistas critica o “furor denunciatório” da imprensa, aquilo que Carlos Lemos chama de “denuncite insana”. Nassif sentencia: *“o escândalo virou o óbvio, carne de vaca! A imitação e a competição em cima desses parâmetros criou uma espécie de banalização do escândalo - o que é um contra-senso. Busca-se em cada notícia apenas o seu viés negativo, ou tenta-se transformar irrelevâncias em escândalos.”* (Imprensa, número 105, junho de 1996, pp. 46-47)

O jornalista Roberto Drummond é mais contundente:

*Quase todos os jornais e as revistas brasileiros, sempre em nome do direito de informar e de opinar (portanto, em nome do que é respeitável), criaram um tribunal de exceção para julgar gregos, troianos, inocentes e culpados, tudo com a mesma fúria e rancor.*

*O AI-5 pelo avesso não perdoa ninguém e ninguém tem imunidade, seja o presidente da República, seja o presidente da ABI, seja o presidente da CUT, da OAB, da CNBB. Ninguém escapa deste poder tirânico.*

*Nem um Barbosa Lima Sobrinho escapa.*

*Nem um Zuenir Ventura escapa.*

*(...)*

*Alguém ousou escrever um livro e não faz parte da igreja da mídia?*

*Pau nele! Vamos execrá-lo - e, que pena, não poderemos deportá-lo!*

*Alguém ousou dirigir uma nova peça?*

*Pau nele!*

*Não, não são apenas os donos de escola, que os fatos provaram que são inocentes, os execrados!*

*Todos são! Porque no Brasil democrático, ficamos livres do tribunal militar da exceção, mas não ficamos livres do tribunal da exceção da imprensa brasileira! (Imprensa, número 94, de julho de 1995, pp. 58-59)*

Um episódio apenas serve como exemplo da falta de investigação e da “denuncite insana”: a cobertura do caso Escola-Base, referida por Drummond. Em março de 1995, em virtude da acusação de duas mães de abuso sexual de crianças, os sócio-diretores da Escola de Educação Infantil Base, localizada na Aclimação, em São Paulo,

foram indiciados, e dois dos suspeitos, presos. A escola chegou a ser apedrejada, depredada e saqueada. Os suspeitos negavam as acusações, e os exames do IML - Instituto Médico Legal - solicitados pelo delegado responsável pelo caso, não eram conclusivos e não comprovavam tecnicamente o suposto abuso sexual. Outros exames foram feitos, desta vez para verificar suspeita da polícia de que as crianças tivessem sido drogadas, mas deram negativo. Outros pais fizeram denúncias. E assim prosseguiu uma série de acusações e distorções noticiadas, repercutidas e incentivadas pela imprensa, que não se deu ao trabalho de verificar as denúncias e nem esperou que as investigações terminassem. Denunciou assim mesmo e engrossou a tiragem dos jornais. Por fim, nada foi comprovado, e novos exames do IML negaram, novamente, a possibilidade de ter havido algum abuso sexual. Foi uma seqüência interminável de erros, tanto da polícia quanto da imprensa, com prejuízo irreparável. O circo terminava seu show com final trágico e com sérios prejuízos para a imprensa, o maestro deste picadeiro grotesco.

A falta de apuração pode ter resultados menos trágicos, nem por isso menos desastrosos. Na divulgação de planos econômicos, os jornais, na briga por antecipar as informações, acabam publicando vexaminosas barrigas<sup>2</sup>. Conta Sylvio Costa, na *Imprensa* de abril de 94 (p. 61), que o Jornal Nacional, quatro dias antes da publicação da Medida Provisória que criaria o Plano FHC, informava que apenas os salários abaixo de 20 mínimos seriam convertidos para a URV. Para os demais, permaneceria a livre-negociação. *O Globo* garantiu que as cadernetas de poupança também seriam indexadas. “*Não foram, nem poderiam ser porque a idéia foi descartada pelo governo logo no início das discussões*”, diz Costa.

A falta de exatidão é um problema ainda mais recorrente. Armando Nogueira, um dos melhores textos da imprensa brasileira, afirma que só conheceu três jornalistas que conseguiam fazer matérias sem anotações, um deles era Otto Lara Rezende. Nogueira critica aqueles que não escrevem nem gravam as informações ou declarações fornecidas por fontes e acabam publicando coisa muito distinta do que foi dito. Carlos Leonam, já em agosto de 1991, ia pela mesma via: “*Hoje em dia a coisa vem piorando. De exato mesmo só a inexactidão. (...) parafraseando Stanislaw Ponte Preta: há gente se informando tão mal*

que até mesmo o contrário do que veiculam está longe de ser exato." (*Imprensa*, número 48, agosto de 1994, p. 24). Brickman ensina (*Imprensa*, número 94, julho de 1995, pp. 72-73) até mesmo algumas regras de como uma fonte deve proceder no trato com um jornalista, para evitar animosidades e erros. Ou a falta de exatidão.

Mas a coisa não pára por aí. Cada um tem uma crítica a acrescentar. Japiassu conta a história da manchete "*Bacilo de cólera é achado no Aeroporto de Cumbica*" (*Imprensa*, número 48, agosto de 1991, pág. 72), do jornal *O Estado de São Paulo*, o *Estadão*. O referido bacilo, segundo a própria matéria, era incapaz de causar qualquer dano à saúde. Para Japiassu e seu incansável secretário Janistraquis, se não causa danos, o bacilo não merecia nem ser matéria, muito menos de capa, como foi. E assim vai, com muitas informações ganhando o espaço que não merecem. Brickman diz (*Imprensa*, número 94, novembro de 94, p. 41) que a *side story* (história paralela), tão ao gosto de Ricardo Kotscho (Dimenstein e Kotscho, 1990: 67-70), vem se tornando regra e as coisas importantes são deixadas de lado. Kotscho, quando era repórter da *Folha*, foi quem iniciou a prática de dar cobertura ao lado externo do circo da notícia. Foi chamado, jocosamente, de repórter do pipoqueiro quando, na cobertura de uma visita do então presidente Costa e Silva a São Paulo, entrevistou o vendedor de pipocas. O editor não só publicou o texto como gostou da idéia. O que norteava a *side story* era dar voz àqueles que não têm espaço normalmente na mídia, mas sem deixar de cobrir o acontecimento em si, fazer o trabalho mais tradicional. "*Enquanto todos cobriam o palco, eu ficava pela platéia, dando uma espiada nos bastidores*", diz Kotscho (Dimenstein e Kotscho, 1990: 68). A idéia emplacou, de certa forma, mas foi distorcida. Nos termos de Brickman, as notícias estão sendo substituídas por "bordado" (*Imprensa*, número 86, novembro de 1994, p. 41). FHC e Rute discutem sobre como fazer um pagamento na Rússia, se com cartão ou dinheiro, e isto dá manchete. Cada jornal quer, a seu modo, inventar algo diferente para furar<sup>3</sup> o concorrente. Já não significa dar voz a quem não tem espaço, mas dar espaço para o irrelevante, ser atraído pela fofoca.

Ainda na ânsia do furo, criticada (*Revista de Comunicação*, número 28, abril de 1992, p. 34) por Gualter Mathias, as coberturas se padronizam, pois ninguém quer tomar

---

<sup>2</sup> No jargão jornalístico, uma barriga é uma notícia falsa.

<sup>3</sup> Dar um furo significa publicar uma matéria que nenhum concorrente tenha.

furo de ninguém. Falta criatividade. Conta Hugo Studart (*Imprensa*, número 93, junho de 1995, p. 40): em Brasília, todos os repórteres cobrem as mesmas pautas, ouvem as mesmas fontes. Ninguém ousa, e só os grandes figurões ganham voz. E muitas coisas relevantes que acontecem em Brasília não ganham cobertura, como os lobbies do caso Sivam. É o problema que os jornalistas chamam de fontismo, uma ligação muito intensa com as fontes tradicionais e uma mesmice de informações. Com a mesma causa, dois problemas distintos e, aparentemente, contrários: a cobertura sem criatividade e o excesso de “criatividade”, desprezando o que é relevante.

Todos estes problemas abordados até aqui são, no entanto, técnicos demais. As críticas se dirigem para outro lado também, o ideológico ou cultural. A parcialidade, e suas múltiplas interpretações, é um desses problemas não-técnicos. De novo Brickman puxa o coro dos descontentes: “*Enfim, com as exceções de praxe, toda unanimidade é burra. Até a unanimidade da imprensa em torno de Fernando Henrique (...) Um exemplo? Vai lá: qual jornal utilizou a palavra ‘arrocho’ para definir a política salarial de Fernando Henrique? Se o ministro da fazenda fosse Mário Henrique Simonsen, a imprensa seria tão gentil?*” E emenda: “*Se, quando admiramos um político, esquecemos de cobrá-lo com o mesmo vigor com que cobramos os outros, estaremos esquecendo de que o nosso compromisso não é com o eleitor: é com o leitor.*” (*Imprensa*, número 72, setembro de 1993, p. 59)

Foi com este mote que a revista *Imprensa*, em fevereiro de 96, saiu com a seguinte manchete de capa: *O jornalismo chapa branca: A vitória contra a inflação e a imagem do presidente desarmam as oposições. E até os donos de jornais acham a imprensa complacente com o governo.* A crítica de setembro de 93 de Brickman ganhava, em fevereiro de 96, a manchete da principal revista especializada do mercado. Na matéria, Otávio Frias Filho, diretor de redação e um dos donos da *Folha*, afirmava: “*A atitude da imprensa é complacente.*” (*Imprensa*, número 101, fevereiro de 1996, pág. 24). Júlio César Ferreira de Mesquita, outro dono de jornal, desta vez o *Estadão*, seguia pela mesma linha. “*A imprensa está contaminada pela versão oficial.*” (*Imprensa*, número 101, fevereiro de 1996, pág. 24)

A parcialidade dos veículos tem múltiplas explicações, desde as simpatias do jornalista, como quer Brickman, até as ingerências dos donos de jornais, mais forte nos

centros urbanos menos desenvolvidos. Uma explicação plausível também é a natureza dos veículos. São propriedade privada e têm seus interesses. É por este motivo que Eugênio Bucci acha que a própria revista *Imprensa* não consegue desenvolver a crítica da imprensa brasileira a contento. “A revista *Imprensa* faz jornalismo sobre jornalismo, mas, dada a sua natureza de publicação comercial, que vive do mercado anunciante, procura não avançar o sinal na direção de prestigiar artigos reflexivos mais extensos e polêmicos.” (Bucci, 1993: 20)

O próprio Bucci, num artigo (1993: pp. 19-36) onde analisa a matéria de *Veja* publicada em abril de 89 sobre a situação de Cazuza, traz suas conclusões sobre o enfoque dado à matéria. Numa análise argumentativa, tenta decupar o que há por trás da notícia, qual a lógica que a rege. Por isso, o título do artigo é “Uma lógica autoritária”. Para ele, *Veja* tem uma linha ideológica moralista bem definida, que pretende ser a personificação do moralismo e da ideologia da classe média. Não se trata mais da ingerência do patrão, nem das simpatias do jornalista, nem da natureza comercial da revista, mas de uma linha ideológica que domina a publicação. Cheia de opiniões, a matéria era, para Bucci, editorializada<sup>4</sup>.

Frei Beto, em outra linha, afirma que a parcialidade da imprensa não é, na verdade, o principal problema. No artigo *Neutralidade jornalística: quem acredita?* diz: “Fiquem atentos os ombudsmen! Propriedade privada, jornais e revistas têm todo direito de torcerem e se retorcerem a favor do candidato preferido. Mas não venham com o cinismo da imparcialidade.” (*Imprensa*, número 106, julho de 1996, pág. 38)

No caminho contrário, a sanha pela imparcialidade produz coberturas insossas e pouco esclarecedoras. No terreiro do jornalismo, tão logo chega à faculdade, o aspirante a jornalista aprende que deve ouvir sempre os dois lados da questão. Nada mais justo, mas com isso o jornalismo deixa de lado, por vezes, a investigação e passa a ser um citador de frases alheias. O tratamento equânime com os dois lados chega a ser irritante e contraproducente. Ao lançar uma farpa em um candidato, por exemplo, nas eleições em segundo turno para as prefeituras, em 96, a *Folha* lançava, metodicamente, farpas contra o

---

<sup>4</sup> Quando há opiniões demais em um texto, diz-se que a matéria foi editorializada, pois passa a ter a feição de um editorial.

outro candidato. O jornal não pode, com isso, ser acusado de tender para nenhum dos lados, mas o jornalismo perde. Brickman ironiza o jornalismo declaratório que “ouve os dois lados”: “*Para ler que um sujeito acha o prefeito do seu partido o máximo e que o sujeito acha o prefeito de fora do seu partido um lixo, para que comprar jornal?*” (*Imprensa*, número 48, agosto de 1991, pág. 12)

No acervo de defeitos que foi apontando ao longo dos anos, Brickman soma mais um aos tantos da imprensa, o preconceito. “*A função do jornal é separar o joio do trigo e publicar o joio*”, dizia Adlai Stevenson<sup>5</sup>, duas vezes candidato à presidência dos EUA. Ele lembra:

*A religião não convencional é chamada de 'culto' ou 'seita', seus dignitários têm os títulos grafados entre aspas, como se fossem falsos, denuncia-se como escândalo a manutenção da igreja com o dinheiro dos fiéis - e qual a instituição religiosa que não se mantém com o dinheiro arrecadado dos fiéis? (...) A melhor maneira de matar preconceitos é expô-los à luz. (Imprensa, número 98, novembro de 1995, pp. 48-49)*

O caso Míriam é emblemático do preconceito que a imprensa ajuda a disseminar. Quando a mãe da primeira filha de Lula, Lúria, foi, em 1989, até o programa eleitoral do então candidato à Presidência Fernando Collor acusar o ex-namorado de ter pedido a ela para fazer aborto e de procurá-la mesmo depois de casado, muitos veículos entraram de gaiato, mas, segundo Brickman, alguns jornais fizeram repercutir a história falso-moralista, porque queriam prejudicar Lula. Só os jornais que defendiam o candidato do PT “*puseram a questão em pratos limpos, dizendo que uma aventura extraconjugal não tinha nada a ver com a Presidência da República*” (*Imprensa*, número 79, abril de 1994, p. 74). Brickman lembra os muitos dirigentes que tinham amantes e nem por isso deixaram de ser grandes estadistas, como Catarina a Grande, Elizabeth I, Eisenhower e Kennedy; e um que tinha apenas uma mulher: Adolf Hitler.

Muitos problemas criticados merecem ainda ser pelo menos citados. José Paulo Cavalcanti Filho<sup>6</sup> é severo com os crimes de imprensa e, advogado, pede uma legislação que puna com mais rigor os delitos de jornalistas e jornais. Além disso, há o problema dos

---

<sup>5</sup> Citado por Brickman na revista *Imprensa*, número 70, de julho de 1993, pág. 46.

<sup>6</sup> Em palestra, no seminário *A Imprensa em questão*, promovido pela Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - nos dias 16 e 17 de maio de 1996.

monopólios. No Brasil, nove famílias detêm mais de 90% de todos os veículos de comunicação.

Muitas críticas se restringem a critérios que, digamos, são estritamente jornalísticos. Tudo é acontecimento; nem tudo é notícia. Mas, a partir do momento em que se estabeleça um critério, a prática do bom jornalismo inclui pesquisar, levantar dados daquilo que é relevante. Muitas vezes o jornalismo deixa de fazer isso. O conflito pela terra, exposto na mídia hoje, existia antes, mas nunca ganhou a cobertura dos jornais. *"No Brasil, a imprensa está investindo pesadamente em equipamento; não sobra muito para jornalismo"* (*Imprensa*, número 48, agosto de 1991, pág. 12), ironiza Brickman, num dos seus torpedos de mel<sup>7</sup>.

As críticas, ou parte delas, formuladas por jornalistas ou do ponto de vista do jornalismo não poderiam deixar de refletir suas características de origem. No fundo, são a crítica embasada dos erros, se assim pudermos chamar os deslizes apontados pelos críticos, do jornalismo e a formulação do jornalismo ideal. Dois exercícios intelectuais encontram-se juntos, de forma indissociável: o da crítica propriamente dita, que trabalha sobre o que considera criticável por ferir os preceitos fundamentais do jornalismo; e a formulação destes preceitos fundamentais.

Um não se faz sem o outro. Se a crítica depende da definição minimamente clara de que valores fundamentais deve defender, tais valores dependem da crítica para serem fundamentados, discutidos, polemizados e consolidados. É um processo dinâmico. Se, por um lado, é senso comum para jornais e jornalistas que a boa informação é a informação precisa, por outro não é consenso sobre se o jornalismo deve desconfiar de tudo ou não. Por isso, Luís Nassif pode discordar de Jânio de Freitas quando aponta um excesso de especulação acerca dos acontecimentos econômicos. Para um, não cabe ao jornalismo perguntar sempre "quem ganha e quem perde" com esta ou aquela medida. Para o outro, jornalismo de verdade é aquele que duvida, que busca explicações<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> *Torpedos de Mel* era o nome da coluna de Carlinhos Brickman na *Imprensa*. O nome atual é *Defenda-se*.

<sup>8</sup> Nassif e Jânio de Freitas não se opõem frontalmente. O que parece equívoco para o primeiro é a publicação de especulações. Para o segundo, é a falta de especulação e de investigações mais apuradas.



A partir de uma discordância sobre o que é o bom fazer jornalístico, a crítica pode apontar virtudes e defeitos onde, sob outro ponto de vista, haveria defeitos e virtudes.

Por trás do exercício da crítica, da tarefa de polemizar, manter o diálogo aberto, há, também, uma empresa normativa. A crítica polemiza com o fazer jornalístico, mas polemiza entre si também para definir as normas que regerão o jornalismo. Evidentemente este trabalho não é exclusivo da crítica das revistas especializadas. Quando o *Estadão* publica seu *Manual de Redação e Estilo*, não o faz submetido às normas da crítica especializada, exclusivamente, ainda que possa se valer dela. No entanto, o processo de elaboração do *Manual* segue os mesmos princípios. É fruto da crítica, da discussão e da formulação de conceitos, ainda que esteja restrita às paredes da direção do jornal ou a um único profissional. Na apresentação do manual do *Estadão*, este processo de elaboração teórica fica explícito:

*Todas as manhãs, o jornalista Eduardo Martins, assistente da direção de redação do Estado, empunha uma caneta hidrográfica preta e, armado de sólidos conhecimentos de Português (além de muita paciência), começa a leitura da edição daquele dia. A essa tarimbado profissional compete, há mais de dois anos, localizar os erros e impropriedades que passaram ao largo dos mecanismos de controle instituídos para evitá-los. Quase duas horas depois, várias páginas registram alguma anotação feita com a letra cujas contornos denunciam um profissional metódico e minucioso. (O Estado de São Paulo, 1990: p. 7. Apresentação escrita pelo jornalista Augusto Nunes)*

O profissional incumbido de formular a crítica diária ao *Estadão* é o mesmo que elabora o manual de redação e estilo. Eis o traço de boa parte da crítica apresentada até agora: mesmo que a norma esteja sempre em elaboração, é normativa em seu cerne. Mesmo a crítica ao uso inadequado da língua é de caráter normativo. Evidentemente, a norma lingüística está aparentemente mais definida que a norma do bom fazer jornalístico e, por isso, tal crítica é menos polêmica. Dificilmente alguém questionará se o uso do pronome relativo "cujo" deve ser ou não aplicado segundo a norma gramatical.

Mas mesmo a norma lingüística não é definitiva e algumas regras, por mais que estejam prescritas na gramática, já caíram em desuso. A norma jornalística é ainda mais indefinida. Mesmo o manual do *Estadão*, uma espécie de gramática desta norma, tem o cuidado de afirmar que "*não pretende tolher a criatividade de editores, repórteres e*

*redatores, nem impor camisa de força aos jornalistas da empresa" (O Estado de São Paulo, 1990: 11).*

De qualquer forma, o movimento teórico que discute, questiona, polemiza, consolida os preceitos que regem o jornalismo para ter um parâmetro para formular a crítica não delimita normas de forma homogênea. Antes, para cada indivíduo há uma relação de valores, pertinentes ou não. Para cada um, a exatidão das informações, um valor mais ou menos consensual, tem maior ou menor relevância. Não há uma, digamos, ética coletiva, mas, antes, éticas individuais, semelhantes ou distintas de indivíduo para indivíduo. Mas se abstrairmos tal realidade e supusermos uma existência coletiva para estes preceitos, vamos vislumbrar, também, um mundo amorfo. Se alguns limites ganham contornos de lei, outros sequer conseguem aglutinar parcelas da população e dos jornalistas. Normas são sempre ou quase sempre polêmicas.

Imputar, por exemplo, um crime a alguém falsamente é um delito, previsto na lei de imprensa. Por mais que se discuta a gravidade de tal delito, ninguém discorda sobre sua condição de delito. A instituição de uma lei é um movimento homogeneizante. Apaga a polêmica, dá ares de eternidade ao que é histórico. Mesmo assim, uma lei é discutível.

O espaço onde trabalha esta crítica é menos sólido; os valores, mesmo os mais consensuais, não têm autoridade de lei. Por isso, há possibilidade muito maior de discussão. Ouvir os dois lados envolvidos em um assunto polêmico é quase que uma instituição do jornalismo, mas não é, absolutamente, inquestionável.

A crítica tecnicista, que se preocupa com a exatidão da informação, com a inquisição empreendida pela imprensa, com o excesso de especulação ou a falta dela, com a falta de profundidade das matérias, com as relações promíscuas com as fontes, com a falta ou o excesso de criatividade é uma crítica que diz como o jornalismo deve ser e não tem sido.

É uma crítica, por fim, eivada de normativismo. Nem por isso ruim. A crítica, por si mesma, é boa, pois areja nossas crenças. O normativismo não é ruim por si mesmo, desde que a norma esteja sujeita ao diálogo e seja realista, não fruto de ranços históricos. Tal norma, evidentemente, vai abarcar regras mais ou menos rígidas. A lei, a ética e os princípios mais mezinhas do jornalismo participam desta norma abstrata.

A esta tese, não interessa discutir a norma e sua aplicação, criticar os que cometem "deslizes" e apontar a falta de lógica dos seus erros. Não se trata de dar bons conselhos de como escrever bem. Não se trata de ser um bom manual de texto jornalístico. Ainda que estes problemas sejam relevantes, e são, não estão em questão nesta tese. Ou então estão na medida em que se manifestam materialmente no texto jornalístico e, valores históricos que são, produzam marcas ideológicas.

Há, no entanto, uma noção de fundo, fundamental à presente tese, que dirige todas estas críticas, digamos, técnicas: a crença na possibilidade de que a imprensa possa ser, ao seguir todas as regras a que se propõe, imparcial, isenta, neutra ou objetiva. Déborah Bresser, autora da matéria com o título "*O jornalismo chapa branca*", explicita esta crença. "*Bajulação não rima com imparcialidade, isenção, neutralidade nem com ética, pilastras que teoricamente sustentam a atividade jornalística.*" (*Imprensa*, número 101, fevereiro de 1996, pág. 24). Ou seja: na prática, ninguém põe em prática o que prescreve a teoria, oferecendo, como prêmio, um jornalismo limpo, isento, neutro, por fim. Com este embasamento, as críticas situam-se muito entre o certo e o errado; o que contribui para o "bom jornalismo" (como manda a teoria) e o que presta um desserviço. O "bom jornalismo, isento, imparcial, neutro", é também uma escolha parcial, ideológica, histórica, consciente ou não. As técnicas jornalísticas não fazem com que o jornal opere da forma neutra e desinteressada como opera o átomo. Não são como as leis da física. As próprias regras que pretendem prover o jornalismo de isenção não são isentas.

Algumas críticas reduzem-se a uma questão de certo e errado onde não há certo nem errado, de mérito onde não há mérito. O que interessa não é julgar, à sombra desta ou daquele visão de mundo. Interessa, de fato, saber de onde vêm os valores que regem o jornalismo; como a ideologia o guia em benefício deste ou daquele grupo, deste ou daquele valor, deste ou daquele julgamento. Com isto claro, cada um pode fazer seu próprio julgamento, de acordo com seus valores culturais. O jornalismo que beneficia as empresas multinacionais pode ser ruim para um nacionalista, mas bom aos olhos de um operador do pregão da bolsa de valores. A ideologia nos textos jornalísticos não é boa ou ruim por essência. Ela apenas serve a este ou àquele indivíduo ou grupo.

O grande trabalho da crítica é revelar o atrelamento do jornalismo e dar condições para que os indivíduos pensem por si mesmos, fazendo suas escolhas, suas próprias críticas, participando, sem ingenuidade, de um infindável diálogo. No ocaso das grandes verdades que vemos neste século, o diálogo é nossa última morada.

- ***O ombudsman e o peixe no circo da notícia***

O jornalismo é filho do tempo e possibilidade de uma sociedade acelerada nos seus passos. A informação envelhece cada vez mais rápido. O jornalismo vive do fatual, do hoje, do agora. Mesmo a crônica, filha legítima do casamento entre jornalismo e literatura, vive do hoje, do aqui, do agora. A temporalidade aparta o jornalismo da literatura (que se pretende atemporal) da mesma forma que dos ensaios acadêmicos (que também pretende estender suas considerações por largos intervalos de tempo).

As críticas como as dos artigos da revista *Imprensa* pontuam-se também por esta temporalidade. São um tanto comezinhas, tratam de detalhes e técnica jornalística, acompanham as mudanças, as nuances do jornalismo e se posicionam. Tratam de casos específicos, particularizam e perdem a oportunidade de resistir um pouco mais à sucessão de acontecimentos. Há, no entanto, uma crítica de fôlego maior, mais duradoura que, mesmo não estabelecendo verdades imutáveis, propõe explicações mais perenes e mais gerais.

O nome mais importante dos primórdios da crítica da imprensa é o de Alberto Dines, um dos profissionais mais antigos e respeitados do país. Dines começou em 1975, com o *Jornal dos Jornais*, na *Folha de São Paulo*. Este primeiro período se encerrou em 77. O retorno aconteceu em 80, no *Pasquim*, com o *Jornal da Cesta*, e foi até 82. No terceiro período, no *Pasquim São Paulo* em 86, a coluna se chamava *Pasca Tasca*. E, por fim, o quarto período se deu na revista *Imprensa*, em 94, com *O Circo da Notícia*. Foi, portanto, a segunda incursão de Dines pelas páginas de *Imprensa* (*Imprensa*, edição 86, novembro de 1994, p. 15).

Apesar de escrever numa revista, Dines, talvez pelo respeito que galgou ou pela característica de sua crítica, dispõe de espaço muito maior: cinco páginas, em média, por edição. Trata, evidentemente, de aspectos do dia-a-dia do jornalismo, mas aborda o que mais interessa a esta tese, a conceituação do que seja jornalismo, e faz uma crítica mais perene. Mesmo a crítica de questões mezinhas, como a substituição de qualidade editorial por brindes, é guiada pela idéia do que seja jornalismo. Para Dines, o jornalista é um mediador. Ele deve distanciar-se dos fatos, registrá-los sem envolver-se com eles:

*A carnavalização da política será uma contingência natural de uma sociedade alegre ou é um inocente recurso para a mobilização das massas em benefício da radicalização? Até que ponto os jornalistas não são cúmplices deste arranjo diabólico para exacerbar os instintos em detrimento da ponderação? Não estarão trabalhando contra sua própria capacidade de persuadir e convencer por meio de palavras, a reboque de uma mentalidade política de precisar do povo nas ruas para legitimar as suas convicções? (...) a força do Quarto Poder não pode ser medida pela sua capacidade de mobilizar o Quinto Poder para as ruas. Aqueles que continuam com a cabeça enfiada nos anos 60 vivem um perigoso processo esquizofrênico pensando que são esquerdistas quando na realidade fazem o jogo da direita (...) quem vive de escrever ou apresentar notícias não deve e não pode FAZER notícias. Aqui chegamos a um dos aspectos mais perigosos do espetáculo mediático contemporâneo - o famigerado circo da notícia. Ao intervir no evento, o jornalista o manipula, transforma o fato em factóide, deixa de ser testemunha para converter-se em participante, rasga o seu estatuto de mediador e assume o de interventor. (Imprensa, número 86, novembro de 1994, pp. 15-19)*

Fica patente, nestas linhas, que para Dines o bom jornalismo não intervém, não cria fatos, não os altera, não produz notícias. Em suma, o jornalismo é um meio neutro e passivo por onde circulam as informações. “*A intervenção do jornalista no acontecimento tem outro aspecto - pode ele esquecer seu compromisso de neutralidade e de passividade, agindo humanitariamente em benefício do objeto da sua cobertura?*” (Imprensa, número 86, novembro de 1994, pp. 15-19) Podemos dizer que, para ele, o jornalismo deve seguir princípios jornalísticos e não apenas tendências de mercado. O “bom jornalismo” pode vender menos que o jornalismo sensacionalista, mas continua sendo o “bom jornalismo”. Ele não se faz aos moldes de um show, não se propõe ao entretenimento e, como não é show, não produz aquilo que ganha as luzes dos seus holofotes. A imprensa, no entanto, tornou-se um circo. Nas palavras de Dines:

*Pouco importa quem chegou antes ao Circo, importa que o Circo está aí com todos os seus remendos e lantejoulas. Perdeu, sua condição melancólica, sua pobreza digna, comprou*

*fortíssimos spots e, do transitório, ficou com o lado pior, o menosprezo pelo público. O Circo hoje é sinônimo de badalação, encenação e frivolidade. Circo é a Fórmula-1, circo é a cobertura da Guerra do Golfo, circo foi o caso Lilian Ramos, circo é o Larry King, da CNN, indo à Casa Branca para entrevistar um presidente (de terno e gravata) usando suspensórios e gravata borboleta, suas marcas registradas. Circo é manipulação dos factóides para convertê-los em fatos e, destes, tendências. Circo têm sido muitos julgamentos em que os juízes permitem a entrada de câmeras e gravadores. Circo é quando o enviado especial vai cobrir um evento no outro lado do mundo e, antes de entrar ao vivo, pede ao estúdio para lhe dar as últimas notícias do fato que supostamente está cobrindo. Circo é quando o cameraman, em algum remoto país, junta 23 pessoas diante da embaixada americana, arruma algumas faixas em inglês, filma-as à altura do olho para parecer multidão, ganha alguns segundos no ar, gera algumas linhas nos jornais do dia seguinte e está feito.*

*Esta incidência do adjetivo circense para qualificar o substantivo imprensa não é coincidência. É um diagnóstico: o jornalismo que tem sido veiculador dos fenômenos converteu-se, ele próprio, num fenômeno. O jornalismo já não pode mais ser visto como um meio ou mensagem: o jornalismo incorporou-se definitivamente ao elenco das mazelas contemporâneas. (Imprensa, número 84, setembro de 1994, pp. 13-16)*

Jornalismo como meio ou mensagem, eis o princípio fundador desta arte para Dines. Fora disso, torna-se uma mazela.

À luz do bom senso, é possível concordar com quase tudo o que postula Dines, mesmo com as críticas mais mezinhas. O enxugamento das redações, por exemplo, com conseqüente perda de qualidade editorial, é um descaminho do jornalismo, explicado pelo novo paradigma: vale o quanto os holofotes deste circo chamado imprensa atraindo o público e não a qualidade da informação. O circo dispensa jornalistas. A insistência com os brindes, os dicionários, CD's, enciclopédias, fascículos de toda ordem é passível da mesma crítica.

A divergência possível com Dines será muito mais em termos do que seja o jornalismo. Postular que ele deve ser neutro, não interventor é crer que ele pode ser neutro e não interventor. E ele não pode.

A substância do que é feito o jornalismo é a linguagem., seja a entrevista do Larry King, em inglês, ou sejam as imagens na frente da embaixada americana. A língua não apenas narra os acontecimentos como também só pode se manifestar como acontecimento. Portanto não lhe é possível existir sem intervir na realidade. Quando se trata de comunicação de massa, a intervenção é ainda mais evidente. Mais que isso, o jornalismo altera exatamente o mundo de que fala. Falar da bolsa é alterar a própria bolsa; tratar de uma empresa é alterar a própria empresa; falar dos movimentos sociais é provocar toda uma nova conjuntura política, ainda que o material jornalístico seja o mais neutro e imparcial

possível. Em certa medida, o jornalismo é sempre uma intervenção na realidade. Se, em alguma matéria sobre física, afirma algo sobre as órbitas celestes, esta afirmação em nada vai alterar as próprias órbitas. Da mesma forma, tudo o que afirmou Isaac Newton não altera em nada a organização do universo. No entanto, se muitos artigos científicos forem publicados sobre física newtoniana, o fazer científico da física vai agir ou reagir em função destes enunciados. Não por acaso, todo centro de **produção** de saber trata logo de ser um centro também de **publicação** de saber.

Evidentemente, o tamanho da intervenção depende de quem diz, quando diz, o que diz e como diz. Se Rudiger Dornbusch, economista do Instituto de Tecnologia de Massachussets, critica a política econômica do Brasil, e a crítica ganha espaço nos jornais, isto provoca uma série de reações. O ministro da Fazenda tem que vir a público para garantir que a economia vai bem; o economista Roberto Campos sai em defesa do governo, desqualificando Dornbusch; o presidente rebate as críticas. A polêmica não é apenas fruto de orgulhos feridos. As críticas de um economista respeitado, capitalista e norte-americano podem derrubar a confiabilidade no governo e na política econômica, afugentar investidores, derrubar as bolsas de valores. Se fosse um líder de esquerda, o impacto seria muito menor. Da mesma forma, as declarações do presidente sobre a economia alteram o perfil dos investimentos.

O jornalismo, por ser comunicação de massa, dispõe de uma posição privilegiada de onde produzir enunciados. Se afirma que esta ou aquela pessoa cometeu um crime, transforma, por antecipação, a pessoa em criminosa, ainda que não seja. Se afirma que este ou aquele supermercado tem o menor preço, provoca um afluxo de compradores que não existiria, ainda que o preço fosse realmente o menor, se não houvesse a matéria do jornal.

Assim se destróem reputações; assim se constróem milionários.

No entanto, ainda se poderia objetar que fazer repercutir as críticas de Dornbusch os jornais não afirmaram nada. O engano aí reside no seguinte fato: uma enunciação não pode ser produzida duas vezes. Ela é um momento único de produção de algum fato de linguagem. Às palavras, se agregam o onde, o como, o quando, o quem fala. Se Dornbusch afirma, esta afirmação é única. Se o jornal reproduz, produz um novo

enunciado. Novo, porque já mudou a posição. Já não é Dornbusch falando a uma plenária, mas um jornal falando à massa, em outro momento histórico, com outra intenção, de outra maneira. É um novo enunciado. Ainda que guarde as características do enunciado original, inclusive a força do seu locutor, já é um novo ato de linguagem.

Tal análise não descredencia as críticas apontadas por Dines, mas as coloca em outro pé, dá-lhes novo estatuto. Não cabe discutir se o jornalismo intervém ou não, mas quanto e para quê. Ele move o mundo, por sua própria natureza. Não cabe negar tal movimento, mas discutir a sua validade e legitimidade, coisa que, no entanto, escapa aos propósitos deste texto.

Sendo interventor, por essência, o jornalismo carrega intenções, como a língua. Em outras palavras, não pode ser neutro. O falante, ainda que de forma inconsciente, sabe que palavras provocam ações ou reações. Ao tratar com elas, carrega-as com intenções, prevendo os acontecimentos possíveis decorrentes dos seus enunciados.

A crítica de Dines, pertinente, peca apenas por abrir a possibilidade de se criar uma nova fantasmagoria sobre o jornalismo: um acontecimento de linguagem passível de neutralidade, isenção e imparcialidade, como resultado necessário de um tipo de jornalismo, o de qualidade para Dines. O jornalismo, para ser bom, não precisa ser isento nem neutro nem não-interventor. Precisa, talvez, saber seus limites. Trabalhar sobre postulados falsos pode ser uma perigosa cilada. Não entender a questão com uma teoria adequada é formular respostas também inadequadas. Assim, a resposta que a crítica encontra para as mazelas do jornalismo é ser imparcial, isento, neutro. A resposta é sonhar com um mundo irreal.

Dines não é o único a formular uma crítica de fôlego maior. Em setembro de 1989, a *Folha de São Paulo* efetivou no cargo de *ombudsman* o jornalista Caio Túlio Costa. A *Folha* já havia se decidido por implantar a função em 86. Caio Túlio desempenhou a tarefa por dois anos e, em 1991, lançou o livro *O relógio de Pascal: a experiência do primeiro ombudsman da imprensa brasileira* contando sua aventura. *Ombudsman*, explica Caio Túlio, é um termo sueco que significa representante do povo. Serve para designar, em inglês, o ouvidor-geral. A idéia era fazer a crítica à *Folha*, e ao resto da imprensa em menor grau, sob a perspectiva do leitor. Caio Túlio foi, desta feita, o primeiro profissional de



jornalismo a ganhar sua vida com a crítica da imprensa. Mais importante que isso, foi o primeiro a contar com uma estrutura de apoio e com garantias para o desempenho da sua função, como a estabilidade no emprego até um ano após o término do seu mandato como *ombudsman*.

Em *O relógio de Pascal*, relata sua experiência, lembrando os casos mais notórios e desvendando os bastidores do trabalho de um “ouvidor geral”. Além disso, não se furta a formular uma crítica, geral, à crítica que se faz da imprensa no Brasil. O próprio nome do livro diz respeito a isso. Blaise Pascal carregava, segundo Caio Túlio, um pequeno relógio preso ao pulso. Uma vez disse a sua irmã, Gilberte Périer:

*Os que julgam sem regras uma obra estão em relação aos outros como os que não têm relógio em relação aos demais. Um diz 'já passaram duas horas', o outro 'passaram apenas três quartos de hora'. Olho o meu relógio e digo a um 'você está se aborrecendo', e a outro 'o tempo anda depressa para você, pois passou hora e meia'. E zombo dos que dizem que o tempo custa a passar para mim e que julgo pela imaginação: não sabem que julgo pelo meu relógio.* (Túlio Costa, 1991: 254-255)

Caio Túlio termina seu livro acrescentando à citação o seguinte texto: “*É impossível julgar qualquer coisa sem regras. Falta método à maior parte da crítica de imprensa no Brasil, sobra maneirismo.*” (Túlio Costa, 1991: 255)

A crítica desempenhada pelo *ombudsman* é, como deve ser, muito mais metódica dos que os espasmos de criticidade ou as polêmicas ocasionais. Mas, como qualquer crítica, além de método, ela deve se assentar em princípios básicos, conceitos que lhe dão sustentação. Todos os casos relatados por Caio Túlio no seu livro trazem consigo uma forma de ver o jornalismo que pode bem ser a forma de ver da *Folha*, do seu manual de redação. Ao criticar Paulo Francis, por exemplo, num dos momentos mais espinhosos da sua jornada, Caio Túlio o coloca como um “*ficcionalista de imprensa*”. Ou seja, para ele, Francis não faz jornalismo porque é um “*cronista dos tempos. Diz besteiras e coisas sábias. Escreve o que muitos pensam e não ousam falar em voz alta. É preconceituoso, vulgar, chuta alguns dados...*” (Túlio Costa, 1991: 130) Ainda relata a vez em que Francis julgou a administração do prefeito Marion Barry, de Washington, “um desastre” por não ter feito nada quando uma nevasca isolou o Pentágono. “*O Pentágono não está na cidade de*

*Washington, mas na cidade de Arlington, fora da jurisdição do prefeito. Barry não tinha nada a ver com a coisa”, conta Caio Túlio (1991: 135).*

A crítica é, obviamente, guiada por um conceito de jornalismo que inclui, pelo menos, que ele trata de fatos, que não distorce informações e que não deve espalhar preconceitos. Ainda que não explicitado, há um conceito que guia a crítica. O próprio Caio Túlio formula, de forma explícita, no último capítulo, o que acredita ser o jornalismo. Para ele, o jornalismo é técnica e, por isso, não pode ser encarado como ciência.

O jornalismo surge, é produto do jornalista, e este, do jornalismo: “*Nenhum pode existir sem o outro*” (Túlio Costa, 1991: 242). Porém ambos se definem mediante um terceiro: a informação. Mas não qualquer uma. O jornalismo lida com o imediato e, por isso, distingue-se das ciências históricas. E ainda que não seja ciência, tem como postulado básico a investigação, a essência da ciência para os modernos, segundo Caio Túlio. Por fim, sem ser ciência matemática, compartilha com esta o apego pela exatidão. Em resumo, eis o conceito: jornalismo é técnica da informação praticada pelo jornalista e deve primar pela investigação e pela exatidão (Túlio Costa, 1991: 242). Sob este alicerce, constrói-se a crítica do ombudsman.

O conceito não serve para a ciência, pois não é, propriamente, um conceito do que seja, mas um conceito do que deve ser. É mais uma prescrição, uma ética, um modelo de comportamento para o bom jornalismo do que uma forma de encará-lo. Não descreve fatos; tenta submetê-los, moldá-los. A essência do que seja o jornalismo, se é que existe uma, lhe escapa. Em outras palavras, tudo o que propõe Caio Túlio diz respeito ao meio de se produzir a materialidade do jornalismo, mas não a esta materialidade. A crítica do ombudsman recai, como a da maioria dos jornalistas, senão a de todos, sob um ditar regras de como fazer um bom jornalismo e reduz-se a correções nos procedimentos técnicos. É mero notar erros e apontar onde a técnica não foi respeitada. Além de apontar distorções na técnica, Caio Túlio critica a *Folha* por sua “imparcialidade”. “... *a Folha, para se mostrar imparcial, acaba sendo parcial com todos os candidatos. Escrevi: ‘Manteve Collor sob marcação cerrada, desinflou números das multidões do PT, interrompeu por sua conta a campanha de Brizola, exagerou ao ver mentiras onde Maluf não havia mentido, combateu a serenidade de Mário Covas - enfim, fez o diabo para falar mal de todos.’*” (Túlio Costa,

1991: 128). A imparcialidade, rosa azul do jornalismo, seria produto do respeito à técnica? Caio Túlio sabe que nem toda técnica pode produzir algo imparcial, porque, no mínimo, deve ser apropriada pelo jornalista, ser imerso em subjetividade. Em suma, o jornalismo é técnica, também, mas não se resume a ela nem se deixa constituir em larga escala por ela. As críticas de Caio Túlio dizem respeito a isso: técnicas do fazer jornalístico.

No entanto, ele não faz nenhuma análise do material que produz o jornalismo e, no caso da imprensa escrita, como a *Folha*, do texto jornalístico. Isto não descredencia o primeiro *ombudsman*. Apenas reserva um espaço possível para outro tipo de crítica, mais centrada no texto.

Eugênio Bucci caminha em outra direção. Crítico de televisão, não deixa, no entanto, de formular, em pelo menos três artigos do seu livro *O peixe morre pela boca*, uma crítica à imprensa, televisiva e escrita. Bucci se atém à materialidade do jornalismo, à sua expressão, não à sua produção. Com isso, ele tenta desvendar o jornalismo, fazendo análise de conteúdo. No artigo *A hipocondria do Fantástico* (1993: 73-76), nota a tendência do jornalismo de domingo à noite da Globo para as pautas médicas, sobre doenças e curas; problemas científicos, como o efeito estufa, e sua solução. A partir daí, tenta demonstrar o quanto a cobertura das eleições para presidente em 1989 teve um tratamento tal qual as pautas médicas. Segundo ele, para o Fantástico “*Lula é a doença; Collor, a cura.*” (Bucci, 1993: 75) Num outro artigo sobre violência, intitulado *Da pancadaria explícita à violência invisível* (1993: 93-129), opta por uma análise mais sociológica, tratando também da violência praticada pela TV e não só aquela que aparece na tela.

Porém o artigo mais interessante é *Uma razão autoritária* (Bucci, 1993: 19-35), onde trata da matéria publicada por *Veja* na última semana de abril de 1989 sobre o cantor Cazuza, já com a saúde bastante debilitada por causa da AIDS. O artigo de *Veja*, com oito páginas, intitulava-se “*Uma vítima da AIDS agoniza em praça pública*” e era baseado em declarações do cantor. Trabalho jornalístico “*rigorosamente sustentado em depoimentos do roqueiro (Cazuza)*” (Bucci, 1993: 20), provocou, no entanto, uma saraivada de protestos, todos muitos intuitivos ou emotivos, segundo Bucci. Ninguém conseguiu, em suma, refletir sobre o que causava tanto destempero aos críticos de *Veja*. Eis a tarefa, “*desmontar*

(decupar) a construção da matéria" (Bucci, 1993: xii). A lógica que rege a matéria é, nas palavras de Bucci, a seguinte:

*Em seu alcoolismo, Cazuzza é comparado a Ernest Hemingway e William Faulkner; no uso de drogas, ao poeta William Blake; e em sua 'promiscuidade sexual' a Jean Genet e Marcel Proust. Ocorre que, justo no ponto em que o compositor brasileiro afirmava encontrar forças para seguir vivendo - o seu trabalho criativo - ele era simplesmente ridicularizado, ou, mais exatamente, desqualificado. (...) no último parágrafo, ela (Veja) afirma com todas as letras, e por duas vezes, que 'Cazuzza não é um gênio'. Pronto: o silogismo subterrâneo está concluído. Se Cazuzza fosse um artista do porte de um Hemingway ou de um Proust, capaz de deixar à humanidade uma obra definitiva, estariam como que desculpados seus excessos de 'garoto-problema, homem-problema, doente-problema'. Como ele, no entanto, 'não é um gênio', todo o barulho armado ao seu redor seria apenas uma comoção coletiva diante de um rapaz famoso com fantástica habilidade para montar escândalos. (Bucci, 1993: 23)*

Cazuzza teria sido desqualificado por não ser gênio, constatação feita por *Veja* ao compará-lo com Noel Rosa, um artista perene, com obras ainda requisitadas, sinal de genialidade. Cazuzza, por seu lado, passaria rápido, seria esquecido, segundo as previsões de *Veja*. Eis aí a régua torta que serve para medir grandezas que não podem ser comparadas. Para Bucci, não se mede genialidade comparando Paul McCartney a Pavarotti, Rita Lee a Cartola. Aliás, nem tampouco interessa, a não ser para *Veja*, discutir se Cazuzza é gênio ou não.

Bucci trabalha com a intenção do texto, sua construção subterrânea. Retira as palavras do invólucro da imparcialidade e atribui a elas um sentido não explicitado. A crítica, neste caso, perde seu viés normativo. Pouco interessa se o procedimento da *Veja* fere ou não princípios jornalísticos. Interessa, sim, a conclusão a que ela chega e por que constrói o silogismo da forma como constrói. Para Bucci, *Veja* se coloca como a legítima representante da classe média conservadora e alcança sucesso com isso, impõe sua lógica e repercute, com apoio dos seus leitores.

A matéria publicada por *Veja* pode resistir às críticas centradas na técnica jornalística. A revista poderia, até mesmo, se defender alegando que adotou critérios estritamente jornalísticos. Bucci poderia rebater: toda técnica, por mais aparentemente neutra que seja, serve a interesses. A neutralidade, se existisse, não é uma não-postura; é um ponto de vista. Tentar não intervir também é uma forma de fazer história.

Bucci faz uma análise de conteúdo, ligando a materialidade do texto com que trabalha à postura da revista, sua condição social, sua ideologia e estratégia mercadológica. Assim, não volta o seu olhar para a língua, mas para uma evento de linguagem específico. Seu trabalho não pode ser generalizado para nenhuma outra publicação e nem mesmo para qualquer edição de *Veja*. Se Bucci consegue fazer uma crítica mais consistente, isto não permite considerá-la menos pontual. A análise não abarca muitos dados, até mesmo porque não parece ser esta sua pretensão.

Há ainda um espaço onde esta tese pode trabalhar e ser, em algum grau, inovadora.

- **A crítica acadêmica**

A crítica é o produto de individualidades condicionadas. A estruturação dos seres humanos na sociedade faz com que uma opinião sempre parta de uma determinada posição social. Desta forma, se um leitor de jornal critica o veículo que lê bem provavelmente o fará de um outro ponto de vista que não o do profissional de imprensa. Cada um ocupa uma posição social diferente em relação ao jornalismo e cada um emite opiniões diferentes e condicionadas por sua posição.

Assim, a crítica formulada por jornalistas nas revistas especializadas e jornais é distinta da crítica dos pesquisadores da comunicação, trabalhando dentro de instituições de ensino superior. O papel que cada um desempenha na sociedade faz com que tenham opiniões diferentes e diferentes formas de se manifestar. Em outros termos, a organização social faz com que as manifestações lingüísticas, como as da crítica, sejam também organizadas. Cada uma destas críticas se faz em um gênero de texto específico, com marcas lingüísticas claramente distintas.

O meio de circulação de uma e de outra crítica é uma evidência das diferenças de objetivo, método e escopo entre elas. As críticas dos jornalistas circulam em revistas especializadas e jornais. A dos pesquisadores, em livros, teses, revistas científicas e anais de congressos. Isto parece apenas um detalhe, mas, sintomaticamente, revela muitas

diferenças. A crítica dos jornalistas, da mesma forma que a revista em que circula, é perecível. Em maior ou menor grau, os jornalistas centram suas atenções em problemas pontuais, de forma breve, pouco aprofundada. Analisam questões atuais e recusam a formulação de uma teoria mais abrangente e duradoura. Os pensadores da academia pretendem formular explicações mais abstratas, generalizantes e duradouras. Assim, um livro como *Dialética do esclarecimento*, de Theodor Adorno e Max Horkheimer, escrito em 1947, é, com as devidas ressalvas, atual até hoje. A ciência, ou qualquer forma de conhecimento que se auto-intitule científica, traz a herança, mínima que seja, da intenção racionalista de produzir um conhecimento totalizante, final, definitivo. Ciro Marcondes Filho, um dos mais notórios pesquisadores na área de comunicação social, afirma na apresentação do seu livro *O capital da notícia*:

*Este livro condensa minhas preocupações com o caráter da notícia numa sociedade de classes. É um trabalho teórico sobre o jornalismo no modo de produção capitalista. Acredito que as constatações que fiz sobre o caráter da notícia nesse sistema econômico sejam suficientemente estruturais a ponto de serem aplicados a qualquer formação social capitalista contemporânea. (...) Minha preocupação neste estudo foi a de encontrar um quadro teórico que explicasse o caráter político, econômico e ideológico da notícia na sociedade de classes (...) Esta contribuição, portanto, refere-se a um ordenamento teórico sobre o estatuto da notícia na sociedade capitalista, uma questão que pretende, pelo seu caráter de discussão e macroexplicação, ser estendida e aplicada às diferentes realidades histórico-sociais, inclusive à nossa. (1989: 9)*

O *status* que Marcondes Filho pretende dar a sua obra é de conhecimento teórico, científico e com a maior abrangência de dados possível. O conhecimento acadêmico que não pretenda o status de ciência é também um reformulador dos sentidos da palavra “científico”. Por esta pretensão ao científico, à construção de um conhecimento definitivo, os livros ou outras publicações, com maior tempo de vigência nas estantes, são o meio de circulação por excelência dos textos produzidos na academia.

Um bom exemplo do tipo de formulação crítica desempenhada pela academia é o trabalho já citado de Ciro Marcondes Filho. Em *O capital da notícia*, Marcondes Filho faz uma análise do jornalismo, dentro das sociedades capitalistas, valendo-se de conceitos marxistas. O autor não usa estes conceitos, no entanto, de forma inconsciente. Marcondes Filho conhece a obra de Karl Marx e Friedrich Engels, citada na bibliografia do livro. A

opção teórica é clara e explícita para o leitor. A crítica se faz a partir da formulação generalizante e não exatamente da análise de casos específicos, por vezes citados como comprovação da teoria que se está construindo.

Dentro deste arcabouço teórico marxista, Marcondes Filho postula que um jornal é uma empresa capitalista, como outra qualquer, que tem os mesmos objetivos e se organiza da mesma forma. Sua matéria prima é a informação. Seu produto, a notícia. Sendo a notícia um produto, ela pode ser encarada com os conceitos econômicos desenvolvidos por Marx em *O capital*, como o de que as mercadorias têm, a um só tempo, um valor de uso e um valor de troca. Marcondes Filho afirma:

*Assim como a roupa que se pode adquirir numa loja, assim como a fruta que se pode obter em uma quitanda, também notícias podem ser compradas. Elas não são somente produtos, como supõe a acepção mais ingênua. Elas são, de fato, "a forma elementar da riqueza no capitalismo" (Marx); são mercadorias. São produzidas por um mercado real e encerram em si a dupla dimensão da mercadoria: o valor de uso e o valor de troca. Ao passar por uma banca de jornais, o indivíduo pode ser atraído para a aquisição de um periódico por força da promessa da satisfação de necessidades ou interesses que essa mercadoria contém. Da mesma forma que uma roupa, um alimento, um objeto de uso pessoal, também o jornal é produzido para a venda. Uma informação pura e simples não é mercadoria. Para tanto, é preciso que ela seja transformada em notícia. Um acidente só vira notícia se nele estiver envolvido alguém, que o jornal pretenda destacar, conforme suas intenções, positiva ou negativamente. O jornal, então, cria, a partir da matéria prima informação, a mercadoria notícia, expondo-a a venda (por meio da manchete) de forma atraente. Sem esses artifícios a mercadoria não vende, seu valor de troca não se realiza. (1989: 25)*

Ao conceituar teoricamente a notícia como uma mercadoria e o fazer jornalístico como a produção desta mercadoria, é possível entender e, quiçá, criticar uma série de fenômenos jornalísticos apontados como desvios pela crítica feita pelos próprios jornalistas. Em um dos artigos resenhados nesta tese, Roberto Drummond criticava o "denuncismo" da imprensa. A crítica não lhe é exclusiva. Vários outros articulistas, também já resenhados, apontavam na denúncia sem medidas um dos defeitos do jornalismo. Como a crítica se faz tendo como base uma teorização normativa do fazer jornalístico, podemos até mesmo tachar, sob este ponto de vista, a tendência desmedida à denúncia como um desvio do bom fazer jornalístico.

A teorização de Marcondes Filho não propõe um fazer jornalístico ideal, mas aponta as características do jornalismo na sociedade capitalista. Com isto, é possível

entender a atração pela denúncia de outra forma. Sendo uma mercadoria, a notícia deve atrair seu público. Uma matéria bem feita inclui, portanto, ser atraente ao público. Assim, a "denuncite" não seria um defeito, nem um desvio, mas uma exacerbação das características do jornalismo. Ser sensacional é uma virtude de uma imprensa capitalista. Aponta Marcondes Filho:

*Para mim, a aparência de valor de uso no jornalismo leva-o necessariamente a "sensacionalizar" a vida política, econômica e social de determinada formação histórica. O que caracteriza o jornalismo não é somente vender fatos e acontecimentos (que seriam puramente o valor de uso da informação), mas, ao transformá-los em mercadoria, explorar e vender a sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato. (1989: 30)*

A crítica, construída desta forma, supera, em diversos pontos, a crítica dos jornalistas. Primeiro, porque explicita sob qual ponto de vista assenta sua proposições. Assim, se mostra como uma visão parcial do mundo. Por mais abrangente que tente ser, assume-se como crítica condicionada historicamente e não se propõe como verdade. O próprio Marcondes Filho o afirma, já na apresentação de *O capital da notícia*: "*Meu livro contém imprecisões, constatações discutíveis, afirmações provisórias. Ele não pretende, fazendo a tábula rasa de tudo o que existe por aí, impor-se como a única verdade. Não há nem vai haver verdade absoluta alguma. É preciso livrarmo-nos dos deuses e dos mitos de toda natureza.*" (1989: 10) A teorização tende ao abstrato, pretende ser duradoura e verdadeira, busca explicações definitivas, mas admite ser sua missão impossível.

Segundo, porque a crítica não se faz sobre uma falsa dicotomia entre o bom jornalismo e seus desvios. Pelo contrário, indica características do jornalismo na sociedade capitalista, aponta os supostos defeitos como decorrência destas características e não endeusa um fazer que é, por si mesmo, criticável. O jornalismo não é heróico, um cruzado na luta contra a ignorância. O jornalismo é visto também como um fazer capitalista, com todos os defeitos ou virtudes que isto implica.

Terceiro, porque a formulação teórica, abstrata e conceitual não se prende, de forma definitiva, a nenhum acontecimento específico, mas pretende, e consegue, explicar uma gama muito mais ampla de fatos. É uma forma de ver o mundo e entendê-lo.



A teorização de Marcondes Filho, se se restringisse a somente o que foi resenhado até aqui, poderia ser apontada como excessivamente passiva ou meramente descritiva. Tal afirmação seria falsa. Há um forte componente implícito de crítica. Uma das principais preocupações do livro é o procedimento ideológico do jornalismo, como ele colabora para manter o estado de coisas inalterado.

O jornalismo é um processo, para Marcondes Filho, de reafirmação do poder constituído. Diz ele:

*Criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como 'a verdade'. (1989:11)*

Por trás de um fazer que se afirma imparcial, encontra-se uma poderosa máquina de reprodução ideológica. Há um falseamento da realidade<sup>9</sup>, através de vários processos. No entanto, o jornalismo, diz Marcondes Filho, institui uma nova forma de poder que não é baseada no monopólio do saber. Os sacerdotes e professores, por exemplo, baseiam seu poder na detenção de um conhecimento fechado. Mesmo o Estado guarda seus segredos, pois são informação e, ao mesmo tempo, poder. O jornalismo faz exatamente o contrário. *"Mesmo que os jornais desvendem segredos militares ou escândalos públicos, esse desvendar desnuda a informação secreta e suprime-lhe o poder na medida em que o fato é devassado. A publicidade do fato subtrai o conteúdo de poder da informação: denunciar um escândalo público vende o jornal, mas não lhe transfere o poder".* (Marcondes Filho, 1989: 25)

Não sendo uma forma tradicional de poder, pois atenta contra o saber fechado, o jornalismo tem seus próprios meios de ser um exercício de poder. Marcondes demonstra vários processos através dos quais o jornalismo manipula os leitores:

---

<sup>9</sup> O conceito de ideologia com que trabalha Marcondes Filho é marxista clássico. A ideologia é tratada como o falseamento da realidade, feita pela classe dominante, para que a classe dominada nunca perceba a verdade: o processo de dominação ao qual está subjugada. O conceito de ideologia será discutido no Capítulo III.

*A política de produção de notícias tem, assim, o caráter de cultivar a passividade. O tratamento que ela dá aos fatos, quer como mitos ou signos, conduz, em qualquer caso, à despolitização do real: é a apresentação dos fatos como algo unívoco, fechado, somente positividade, sem contradições; não há ambivalência, mas a disciplina e a adaptação ao modelo: são - enquanto desmontagens do real - confirmações do esperado, formas que encobrem a dialética e qualquer penetração inesperada além do visível. É uma organização do mundo não-contraditória. O real, o contraditório, é esvaziado e, como consequência, o sistema reforça-se e é inocentado. O conflito, o polêmico, o questionador que existe em cada fato desaparece. (1989: 15-16)*

A notícia, apresentada como tal, como mera prestação de serviços, fragmenta a realidade e, ao afirmar-se como conhecimento objetivo, tende ao dogmatismo. Verdade inquestionável, aponta e reforça seu próprio *status* de saber totalizante e definitivo.

Num outro tópico do seu livro, intitulado, sintomaticamente, *As formas de encobrimento e de falseamento*, Marcondes Filho aponta diversos outros processos. Trabalhando com o conceito clássico de ideologia, formulado por Marx em *A ideologia alemã*, indica a fragmentação da realidade como o primeiro processo que encobre, falseia, dissimula a realidade. O jornalismo, através do seu texto, retira o fato da sua realidade histórica, mostra-o como um fragmento da realidade. Da mesma forma como o produto final de uma linha de montagem numa fábrica já não parece produto de seres humanos: os trabalhadores, as notícias, fragmentadas, já não parecem realidade histórica. E, assim, a realidade escapa ao jornalismo.

A personificação dos processos sociais é um segundo meio de ocultar a realidade. O sujeito pensa a partir de si mesmo, como se a história fosse feita por homens isolados. É uma forma tipicamente burguesa de raciocinar. O jornalismo, ao personificar os processos sociais, distancia o ser humano da ação histórica. Não é mais o sujeito que produz a história, mas os grandes vultos. Apenas a passividade é permitida.

A pauta é também uma forma de encobrir a realidade. Como o jornal tem um espaço relativamente pequeno para tratar de uma certa gama de assuntos, deve fazer sempre uma opção entre o que será noticiado e o que será excluído do jornal. Assim, o jornalismo extrai da realidade a parte que lhe interessa. Com todos estes processos, o jornalismo recria a realidade social. Nas palavras de Marcondes Filho:

*A função política efetiva do jornal na sociedade de classes não é a de noticiar, divulgar fatos que interessam à classe ou setores dominantes, mas a de moldá-los, esticá-los e comprimi-los, reproduzir assim a vida pública e privada conforme os parâmetros ideológicos de seus produtores. Trata-se, portanto, de montar uma segunda natureza dos fatos sociais, diferente e, em muitos casos, oposta à verdadeira natureza das coisas. Fazer jornalismo não é só divulgar notícias ideologicamente orientadas, mas também, e principalmente, redirecionar o conjunto dos fatos sociais (notícias) de acordo com essa natureza artificial. O mundo que o jornalismo recria é, portanto, um outro mundo, com outros fatos e outra atribuição de importância, que já não tem muito a ver com a realidade. É um mundo forçado, cristalização ideológica da realidade que seus produtores almejam e situam como ótima. (1989: 51)*

Cremilda Medina, em *Notícia: um produto à venda*, trabalha dentro do mesmo marco teórico, assumindo, de forma mais explícita, uma influência dos estudos da escola de Frankfurt. Para os frankfurtianos Theodor Adorno e Max Horkheimer, a produção cultural, com o advento dos meios de comunicação de massa, adotou todas as características da indústria capitalista. Produz, com uma especulação prévia sobre o lucro que pretende obter, mercadorias adaptadas ao consumo das massas. Assim, os bens culturais produzidos perdem o potencial utópico que a arte autêntica tem. Medina serve-se desta conceituação:

*Vencida uma das principais limitações humanas, tempo/espço, ninguém tem dúvida ao atribuir a vitória aos recursos tecnológicos, que veiculam a informação. E logo se percebe também que os próprios avanços tecnológicos fazem parte das necessidades da industrialização, o que reforça a informação, no caso, jornalística, como decorrência normal do sistema econômico que está na base. Há então a considerar a informação como outro produto, mais um, deste sistema. No momento, é preciso examinar o problema no seu enquadramento geral: informação jornalística como produto da comunicação de massa, comunicação de massa como indústria cultural e indústria cultural como fenômeno da sociedade urbana e industrializada. (...) E não é possível discorrer sobre a mensagem jornalística como um dado isolado desta realidade. (Medina, 1978: 20)*

Nílson Lage, em *Ideologia e técnica da notícia*, detalha como acredita funcionar a ideologia nos textos jornalísticos e penetra nos limites do texto. Para ele, não há texto ileso à ideologia. Ao construir uma frase, o sujeito faz uma série de escolhas de palavras. Em termos mais apropriados à lingüística estruturalista, a construção de um sintagma pressupõe escolhas paradigmáticas. Em outras palavras, o jornalista tem múltiplas opções para construir uma sentença: povo, público, população; ditador, líder, governante; capanga (de um gângster), guarda-costas (de um político), responsável pela segurança (de uma autoridade); mercenário, guerrilheiro, terrorista, combatente.

*As distinções podem ser sutis, mas são efetivamente importantes; estar neutro, aí, é utópico, até mesmo porque neutralidade confunde-se com perspectiva de consenso. Um consumidor habitual de despachos telegráficos achará normal ler que 'um submarino comunista navega nas costas do Canadá', embora outra locução - como em 'um tanque capitalista ronda as fronteiras húngaras' - seja capaz de lhe despertar a atenção para o fato óbvio de que submarinos e tanques são impermeáveis à ideologia. A simples aproximação de duas notações que não se relacionam sugere o instituto da causa e efeito, fenômeno conhecido da antiga retórica. Temos que, supostamente, 'a economia da África do Sul vai bem' e, também como verdade, que 'a África do Sul adota o apartheid'. Se construímos a frase 'na África do Sul, país que adota o apartheid, a economia vai bem', estaremos sugerindo que a economia progride porque o país adota o apartheid e que este, por seu lugar no texto, é um fator importante no êxito econômico.' (1979: 53)*

Desta forma, não há fazer jornalístico ileso de valoração e, evidentemente, tal valoração é condicionada pela realidade social. Numa sociedade ocidental e capitalista, parecem neutras as assertivas ocidentais e capitalistas. A ideologia se manifesta, concretamente, nas escolhas lexicais, no processo de domesticação das palavras. Para reproduzir a ideologia dominante e manter a sociedade como está, há que se conjurar o poder demolidor das palavras. *"Palavras são proibidas, perigosas, cheias de ameaças; a política de sua escolha é sutil e interessada. Que distância há entre advertência, ameaça e ultimato? Entre convite, convocação e chamado?"* (Lage, 1979: 53)

Os estudos resenhados até aqui voltam-se para os meios de comunicação e, mais especificamente, para o jornalismo como objeto de análise. É através desta delimitação do objeto que os três estudos tentam explicar o processo de reprodução (ou ocultação ideológica). Medina e, principalmente, Marcondes Filho atribuem um grande poder de manipulação aos meios de comunicação de massa.

Tal tese é contestada por Carlos Eduardo Lins da Silva, em *Muito além do jardim botânico*. O livro distingue-se dos outros três pela delimitação do objeto, metodologia e escopo. É um estudo de recepção, menos preocupado com a emissão ou o conteúdo da mensagem. Diz ele:

*Os estudos de recepção estão entre os mais numerosos na literatura internacional de comunicação de massa. O motivo é simples: a preocupação com os efeitos desses meios sempre foi a dominante, não apenas por motivos políticos (os norte-americanos, durante e logo após a II Guerra Mundial, estavam extremamente interessados em conhecer qual a influência que a*

*propaganda alemã e, mais tarde, a soviética poderia ter sobre a sua população, bem como a que a sua propaganda poderia ter sobre as pessoas em outros países) como por razões econômicas (emissoras de rádio e de TV e os anunciantes desejavam ter a exata dimensão não apenas do número de pessoas que estavam sintonizadas em seus programas, como também das possíveis reações deles a seu conteúdo). (1985: 44-45)*

Assim, seu objeto de estudo é a reação das pessoas às mensagens que vêm na televisão. Uma teoria generalizante, neste caso, é quase impossível. Os estudos de recepção voltam a sua atenção para casos concretos e particulares e, se tentam alguma generalização, fazem-no a partir de dados específicos. Lins da Silva parte do pressuposto de que a análise não deve ater-se ao conteúdo da mensagem, pois este será sempre reinterpretado pelo receptor. Por isso, é preciso partir da recepção para entender o processo de comunicação.

Seguindo por esta linha, o estudo propõe-se a analisar a recepção do Jornal Nacional por trabalhadores de duas pequenas comunidades, chamadas Lagoa Seca e Paicarará. Evidentemente, a recepção dos programa de televisão é heterogênea. Cada um tem sua forma de interpretar as mensagens que recebe, de maneira mais ou menos ativa. Para a comunicação de massa importa, no entanto, o estudo da recepção por coletividades. Assim, é necessário trabalhar com estatísticas ou com sinais externos de consenso social. Poderíamos, então, ter resultados quantitativos como: X% interpretaram isso; Y% interpretaram aquilo. Ou, numa análise qualitativa, a constatação de que apesar da ideologia dominante insistindo que o Brasil vai bem, os trabalhadores decidiram organizar um sindicato, fruto de um consenso social, ainda que de um pequeno grupo.

Lins da Silva adotou o método de pesquisa participativa. Não só perguntou aos trabalhadores o que eles achavam do jornal, mas também assistiu o JN com eles. Segundo ele, o sentido não está dado. Depende dos receptores. A cobertura da greve do ABC, por exemplo, foi distorcida, tratada de forma pejorativa pela Globo, mas serviu, em Lagoa Seca, para organizar os trabalhadores.

Ao final, Lins da Silva conclui:

*A primeira hipótese levantada é a de que o grau de interferência de outras fontes - além da televisão - na formação da representação da realidade de uma pessoa lhe dá maiores oportunidades de duvidar, criticar e rejeitar o que ela vê no televisor. Os dados colhidos em Lagoa Seca e Paicarará confirmam esta hipótese. (...) Depois, há a segunda hipótese: se o grau de comprometimento pessoal que o indivíduo tem em relação a um determinado assunto é*

*grande, então ele não vai se deixar iludir por mensagens televisivas que contêm mentiras ou meias verdades em relação àqueles assuntos. As evidências recolhidas neste estudo também permitem concluir que esta hipótese é verdadeira. (1985: 138-139)*

Às conclusões de Lins da Silva, é possível objetar três contestações: primeira, que os MCM, e o Jornal Nacional dentro deles, atuam influenciando sub-repticiamente. Diversas campanhas publicitárias de venda de produtos trabalham na perspectiva de gerar necessidades e não na perspectiva de produzir uma decisão racional e, mais que isso, passível de ser expressa verbalmente. Estimular o consumo de um determinado chocolate não é fazer com que o consumidor diga, a si mesmo, que irá comprar tal ou qual chocolate. Mas, antes, é fazê-lo sentir desejo diante do produto exposto nas prateleiras dos supermercados. Desta forma, a externalização do efeito da campanha se dá no gesto de tirar o produto da prateleira e pôr no carrinho de supermercado. Há, evidente, efeitos que nunca se expressam e que nem por isso podem ser tidos como não-efeitos.

Em suma, o ser humano não é perfeitamente consciente de todos os seus atos, sentimentos e valores. Ele não sabe tudo acerca de si mesmo. Quando o JN faz uma série de matérias afirmando que o governo não tem dinheiro para resolver o problema da seca no Nordeste, isto penetra, de formas distintas, na consciência das pessoas. Se o nordestino afirma que não mudou sua opinião sobre o assunto é temerário aceitar que não houve nenhuma mudança na sua forma de pensar. As mensagens penetraram na sua consciência e, por mais que isso não seja suficiente para movê-lo de afirmar a inverdade das notícias, algo de novo se soma ao seu pensamento. Este novo estado de consciência pode jamais se externalizar.

Pesquisas de recepção em geral trabalham com fatos externos. Não há nenhum pecado nisso. Mas já não se pode concluir contra o poder manipulador dos meios de comunicação tendo esta limitação em vista.

A segunda contestação é a de que o sujeito participa de uma rede social intrincada. Suas conclusões acerca de um determinado assunto noticiado na TV podem ser diferentes em uma e em outra posição social, ambas ocupadas por este mesmo sujeito. Como pai, pode achar injusto colocar um filho para trabalhar aos 12 anos de idade. Mas, como chefe de família, pode aprovar tal prática. Os sujeitos são heterogêneos se

comparados uns com os outros, mas também são heterogêneos em si mesmos. Dentro desta heterogeneidade, recebem e respondem às mensagens de formas diferentes, de acordo com o papel que desempenhem. As pesquisas de recepção trabalham com uma homogeneidade que não existe.

Por fim, a terceira contestação é de que todo texto (pensando texto como qualquer material simbólico organizado) é ambíguo. Lins da Silva conclui que a fundação de um sindicato é um movimento de resistência à cobertura ridicularizante dada pela Globo às greves no ABC paulista, na década de 80. No entanto, a contramensagem já estava contida, como enunciado a ser negado, na mensagem. Dizer “o movimento sindical produz o caos e a baderna, prejudicando os trabalhadores” é negar o enunciado “o movimento sindical é uma forma de organização ordeira que beneficia os trabalhadores”.

A cobertura da saída da prisão do Bandido da Luz Vermelha tratou-o como marginal e, a um só tempo, como herói. As denúncias de prostituição infantil no Nordeste aumentam a ojeriza da população e a clientela das menores. O movimento que tenta apagar a contradição das mensagens veiculadas pelos MCM não atinge seu objetivo, nem poderia atingir. Dizer “o governo vai bem, obrigado” é negar “o governo vai mal, lamento”. As mensagens não são homogêneas, mas heterogêneas. Tais resultados não são fruto da resistência da recepção, mas da própria ambigüidade do texto.

O objetivo de Lins da Silva de provar que não há um “monstro” manipulador por trás dos MCM, porque as pessoas, mesmo as mais humildes como as de Lagoa Seca e Paicarará, não são tão passivas quanto parece, é atingido de forma parcial. Se há uma falácia ao se atribuir tanto poder aos MCM, há também uma falácia ao concluir, de forma apressada, que o receptor tem condições de responder, a contento, às mensagens dos meios de comunicação. Além do que, tal conclusão pode servir para justificar sentenças como “nós mostramos o que o público quer ver”, o alicerce argumentativo de tantos programas de baixa qualidade na TV e do sensacionalismo dos telejornais. Se o público reage bem a qualquer mensagem, não há então porquê para tantos pudores. O contrário seria paternalizar sujeitos capazes e conscientes.

Um apresentador de programas policiais pode não convencer seu público a ser a favor da pena de morte, mas, por certo, está vendendo, implicitamente, a tese de que a

criminalidade deve ser punida, pois se trata de uma distorção de caráter. Oculta-se o problema social. Tal raciocínio é de tal forma sub-reptício que não encontra resistências para ser aceito.

Lins da Silva tenta, a partir de um caso concreto, contrariar os conceitos abstratos de teóricos como Marcondes Filho e Cremilda Medina. Porém é pobre nos fundamentos, ainda que seja rico nos métodos.

Se Marcondes Filho pode ser contestado, talvez seja melhor contestar seus fundamentos, como o conceito marxista clássico de ideologia. Em um trecho já citado, ele afirma que *“O mundo que o jornalismo recria é, portanto, um outro mundo, com outros fatos e outra atribuição de importância, que já não tem muito a ver com a realidade (grifo meu). É um mundo forçado, cristalização ideológica da realidade que seus produtores almejam e situam como ótima.”* (1989: 51) O conceito marxista clássico trata ideologia como uma deformação da realidade. Para os marxistas, a verdade é revolucionária. Bastaria ao operário compreender a sua situação de opressão para que operasse uma revolução. O conceito implica ter que sustentar uma frágil dicotomia entre ideologia e realidade e tem sido criticado. No Capítulo III, voltarei a esta discussão.

- **As abordagens lingüísticas dos MCM**

Diversas são as abordagens lingüísticas possíveis dos eventos protagonizados pelos Meios de Comunicação de Massa. Tal diversidade se deve a dois fatores preponderantes: a variedade de enfoques teóricos da própria lingüística e a multiplicidade de fenômenos passíveis de estudo relacionados aos MCM.

Assim, uma abordagem sociolingüística laboviana pode se dedicar, por exemplo, ao estudo dos efeitos da introdução dos MCM na variante lingüística de uma comunidade qualquer ou, até mesmo, às variações fonéticas na apresentação de diversos programas de rádio, de distintas regiões e para distintos públicos.



Da mesma forma, uma mesma cobertura de um evento, como a guerra do golfo, por um mesmo jornal pode ganhar uma análise foucaultiana e outra etnometodológica. Cada olhar para a realidade descreve um mundo distinto. E cada olhar é falho e incompleto, o que não desqualifica nenhuma abordagem.

O objetivo central deste capítulo é fazer um breve relato de alguns estudos lingüísticos sobre os meios de comunicação de massa, centrando a atenção naqueles que tenham o jornalismo impresso como objeto.

Norman Fairclough, no 2º capítulo de *Media Discourse* (1995: 20-34), resenha o que classifica como um apanhado selecionado de abordagens e estudos do discurso dos meios. Vou nortear-me por este texto, tecendo minhas próprias considerações e acrescentando alguns estudos ou abordagens que considere relevante.

Para a lingüística, os MCM podem oferecer um farto material de análise: normas gramaticais inerentes ao texto jornalístico, análises semânticas dos textos dos telejornais, etc. As análises voltadas para a crítica de algum processo desempenhado pelos MCM, como, por exemplo, o alinhamento ideológico, trazem contribuições para a lingüística, na medida em que desenvolvem teorias descritivas para tanto, mas também para os MCM, pois são o objeto desvendado.

## Etnometodologia

Além das análises estritamente lingüísticas<sup>10</sup>, que apenas retiram dos MCM seu material lingüístico, uma das possibilidades de análise dos meios de comunicação são as abordagens da etnometodologia. Os estudos guiados por esta perspectiva teórica se interessam, particularmente, pela análise da conversação. O pesquisador John J. Gumperz, por exemplo, em seu livro *Discourse strategies* (1982), dedica-se, entre outras coisas, à análise de mal-entendidos entre falantes nativos de inglês de países diferentes, como a Índia e os Estados Unidos. Gumperz relata o caso de um americano que interpretava como uma espécie de ultimato a oferta de creme por um indiano em uma lanchonete dos Estados

---

<sup>10</sup> Chamo de análises "estritamente lingüística" aquelas que têm interesse apenas para a lingüística, como os estudos de sintaxe ou semântica com corpus retirado dos MCM.

Unidos. Os contornos prosódicos da pronúncia significavam apenas uma cortês pergunta para o indiano. Para o americano, era como uma ordem.

Outro caso analisado por Gumperz é o de um homem negro americano que foi levado a julgamento nos Estados Unidos por ter dito em um programa de rádio: "We will kill everyone who tries to destroy our breakfast program. We will kill Richard Nixon. We will kill every mother who attacks the black peoples. We will kill anyone who tries to destroy the good work we are doing." Acusado e preso, o negro apenas havia transportado o estilo de oratória dos sermões de igreja para o rádio. Todo o seu "sermão" era recheado com invocações, simulacros de transe, respiração pesada e hiperventilação. A defesa argumentou, perante o tribunal, que se tratava, tão somente, de um mal-entendido. A palavra "kill", no caso, estava sendo usada, segundo a defesa, não com o sentido de pôr um fim à vida do presidente dos Estados Unidos. Menos que isso, era usada da mesma forma como se diz "kill it" para dizer "stop doing that" ou "he killed that bottle" para dizer "he finished that bottle". Em "black English", alegou a defesa, "we will kill Richard Nixon" teria o mesmo significado de "our organization will destroy Nixon politically".

A conclusão de Gumperz é: há uma relação muito próxima entre a pregação nas igrejas de negros protestantes americanos e sua oratória política. O mal-entendido seria o produto, então, de diferentes formações. A estratégia retórica do homem negro acusado de querer matar Nixon não era de fato ameaçar o presidente de morte, mas deixar clara sua disposição política. No entanto, por diferença de formação, os brancos interpretaram tal intenção de forma distinta.

Assim, dadas formações diferentes, os falantes adotam esta ou aquela estratégia para significar o que intentam significar. Se o interlocutor tiver uma estratégia interpretativa muito diferente, os resultados podem ser mal entendidos desastrosos.

Paul L. Jalbert, professor de Ciências da Comunicação na Universidade de Connecticut, no seu artigo *Critique and analysis in media studies: media criticism as practical action* (1995), estabelece alguns procedimentos teóricos utilizados pela análise etnometodológica<sup>11</sup>. Neste artigo, Jalbert trata os textos como categorizações do mundo. Em

---

<sup>11</sup> O artigo de Jalbert não é uma análise dos meios, mas sim uma crítica da crítica a-teórica feita pelo jornalista Joshua Muravchik da cobertura da guerra do Líbano feita pelas emissoras de TV americanas.

outras palavras, textos são formas de se nomear, entender, enxergar o mundo. Desta forma, uma polêmica como a sobre a legalização do aborto pode girar em torno do entendimento que grupos discordantes tenham do que seja um feto, um embrião, um gameta. Para uns, o feto é uma vida. Para outros, apenas uma fase do desenvolvimento de uma gravidez. Os estudos etnometodológicos não podem, segundo Jalbert, dar atenção a estas diferenças. A análise deve ser feita sem, digamos, pré-conceitos acerca do conteúdo abordado pelo texto em análise. A isso, ele chama de "indiferença etnometodológica".

Pouco interessa qual categorização de mundo um texto produza. A análise deve estar isenta de valorações. O objeto é o texto, produzido por falantes com formações diferentes. Revelar que tipo de significado um leitor pode tirar destes textos é uma tarefa da etnometodologia. Supor que significados eles tiram escapa de sua alçada.

A etnometodologia traz, ao menos, um questionamento muito sério aos valores canônicos do jornalismo. Ao trabalhar sobre um conceito de texto como um mediador impreciso de sentidos, torna, por extensão, também impreciso o fazer jornalístico. Lançando um olhar sobre a materialidade signica dos jornais e assumindo que seu produto mais evidente são textos, e não informações, não há como escapar da evidência: os sentidos transmitidos pelo material mais abundante dos jornais, os textos, não estão dados a priori. O significado é construído numa mediação realizada pelo texto. Porém textos são imprecisos em si mesmos.

### Critical linguistics

A lingüística crítica é uma outra forma de abordar os meios de comunicação de massa centrando a atenção no texto. Originou-se com o livro *Language as social semiotic*, de M.A.K. Halliday, publicado em 1978. Desde então, tem angariado muitos adeptos, apresentando uma grande produtividade de estudos e reafirmando sua posição. Parte do fascínio exercido por este tipo de abordagem se deve à sua metodologia, supostamente mais rígida e, portanto, mais “científica”. O projeto de Halliday consiste em desenvolver um

modelo de análise de texto calcado na lingüística sistêmica, restrita, no máximo, à análise de sintagmas.

Segundo a concepção dos lingüistas críticos, um texto é multifuncional; serve tanto para representar o mundo quanto para estabelecer relações interpessoais. Sua construção é resultado de escolhas possíveis de vocabulário, sintaxe, etc. Mas além de ser o espaço para construções lingüísticas, um texto é também o campo de manifestação de processos ideológicos. As duas coisas, aliás, estão inter-relacionadas. As escolhas lingüísticas podem acarretar conteúdos ideológicos; são decorrência de opções que produzem cargas ideológicas.

Beatriz Lavandera, da Universidade de Buenos Aires, desenvolve, no artigo *Decir y aludir: una propuesta metodológica* (1985), uma análise tributária dos trabalhos de Halliday. Lavandera volta sua atenção para o texto, tentando construir uma metodologia que não se sustente em fatores extralingüísticos. Ela propõe: "*A metodología de análisis que paso a proponer procura prescindir, por um lado, de la necesidad de identificar como punto de partida los factores extralingüísticos tales como 'intención', 'propósito', presiones sociales, culturales o situacionales que se ejercen sobre la elección de recursos lingüísticos.*" (1985: 22) Estes fatores, segundo Lavandera, desempenham de fato um papel relevante tanto na produção quanto na recepção de textos, mas se uma análise depender de sua postulação, "*este puede teñirse de una subjetividad poco deseable científicamente.*" (1985: 22)

Prescindindo de qualquer fator externo, Lavandera busca identificar os processos lingüísticos que operam a favor ou contra uma determinada visão de mundo. O objeto de análise é um discurso do ex-presidente argentino Raul Alfonsín sobre a ação de grupos terroristas na Argentina e a reação do governo. Para Lavandera, Alfonsín usou vários mecanismos lingüísticos para classificar a ação dos terroristas como autoritária e violenta e a reação do governo como legítima.

Para ocultar os agentes de uma ação, quando isto interessa, o discurso governamental se vale de uma série de mecanismos, como, por exemplo, a construção verbal na voz passiva. Alfonsín pode dizer: "*La teoría de la seguridad fue esgrimida*", sem apontar os autores de tal ação. Outra forma de ocultar o sujeito é usando a forma impessoal

"se", como em: "se lo fusiló". Ou então fazer nominalizações verbais, do tipo: "El empleo de metodologías aberrantes", sem apontar quem emprega tais ações.

Por mais que o objeto de análise de Lavandera, neste caso, seja um discurso de um presidente, é fácil perceber, tendo como certo que os meios de comunicação se valem largamente de textos, como uma análise deste tipo seria produtiva, tendo o jornalismo como objeto. A metodologia da lingüística crítica se volta, aliás, para as produções individuais de enunciados. Mas, nem por isso, se excluem como modelo possível de análise do jornalismo.

Heather Jean Brookes, professor da Universidade de Witwatersrand, analisa, com a metodologia da lingüística crítica, o preconceito dos jornais britânicos *The Guardian* e *The Daily Telegraph* nas matérias sobre países africanos. No artigo '*Suit, tie and touch of juju: the ideological construction of Africa*', se propõe a analisar como os artigos dos jornais representam os eventos associados à África, ao mesmo tempo em que estabelecem relações de poder. Em suas palavras:

*The aim of critical discourse analysis is to uncover how language works to construct meanings that signify people, objects and events in the world in specific ways. It is concerned with the way in which discourse builds social identities, social relations and systems of knowledge or belief and how these discourses maintain power through their ideological properties. (1995: 462)*

Brookes tenta escapar também de críticas apontadas por pesquisadores como Fairclough, para quem a lingüística crítica é frágil ao apresentar o texto como monolítico. Não haveria referências ao processo de interpretação, ao papel do receptor na construção dos significados. Por causa disso, "Media studies has shifted its emphasis away from text analysis to audience reception. (Fairclough, 1995: 28) segundo Brookes, "uncovering the way in which discourses operant in society require a systematic textual analysis, an examination of the processes of production and interpretative/reception of texts and an analysis of the social context in which these texts occur" (1995: 463).

Alguns dos processos lingüísticos apontados pelo estudo são a substituição dos termos "loan" ou "weapon" por "aid", quando se trata da África. Alguns exemplos são as manchetes *Bush seeking more aid for Angolan rebels* ou *French cut interest on Third*

*World aid*. Ou então a substituição de “government” por “regime” quando se refere a governos africanos.

O título “Tie, suit and touch of juju” é emblemático. Empreendendo uma análise da recepção possível e da intenção ideológica do texto, Brookes afirma: “*The symbolic use of darkness suggests evil, sin, paganism and unenlightenment. Africans are primitive, savage, murderous and violent. Darkness gives a sense of anarchy and chaos that is beyond normal understanding. Since Africa is the heart or core of this darkness, this is where these characteristics emanate from.*” (1995: 474)

A partir do seu estudo, Brookes conclui que há uma forma estereotipada, naturalizada e dominante de representar a África. Mesmo em jornais com posturas políticas diferentes, como o *The Guardian* e o *The Daily Telegraph*, a cobertura se enquadra dentro de um restrito campo ideológico. Os discursos são mais uniformes do que aparentam ser.

### **Semiotic analysis**

As análises semióticas, como a de J. Hartley, não centram suas atenções no texto como chave para entender os MCM, mas nos códigos semióticos que estão na base, que sustentam o texto. Alguns exemplos possíveis são a forma como o apresentador olha para a câmera, na TV, as fotos dos jornais, a narrativa com narrador oculto dos documentários, panorâmicas e zooms. Haveria um código visual que sustenta estas escolhas e que, por isso, relegariam ao texto um papel muito menos importante que o atribuído por uma análise da conversação.

Estes códigos e escolhas carregariam consigo um potencial ideológico muito grande. A insistência em tornar os indivíduos os personagens dos relatos nos meios de comunicação seria um viés ideológico. Mesmo quando os personagens são, em oposição, o governo e a União ou os aliados ocidentais e os ditadores estrangeiros, é possível assimilar, com facilidade, estes personagens a “nós” e “eles”.

A virtude e a limitação deste tipo de abordagem residem na mesma semente, segundo Fairclough. As análises semióticas reconhecem a importância do texto para a análise dos MCM, mas retiram dele a exclusividade. Nisso, aumentam o potencial

explicativo das abordagens. No entanto, ao fazê-lo descuidam-se do texto como objeto pertinente e, mais que isso, central.

### O modelo cognitivo de van Dijk

O modelo social cognitivo de Teun Van Dijk (1995) propõe analisar os textos jornalísticos em termos do que ele chama de “estrutura das notícias”. Todo texto teria uma micro-estrutura, ou uma estrutura temática, e uma macro-estrutura, uma estrutura esquemática. A estrutura temática compreenderia um tema geral, subdividido em temas menos gerais, e estes subdivididos em temas específicos. A estrutura esquemática comporta as diversas partes que compõem um texto. No caso do jornalismo, seriam o título, *lead*, *sublead*. Cada elemento da estrutura esquemática corresponde a outros itens na estrutura temática. Assim, o título trataria de apresentar o tema geral do texto.

Nas micro-estruturas, o objeto de análise seria as relações de causalidade, estratégias retóricas, escolhas lexicais e sintáticas. No entanto, as macro-estruturas são centrais para o estudo do texto jornalístico. O esquema do texto seria um modelo mental, daí a razão de ser uma teoria cognitiva, no qual o repórter enquadra e compreende os eventos que deve narrar. Este esquema vai gerar também um determinado padrão de texto. Por ser, segundo Van Dijk, um esquema cognitivo, a audiência também interpretaria o texto se valendo da mesma estratégia que, no repórter, serviu para produzir a matéria. Realidade cognitiva, o “esquema” de Van Dijk reside tanto na mente dos produtores do texto quanto na dos receptores.

A partir, então, da aceitação da validade desta teoria é que se pode analisar os valores ideológicos relacionados com o texto jornalístico.

### Metáforas

É possível compreender o discurso como um conjunto de enunciados que classifica a realidade e estabelece relações de um modo particular. O discurso recorta objetos e os ordena de um modo particular. Sustentados por esta premissa, John Rae e John

Drury (1993) elaboram seu estudo das metáforas sobre a recessão no último trimestre de 1990, no Reino Unido. No artigo *Reification and evidence in rhetoric on economic recession: some methods used in the UK press, final quarter 1990*, os dois pesquisadores sustentam que as metáforas carregam consigo uma certa carga avaliativa. Quando a imprensa britânica usa esta ou aquela metáfora, faz também uma escolha ideológica.

O jornal *The Guardian*, por exemplo, publicou as manchetes *Recession hitting hardest in areas most vulnerable for Tories at general election* e *Depressed areas hit as contract scheme goes*. Rae & Drury afirmam que esta metáfora, com o verbo “to hit”, poderia ser agrupada com outros com “to cut” e “to bite”. Este grupo de metáforas sugere que a recessão está numa posição ativa. *“This kind of imagery sees the recession in an active position and it suggests dramatic effects. It does not, however, say who, or what, is responsible for the recession. Such imagery is not politically potent in the sense in that it does not place the blame with the government or the type of society in which we live.”* (Rae & Drury, 1993: 342)

Um outro grupo de metáforas valia de imagens de movimento, atribuindo ao governo a responsabilidade por conduzir o Reino Unido ao fim da recessão. O texto do *The Guardian* dizia: *But if Mr Major and Mr Lamont are to steer the economy out of recession*. Estas metáforas teriam um potencial de crítica muito mais acentuado.

Por fim, um terceiro grupo de metáforas estaria relacionado com um vocabulário meteorológico. O *The Guardian* publicava o título *Tossed in the eye of the storm*. Mais uma vez se retira do governo a responsabilidade. Desta forma, as metáforas desempenham um papel importante no jogo político. Metáforas, estas mentiras confessas e, por vezes, ingênuas, podem ser insidiosas ou gentis, destrutivas ou pacíficas. Só não podem esconder seu caráter profundamente ideológico.

## Foucault

O francês Michel Foucault tem sido um dos mais influentes pensadores deste século. Sua produção angariou simpatizantes nas mais diversas áreas de produção de saber, seja na psicanálise, na epistemologia ou na educação. Na lingüística, e particularmente na



análise do discurso, sua influência é notória, principalmente no seu país de origem. a partir de livros como *As palavras e as coisas*, *Arqueologia do saber* e *A ordem do discurso*.

Neste último, Foucault sugere que a produção de discursos, em uma sociedade organizada, é regada, controlada por uma série de procedimentos. Diz ele: *“suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”* (1996: 09)

O discurso, para Foucault, não é meramente o reflexo de uma estado de coisas, mas um agente material poderoso de exercício do poder. Por isso, deve ser dominado: *“O não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”* (Foucault, 1996: 10)

O primeiro mecanismo de controle do discurso seria a interdição, o tabu acerca de alguns temas, os rituais de circunstâncias, a restrição de alguns assuntos. O segundo, a separação e exclusão. O exemplo mais claro desta forma de controle é a rejeição das palavras da loucura. O louco pode dizer qualquer coisa. Suas palavras são nulas; seu discurso, tratado como inexistente. Qualquer contestação à ordem que venha de sua boca já não tem mais nenhuma influência sobre a sociedade.

O terceiro, e talvez mais importante, sistema de controle das produções discursivas é a oposição entre verdadeiro e falso. A busca da verdade que perpassa séculos de civilização exclui, por necessidade imperiosa de sua existência, o discurso tido como falso. Assim, aquilo que não angariou o *status* de verdade já não mais merece ouvidos. As teorias, por exemplo, geocêntricas constituem, hoje, um discurso excluído. Diversos são os processos de busca da verdade. Em cada um, há um mecanismo de exclusão do discurso tido como falso.

O jornalismo, se pensado como um campo de produção discursiva, é regido pelas leis descritas por Foucault, pela mesma “ordem do discurso”. Exclui, por exemplo, com seu conceito de objetividade, o falso, em prol do que considera verdadeiro. Luisa Martín Rojo, no seu artigo *Division and rejection: from the personification of the Gulf*

*conflict to the demonization of Saddam Hussein*, analisa, sob um ponto de vista foucaultiano, como o jornal espanhol *El País* trata o discurso de Saddam Hussein.

A interdição dentro do jornal se dá, segundo Martín Rojo, na forma de um tipo de censura, que estabelece que temas serão abordados e quais serão excluídos. No entanto, é no processo de divisão e rejeição que o jornal estabelece uma cobertura francamente desfavorável ao Iraque. *This opposition appears in discourses dealing with the Gulf War, and is accompanied by others like 'ours vs theirs', 'order vs brutality' and, ultimately, 'good vs evil'. 'division' means establishing an inclusive us and an exclusive them* (Martín Rojo, 1995: 53)

Martín Rojo demonstra que as palavras de George Bush, então presidente dos Estados Unidos, tratado como representante do Ocidente, um de nós, eram assumidas pelo redator. O discurso de Saddam Hussein viria, sempre, circunscrito por uma aura de discurso do “outro”, diferente de nós e excluído, citado com aspas, como aquilo que o repórter ouviu, mas não diria. Além disso, Saddam teria seu texto sempre citado após as palavras de Bush, como se a ordem hierárquica das informações refletisse a hierarquia social.

*El País*, pela mesma necessidade de controle do discurso, ainda atribuiria ares de dramatização às palavras de Saddam. *“Saddam Hussein repeatedly used words such as 'battle', 'fight', etc. all these details reinforce the categorization of Saddam Hussein's discourse as propaganda. Such a presentation prevents the contrast between the opposing points of view and makes Saddam Hussein's rationale appear irrational.”* (Martín Rojo, 1995: 56)

Por tais e tantos processos de controle do discurso, Saddam Hussein foi vendido ao ocidente como um louco, liderando um país ludibriado. Suas palavras, produtos de alucinações metafísicas, jamais mereceriam crédito. De diferenças culturais o jornalismo fez um alheio, um alienígena em terra estranha, incompreensível para nós, ocidentais racionais e lúcidos.

A linguagem é, obviamente, uma questão fundamental para o jornalismo. A produção de análises como a Lavandera, centrada na imanência do texto, colabora, ao construir métodos de análise, para a compreensão do jornalismo. No entanto, ao limitar-se

ao texto, diminui muito o potencial de uma análise mais abrangente. O jornalismo tem, por exemplo, no seu leitor um fator fundamental para sua compreensão. Por isso talvez, a lingüística crítica de Lavandera esteja, segundo Fairclough, mudando de rumo e incluindo a audiência como elemento preponderante.

A etnometodologia de Gumperz volta sua atenção para o processo de interação, principalmente pela fala. No entanto, a concepção de língua, que subjaz à sua teoria, como um meio transparente de transmissão de conteúdos, deixa escapar, por vezes, situações muito recorrentes no jornalismo. Como diz Maurizio Gnerre:

*A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem "ouvidas", às vezes para serem respeitadas e também para exercer influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos. (1991: 5)*

Por vezes, a transmissão de uma informação, a compreensão, não é a meta de uma ação lingüística. Alguns discursos, por exemplo, tentam impressionar pela forma e pelo suposto domínio vocabular do falante. Nestes casos, não raras vezes, a transmissão de um determinado conteúdo é secundária. A língua inclui um certo grau de incompreensão. Alguns supostos fracassos na comunicação nada têm de fracassados; são, pelo contrário, o indício mais evidente de um sucesso.

O modelo cognitivo de Van Dijk sustenta que os textos jornalísticos são instanciações de um modelo mental pré-existente. Ou seja: a consciência dita a ordem dos textos. O problema reside exatamente aí. Ao lançar para a consciência o problema, Van Dijk torna a sua análise do discurso meramente especulativa. Um conceito de consciência objetivo deve levar em conta sua inserção na sociedade, ser tomado como resultado de interações sociais. Fora disso, é difícil sustentar um modelo cognitivo apenas por indícios acerca da forma de construção dos textos. Afirmar que o texto de jornal tem esta ou aquela estrutura por causa da estrutura cognitiva humana é, de certa forma, negar que o texto tenha história. Como na literatura, gêneros textuais se desenvolvem historicamente. A própria consciência é fruto de uma história individual e só nestes termos acessível. Diz Bakhtin: *"se o conteúdo do psiquismo individual é tão social quanto a ideologia, por outro lado, as*

*manifestações ideológicas são tão individuais (no sentido ideológico do termo) quanto psíquicas. Todo produto da ideologia leva consigo o selo da individualidade do seu ou dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social quanto todas as outras particularidades e signos distintivos das manifestações ideológicas. Assim, todo signo, inclusive o da individualidade, é social.” (1992: 59)*

A análise das metáforas e a foucaultiana talvez se aproximem mais do tipo de análise que a presente tese propõe. As metáforas guardam uma perspectiva avaliativa da realidade. Atribuir ao um governante a capacidade de guiar um país para fora da recessão é, também, atribuir uma avaliação positiva. Isto se deve ao fato de que ao olhar a realidade avaliamos e marcamos as palavras com nossa avaliação. Aquele que guia, o líder, é um ser benfazejo porque atribuímos valor positivo à liderança. Assim as metáforas guardam relação com condições concretas e são a expressão de um olhar sobre a realidade.

Foucault é ainda mais pertinente. Os atos discursivos não são meras expressões individuais. São regrados socialmente. Nasceram já classificados. As palavras recusam-se a serem domadas e utilizadas livremente. Este estabelecimento de regras, quase imperceptível, é uma necessidade de controle do perigo iminente que as palavras representam. Está, em outros termos, ligado diretamente com a organização social.

Eis os desafios que se apresentam: fazer uma análise tendo a língua como fundamento central. Esta língua não pode ser pensada apenas como um sistema com suas marcas e recursos, mas como a ferramenta mais recorrente de interação social e, por isso, condicionada socialmente. O segundo desafio é, no mesmo caminho que Foucault, deslindar as questões de poder relacionadas à língua e ao jornalismo.

## Capítulo II - Aprendiz de feiticeiro

À primeira vista, a tarefa primeira da ciência é produzir respostas, desvendar (ou desencantar) o mundo. Esta crença, por mais que pareça ingênua, sustenta-se na tese de que há tão somente um caminho a se percorrer na produção de conhecimento. O mundo está dado; resta conhecê-lo. Assim, as perguntas estão colocadas desde sempre e sua formulação é um trabalho menor. Cabem algumas objeções.

Primeira: o objeto não está dado. A formulação da pergunta implica um recorte da realidade que direciona a produção científica para este ou aquele objeto. É muito cômodo para a ciência, por exemplo, se isentar de qualquer responsabilidade diante da bomba atômica. Diz Theodor Adorno, em *Dialética negativa*: “*não existe nenhuma linha reta que conduza a humanidade da barbárie à civilização. Mas existe uma linha reta que conduz do estilingue à bomba de megatons.*” (in Matos: 1995, 62) A formulação da pergunta por vezes define uma nova área de conhecimento. A criação de um novo campo de saber é sempre também a criação de um novo campo de poder. Os detentores de um novo conhecimento são também os portadores de um poder antes inexistente. Portanto a formulação da pergunta não é nem ingênua nem desimportante nem tampouco desinteressada.

A segunda objeção é decorrência da primeira. Já na formulação da pergunta, a ciência deve incluir uma reflexão sobre os caminhos ou descaminhos por onde pode conduzir a humanidade, ainda que não assuma para si nenhum compromisso. Ou seja, deve assumir desde o princípio, com a formulação da pergunta, as conseqüências do seu fazer. A razão que gera o conhecimento é a mesma que dele se apropria para fins humanos ou bárbaros.

A terceira objeção é um complemento da primeira. Formular uma pergunta é já construir um objeto. O mundo não é unívoco e pode ser visto de diferentes formas. Este olhar parcial já se manifesta na pergunta. E, por isso, já neste primeiro momento pesam disputas, interesses. Um trabalho teórico relevante pode, inclusive, produzir-se apenas nesta esfera. Os críticos, aqueles que mais produziram descrenças que crenças, têm um papel fundamental na história da ciência, seja rejeitando perguntas, reformulando-as ou recusando

respostas. Não raro, revoluções epistemológicas dão seus primeiros passos a partir da crítica, da rejeição da pergunta, de uma nova formulação teórica sobre o objeto. Ferdinand de Saussure é um bom exemplo<sup>12</sup>.

O que pretendo evidenciar é que, para a ciência, fazer perguntas, além de fundamental, é uma tarefa polêmica que deve vir sempre acompanhada de uma sólida reflexão crítica.

Produzir uma tese é fazer perguntas e propor respostas, como a produção de qualquer conhecimento. É, algumas vezes, perguntar e rejeitar respostas. Ou talvez reformular perguntas e verificar respostas. De qualquer forma, há sempre, pelo menos, uma pergunta e uma resposta. Porém limitar-se a esta compreensão é abandonar-se na seiva positivista ao menos em um aspecto: a cegueira para os condicionamentos históricos, sociais, econômicos e políticos da ciência.

As perguntas a que esta tese se propõe são: pode o jornalismo, manifestação de linguagem, ser neutro? Que tipo de conceito de língua pode sustentar a crença na objetividade jornalística? Esta forma de entender a linguagem é adequada para compreender o papel do jornalismo na sociedade industrial? Por outro lado, qual conceito de ideologia é adequado a esta tarefa?

A pergunta se sustenta no pressuposto de que o mesmo pensamento que gera os conceitos e discussões da objetividade jornalística produz também o conceito de língua que poderia fundamentar esta suposta objetividade. É também um dos pais do conceito marxista clássico de ideologia. O mais importante (até mais que a pergunta), no entanto, é que a questão busca, desde o princípio, uma resposta, instiga-a, força o seu nascimento. A pergunta não é ingênua; ela quer situar esta tese num espaço específico, colocá-la num dos lados da polêmica. Neste sentido, este trabalho não é isento.

Mas resta um consolo, talvez, na questão mais fundamental. Se este trabalho não passa de um ensaio interessado desde a formulação da pergunta, ao menos seu compromisso é justo? Quero crer que sim, mas reservo a resposta para a conclusão.

Além desse interesse indisfarçável, a pergunta ainda condiciona que a resposta tenha a linguagem como eixo central. O que pode parecer uma espécie de sectarismo é,

---

<sup>12</sup> Voltarei a Saussure no Capítulo IV.

apenas, um zelo de um pobre aprendiz de feiticeiro. Há que se ter cuidado na mistura de distintas químicas. Por isso, este trabalho, produto de um jornalista, não pretende promover nenhuma simbiose entre a teoria da comunicação, a teoria da informação ou mesmo teorias do jornalismo e a lingüística. A pluralidade de abordagens que coexistem no campo da teoria da comunicação poderia sugerir uma saída nestes termos. Afinal as ciências da comunicação, sem conseguir definir seu objeto<sup>13</sup>, afirmam-se, de boca cheia, como interdisciplinares. Não pretendo ser interdisciplinar, porque isto implicaria ser, primeiro, disciplinar, como se língua e sociedade tivessem que ser unidas pelo mesmo pensamento teórico que as apartou.

A linguagem é, portanto, a linha de Ariadne, o fio condutor deste trabalho. Pensar a língua de maneira antidisciplinar não significa que qualquer abordagem é válida e que qualquer mistura é possível. Um erro sedutor é misturar abordagens distintas, oriundas de projetos epistemológicos diferentes, ainda que participantes de um mesmo campo na lingüística. Antidisciplinaridade não é vale tudo. São várias as análises do discurso. Há uma corrente forte na França, tributária de Michel Pechêux; análises funcionalistas; a lingüística crítica. A mística de querer conciliar os divergentes atrai, de pronto, os aprendizes de feiticeiro, sem que eles percebam que divergir, além de ser o trabalho de anos a fio, é também produtivo. Não cabe a esta tese a tentativa de homogeneizar o campo, pois tal projeto traz consigo muitas impossibilidades e, ainda que não as trouxesse, talvez não seja benéfico de fato, como se apresenta num primeiro momento.

Até aqui já sobra um tanto de questões a serem resolvidas, como a definição de língua, de ideologia e de discurso, além, é claro, mais óbvio mas não menos importante, o que é jornalismo impresso?

O caminho a seguir será, primeiro, elaborar uma discussão do conceito de ideologia, optando por alguma das compreensões possíveis. Em seguida, discutir o conceito

---

<sup>13</sup> Para mim, a consolidação, hoje, de campos de conhecimento a partir da definição de seu objeto é, antes, um movimento de consolidação de esferas de poder. A compartimentalização dos objetos de estudo não é uma característica dos próprios objetos, mas uma contingência das universidades, institutos de pesquisa, agências financiadoras.

de língua e discurso e, por fim, propor uma teoria do jornalismo ancorada pelos dois conceitos anteriores.



### Capítulo III - Ideologia

- **O projeto platônico**

Descobrir verdades absolutas sempre foi uma das quimeras da ciência, fruto, talvez, da nossa tão séria tradição judaico-cristã. As essências do mundo, as substâncias ou leis imutáveis, o perene, diria até o eterno, sempre estiveram na pauta de uma ciência ocidental fundada no projeto platônico. Diz Châtelet, em *Uma História da razão*, resumindo o pensamento de Platão:

*O mundo das Idéias, realidade essencial, permanece imutável, enquanto as aparências não cessam de mudar, à mercê do devir - diríamos, hoje, à mercê do fluxo da temporalidade. O mundo das Idéias, por essência, é estável e transparente. Ao triângulo em imagem, desenhado na areia, ao triângulo convencionado para iniciar uma discussão, deve corresponder, afinal, um triângulo essencial, sempre o mesmo, verdadeiro objeto deste discurso universal. (1994: 38)*

A humanidade viveu um longo tempo, e vive ainda, na busca das essências, que regulam, por fim, as aparências, o mundo em que vivemos. O mito já é o produto deste pensamento. A idéia de que Deus é o maestro que rege o universo, origem de todas as forças, senhor de todas as vontades já é uma tentativa de explicação definitiva sobre tudo.

O salto dado pela física no século XVII, com Isaac Newton, Leibniz e, antes, com Galileu e Copérnico, parecia mostrar todas as possibilidades de se construir uma ciência “sólida”, voltada para o centro e não para a periferia, empenhada em descobrir leis imutáveis e irrefutáveis. Mais que isso, uma ciência capaz de superar os velhos dogmas da Igreja através do método, vencer a metafísica católica com sua “cientificidade”, superar o mito, desencantar o mundo. Em choque com a Igreja, funda-se, curiosamente, no mesmo impulso totalizador e essencialista que gerou os mitos. Muda o conhecimento; não muda o projeto.

Esta nova ciência, que tem como características centrais o essencialismo e a busca do conhecimento total, conduziu, sem dúvida, a física, por exemplo, a um avanço

inestimável<sup>14</sup>, que a faz ser hoje um dos ramos mais sólidos da ciência. Tal ganho exerceu, e ainda exerce, um imenso fascínio sobre os que queiram construir conhecimentos seguros acerca do mundo.

O projeto platônico, com seu impulso totalizador, por mais que tenha encontrado nas ciências naturais seu espaço mais adequado, se espalhou por outras áreas, como as ciências humanas, na forma de positivismo com Augusto Comte<sup>15</sup>. Chegou até mesmo ao trabalho de Karl Marx, em *A ideologia alemã*. Sua influência no pensamento do senso comum é, também, fortemente marcada. O estudo da linguagem, que teve em Saussure a grande marca, a guinada rumo a uma lingüística mais “científica”, sofre também a influência deste impulso totalizador e essencialista.

O tempo engendrou uma feroz crítica ao projeto positivista ou a qualquer outro que pretenda estabelecer verdades imutáveis. Michael Gardiner, em *The dialogics of critique*, cotejando Mikhail Bakhtin e Georg Wilhelm Friedrich Hegel, afirma: “*Bakhtin clearly refuses the Hegelian impulse toward ‘total knowledge’, and he affirms that all understanding is fallible, limited and practical.*” (1992: 101). Segundo Gardiner, Friedrich Wilhelm Nietzsche é ainda mais radical ao afirmar que nada sobra do confronto entre as diferentes interpretações. Cada vez mais, os conhecimentos em ciências humanas se mostram falíveis e provisórios. Não há assertiva inquestionável. As últimas décadas do século XIX<sup>16</sup> trouxeram consigo a percepção de que o mundo é multifacetado. Parafraseando este Marx maravilhosamente contraditório, a modernidade nos trouxe a certeza de que tudo o que é sólido, tudo o que é certo, se desmancha no ar.

---

<sup>14</sup> Se o conhecimento positivo for, ao mesmo tempo, o combustível e a régua deste “avanço”.

<sup>15</sup> Comte será o primeiro a postular uma “homogeneidade epistemológica” entre os fatos sociais e os fatos naturais. Ou seja, a possibilidade de tratar ambos da mesma maneira para fins de pesquisa. Löwi, em *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, cita uma passagem emblemática de Comte: “*entendo por física social a ciência que tem por objeto o estudo dos fenômenos sociais considerados dentro do mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, quer dizer, como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo específico de suas pesquisas.*” (1994: 27). O nome escolhido por Comte para a nova ciência é emblemático. É uma espécie de slogan da nova ciência, que pretende estudar a sociedade com os mesmos postulados e métodos da física.

<sup>16</sup> Karl Marx, Friedrich Wilhelm Nietzsche e Sigmundo Freud são apontados como os pensadores mais importantes para o nosso tempo. O primeiro nasceu em 1818 e morreu em 1883, o segundo viveu de 1844 a 1900 e o terceiro, de 1856 a 1939.

O descentramento do mundo, a partir do final do século passado, veio mostrar, antes, a inviabilidade de um projeto de ciência que se pautasse pela centralidade. A nossa era, marcada pela dúvida, está a nos sugerir, antes, a premência de se dedicar à margem, de entender o mundo como diversidade, não como unidade; está, cada vez mais, a lançar sombras sobre o projeto essencialista e totalizador de inspiração platônico-cartesiana para as ciências humanas.

E, no entanto, este projeto está arraigado na nossa cultura, resistindo, com todas as suas forças, o que não é pouco. Esta tese perpassa este impulso em três momentos distintos. Primeiro, em Karl Marx, há um movimento sólido para atribuir interesses ideológicos e retirar o estatuto de verdade dos sistemas filosóficos. O tema “ideologia” é posto na agenda de discussão da ciência e da filosofia. Marx mantém, porém, o impulso totalizador no seu conceito de ideologia, atribuindo ao ponto de vista proletário a capacidade de perceber a verdade. Esta tese visa resenhar e criticar este conceito em prol de um outro que abdique, antes de mais nada, do impulso totalizador e essencialista. Só assim a crítica ao jornalismo poderá se isentar de apontar distorção ou verdade no jornalismo, uma cilada sempre perigosa.

O segundo momento é com o conceito de língua de Ferdinand de Saussure. Aqui, as implicações são ainda mais interessantes. Saussure formula seu conceito tendo em mente, segundo alguns indícios relevantes, a busca de cientificizar a lingüística, dotando-a de autonomia em relação às demais ciências. Constrói, assim, um modelo de língua que almeja o conhecimento isento da realidade. Em resumo, se fundamenta e reforça o projeto platônico-cartesiano ao menos na intenção de atingir o conhecimento definitivo.

O terceiro momento é a proposta de isenção jornalística. Segue, no seu suposto compromisso com a verdade e, mais especificamente, com a objetividade, pelo mesmo projeto que guiou Saussure e bem poderia se apoiar no seu conceito de língua. Não o faz por ser, dos três, o mais frágil teoricamente, impondo-se como verdade mais pela força da comunicação de massa que pela solidez de argumentos.

A crítica a este jornalismo pretensamente neutro, isento, objetivo parte, inúmeras vezes, das formulações marxistas clássicas. Ou seja, para acusar o jornalismo de

ideológico, mantém um projeto de jornalismo potencialmente verdadeiro e objetivo, desde que guiado pelos mesmos cânones da epistemologia marxista.

Eis as quatro teses que pretendo contradizer, nesta ordem: o conceito marxista clássico de ideologia, as críticas ao jornalismo burguês estribadas no conceito de ideologia do marxismo ortodoxo, o conceito saussureano de língua e a isenção jornalística. Coincidência, e talvez não, todas calcadas no mesmo impulso totalizador e essencialista do projeto platônico-cartesiano.

- **Marx e a ideologia alemã**

Karl Marx é um dos pensadores mais relevantes para o século XX. O materialismo-dialético foi um dos fatores mais importantes para os acontecimentos que marcaram os últimos 94 anos. O século contado por Eric Hobsbawm, em *A era dos extremos*, começa com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e termina com a queda do muro de Berlim, em 1989. Portanto, o traço mais relevante do século foi, para Hobsbawm, a bipolaridade, a existência de dois projetos de sociedade distintos e excludentes entre si, o capitalismo e o socialismo. Marx e Engels estão no início do movimento que marcou a história do nosso século de forma indelével. Mas estão, também, nos primórdios de uma revolução na filosofia.

Assim, se é possível uma conclusão apressada de que o marxismo fracassou ou, no mínimo, anda decadente após a derrocada do socialismo real no leste europeu e Rússia, já o projeto filosófico do marxismo não permite tanta pressa. Marx, para dizer pouco, fixou uma nova pauta de discussão para o nosso século e carrega sua parte de mérito ou de culpa por vivermos num mundo mais incerto, mais inseguro de suas convicções. De alguma forma, é mais fácil afirmar, não sem polêmica, o fracasso do marxismo como projeto de sociedade do que como perspectiva crítica. De qualquer forma, um e outro estão imbricados. É sintomática a afirmação de Marx e Engels sobre o comunismo, em *A ideologia alemã*. Ele se distinguiria dos movimentos que o antecederam por “tratar

*conscientemente todas as condições naturais prévias como criações dos homens que nos precederam até agora, de despojá-las do seu caráter natural.*" (1989: 82) O comunismo, nestes termos, é materialista.

Marx desviou, em seu tempo, a linha do pensamento ocidental. Este guinada começa, ao menos para autores como Paul Ricouer<sup>17</sup>, com *A ideologia alemã*. Ainda que seja um texto um tanto panfletário, cheio de ironias em relação aos adversários, *A ideologia alemã* foi um dos primeiros momentos de formulação de um projeto epistemológico materialista-dialético que abdicava de conceitos como consciência e espírito, rejeitando o idealismo hegeliano mas assimilando sua dialética. Termos como modos de produção, relações de produção e classes são comuns no arsenal lexical do marxismo.

Não se trata, evidentemente, de uma questão de estilo. O marxismo voltou seu olhar para o ser humano como elemento central e motor da história. Tentou compreender a humanidade em relações concretas; e a história como resultante da luta de classes definidas uma em relação à outra e opostas<sup>18</sup>. A história é, portanto, a história da luta de classes, de como os homens se reproduzem (procriação), reproduzem suas relações com a natureza (trabalho) e produzem e reproduzem suas relações sociais (divisão social do trabalho).

Esta guinada representa muito para a filosofia, pois permite a Marx e Engels situá-la dentro de relações concretas, humanas, econômicas, políticas ou ideológicas. A partir disso, eles podem desvendar os interesses de classe por trás dos sistemas filosóficos aspirantes à condição de verdades imutáveis. Os filósofos, para Marx, não estão acima das condições materiais históricas onde sua filosofia estende suas raízes. Pelo contrário, a filosofia é, ela mesma, filha da divisão social do trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas e dos sistemas políticos que sustentam este desenvolvimento produtivo e nele se sustentam. Se a tecnologia é fruto de um projeto de sociedade, toda a filosofia também o é.

---

<sup>17</sup> "Em *A ideologia alemã* temos um texto marxista e já não pré-marxista." (Ricouer: 1986, 164)

<sup>18</sup> A história, para o marxismo, não é causa e efeito, mas uma sucessão de contradições, que não podem ser confundidas com oposições. Estas podem envolver mais de dois elementos e não permitem concluir que o fim da oposição leve ao fim destes elementos. Na contradição os itens existem um em relação ao outro. O servo, por exemplo, se define em relação ao senhor e este em relação ao servo. A história é a superação de contradições. Para um maior detalhamento, ler Chauí. *O que é ideologia*. (referência completa na bibliografia)

Marilena Chauí dá um exemplo, em *O que é ideologia*, deste tipo de análise com a teoria aristotélica das quatro causas. Segundo Aristóteles, há nos fenômenos naturais quatro causas: a causa material (a matéria de que um corpo é constituído), a causa formal (a forma que a matéria possui), a causa motriz ou eficiente (a ação ou operação que faz com que a matéria passe a uma determinada forma) e, por fim, a causa final (o motivo pelo qual uma determinada matéria tem uma determinada forma). Estas quatro causas estão em relação hierárquica, onde a menos valorizada é a eficiente e a mais valorizada é a final. Chauí explica:

*À primeira vista, essa teoria é uma pura concepção metafísica que serve para explicar de modo coerente e objetivo os fenômenos naturais (física) e os fenômenos humanos (ética, política e técnica). Nada parece indicar a menor relação entre a explicação causal do universo e a realidade social grega. Sabemos, porém, que a sociedade grega é escravagista e que a sociedade medieval se baseia na servidão, isto é, são sociedades que distinguem radicalmente os homens em superiores - os homens livres, que são cidadãos, na Grécia, e senhores feudais, na Europa medieval - e inferiores - os escravos, na Grécia, e os servos da gleba, na Idade Média. (...) Se tomarmos o cidadão ou o senhor e indagarmos a qual das causas ele corresponde, veremos que corresponde à causa final, isto é, o fim ou motivo pelo qual alguma coisa existe é o usuário desta coisa, aquele que ordenou sua fabricação. (...) Em outras palavras, a causa final está vinculada à idéia de uso, e este depende da vontade de quem ordena a produção de alguma coisa. Se, por outro lado, indagarmos a que causa corresponde o escravo ou o servo, veremos que corresponde à causa motriz ou eficiente, isto é, ao trabalho graças ao qual uma certa matéria receberá uma certa forma para servir ao uso ou ao desejo do senhor. (1980: 68)*

É com a percepção de que a filosofia não se aparta do real da história e que reflete as condições sociais em que é gerada que Marx e Engels vão cunhar seu primeiro conceito de ideologia. O capitalismo tendo o acúmulo de capital na sua base não pode prescindir, como sistema econômico, da exploração da mão-de-obra assalariada, da mais valia<sup>19</sup>. A realidade do capitalismo para o trabalhador é a exploração do seu trabalho. Para que o trabalhador não veja esta situação e se rebele é preciso que a realidade lhe seja ocultada ou distorcida. O trabalhador acata as idéias dominantes que são as idéias da classe dominante:

---

<sup>19</sup> Grosseiramente, podemos dizer que a mais-valia é a diferença entre o que vale um produto, descontado o valor da matéria-prima e dos desgastes das máquinas utilizadas, e o quanto é pago ao trabalhador para que ele faça este produto.

*Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual estão submetidos também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua dominação. (Marx e Engels, 1989: 47)*

A separação do trabalho manual do trabalho intelectual coloca o filósofo sempre numa posição privilegiada. A partir desta posição, ele vai constituir sua elaboração filosófica, amarrada à sociedade de classes. O filósofo é o encarregado de elaborar, sob o falso princípio da isenção, a teoria que justifique a exploração, a divisão do trabalho, a distribuição inequânime de riquezas, a acumulação capitalista. O filósofo está comprometido com a manutenção da sociedade de classes e da divisão do trabalho que lhe permite elaborar um sistema separado da realidade histórica. A ideologia é, por interesses de classe, uma distorção da realidade, realizada pelos filósofos, detentores do papel de pensadores da sociedade. A ideologia, para ser fiel às palavras de Marx e Engels, é uma inversão da realidade, como se o homem estivesse em uma câmara escura.

Esta metáfora sobre a ideologia é muito rica. A partir dela, é possível desenvolver duas linhas de raciocínio. Primeira, Marx e Engels opõem ideologia (como falseamento ou imagem invertida) à realidade (o real da história). Esta realidade ocultada por distorções, seja dos filósofos ou do jornalismo (no nosso caso), é passível de ser conhecida. Existe um ponto de vista através do qual o mundo se revela. Ou, no mínimo, existe um ponto de vista que tem mais amplitude epistemológica, por sua própria condição social. Marx e Engels, quando apontam na ideologia burguesa uma distorção, apresentam, por outro lado, uma visão de que a única classe que pode ter acesso à “verdade” é o proletariado. Enquanto o proletariado estaria interessado em descobrir a “verdade” (porque disso depende a consolidação dos seus interesses), os burgueses buscariam distorcê-la (porque disso depende a consolidação dos seus interesses). Diz Marx, na introdução da *Crítica da filosofia do direito de Hegel*: “Assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais.” (1977: 13)

Podemos interpretar esta frase da seguinte maneira: a filosofia só realiza sua tarefa de descrever o mundo tal qual ele é, ou o mais próximo e mais verdadeiro possível, se feita pelo proletariado ou do seu ponto de vista, pois é a única classe que não tem interesse em camuflar a realidade. Por outro lado, a realização do projeto do proletariado depende da exposição da verdade, em si mesma revolucionária. Desta forma, o proletariado é a única classe que, interessada na verdade, pode conduzir a sociedade a uma real emancipação, pois não pode se emancipar sem emancipar toda a sociedade. Nas palavras de Marx, ainda na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*:

*Quando o proletariado proclama a dissolução da ordem universal anterior, não faz senão apregoar o segredo de sua própria existência, pois ele é a dissolução de fato desta ordem universal. Quando o proletário reclama a negação da propriedade privada, não faz senão elevar a princípio da sociedade o que a sociedade elevou a princípio seu (do proletariado), o que já está incorporado nele, sem sua intervenção, como resultado negativo da sociedade. (1977: 13)*

Esta possibilidade de emancipação da sociedade é também a possibilidade de se construir um conhecimento seguro, ainda que de um ponto de vista comprometido, um ponto de vista de classe. Antonio Gramsci usava como lema do jornal que publicava entre 1919 e 1920, o *Ordine Nuovo*, a frase *Apenas a verdade é revolucionária*. É também o terreno onde se sustenta a teleologia marxista. A idéia de que a história encontrará um fim com a revolução proletária, a extinção das classes e a dissolução do Estado é fruto de uma crença inabalável na razão, a mesma razão cognoscente que apreende objetos cognoscíveis. Permanece, quase imutável, um projeto totalizador que se imagina capaz de prever o futuro.

Eis a questão: Marx não abre mão da sua crença na razão. Apesar dos percalços que a humanidade pode enfrentar, seu destino luminoso é um só. O marxismo, após desmontar as pretensões dos filósofos, fecha as portas, de novo, para qualquer hipótese de mundo multifacetado. Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, não abrem mão da idéia de verdade, crêem, em outras palavras, que o sujeito (no caso, o proletário ou alguém que interprete o mundo do ponto de vista do proletário) pode ter acesso ao mundo, sem interpretações, sem refrações e sem ideologia ou, pelo menos, descrevê-lo da forma mais isenta possível. E, neste ponto, é quase impossível sustentar o marxismo.



O conceito marxista de ideologia é importante porque: 1) expõe à luz os interesses dos sistemas filosóficos, sempre prontos a justificar a classe dominante de plantão; 2) traz para o mundo material a discussão, criticando qualquer projeto filosófico que fetichize a história ou desconsidere o homem como agente histórico, o concreto como base de todo e qualquer fato. Dizem Marx e Engels que seu conceito de história “*não explica a prática segundo a idéia, explica a formação das idéias segundo a prática material*”. (1989: 36)

Mas a conceituação tem pelo menos uma desvantagem: estabelece um ponto de vista através do qual se pode ter acesso à realidade, sem a intermediação simbólica. Resumindo: para Marx e Engels, os proletários são os únicos capazes de enxergar o mundo tal qual ele é porque não têm interesses em distorcê-lo. A verdade é benéfica ao proletariado. Os filósofos têm sua visão marcada pelos interesses da classe burguesa e produzem fantasmagorias para justificar a dominação e a exploração dos trabalhadores. Enfim, Marx não nega que as duas classes em oposição, burguesia e proletariado, tenham, cada uma delas, seus interesses, mas identifica e diferencia estes interesses para apontar em quais reside a possibilidade de se conhecer o mundo.

A segunda linha de raciocínio não se desenvolve independentemente da primeira. Se Marx é materialista, uma pergunta razoável ao marxismo é: qual a materialidade da ideologia? Como ela se encarna, se transmite, se preserva<sup>20</sup>? Marx, de alguma forma, dá a resposta. Ao afirmar ser a ideologia uma “**imagem invertida**” (grifo meu), já aponta para a sua característica *sígnica*. Levando em conta a dicotomia ideologia/realidade, se a primeira se compõe de signos que enevoam a verdade a segunda só pode se manifestar em signos que sejam a justa medida do mundo. Chegamos a uma perigosa conclusão: alguns signos são, outros não são ideológicos. Ou talvez: nenhum é, mas todos podem ser, de acordo com o uso que deles se faça. Neste caso, teremos apartado linguagem de interesse. Os signos estariam aí como se não tivessem história. Se a língua é um construto social, da mesma

---

<sup>20</sup> Louis Althusser tenta responder esta questão em *Aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Para ele, os AIE submetem os sujeitos à ideologia. A Igreja católica, por exemplo, reproduz comportamentos ideológicos. Quando o fiel prostra-se diante de uma imagem de santo, junta as mãos e mira o céu ou faz o sinal da cruz estes gestos são a própria materialidade da ideologia, sua manifestação concreta. Para mim, todos estes gestos só podem ser vistos como ideologia se pensados como signo. O ato físico de se fazer o sinal da cruz só é ideológico por ser signo de algo.

forma que os sistemas filosóficos, no mínimo ela deve guardar vinculações com a sociedade que a gerou. Portanto é valorada axiologicamente<sup>21</sup> desde o princípio. À tarefa de produzir saberes totais e definitivos, soma-se o árduo trabalho de retirar a língua da sua pouco útil vinculação com a sociedade e a história. Seria algo como a nova língua (*newspeak*) do filme *1984*, de Michael Radford, baseado no romance de George Orwell? Ou seria a depuração imposta aos trabalhos “científicos”, uma estratégia, ao meu ver, muito mais retórica que epistemológica?

O conhecimento, seja absoluto, final, definitivo, falível, parcial ou interessado, é encarnado em linguagem. A objetividade, nestes termos, seria a medida de precisão entre um signo e seu objeto. Chegamos, por fim, à dicotomia quase inabalável entre mundo e língua.

A suposição mais comum sobre os signos é que eles constituem uma reflexão do mundo. Às coisas que existem, cabe atribuir um nome. Talvez a origem desta percepção seja a Bíblia, com o Gênesis. Deus cria as coisas e, logo em seguida, dá-lhes um nome, até criar Adão, que assume para si esta tarefa. Este signo participante desta dicotomia (mundo/linguagem) pode ser questionado sobre sua veracidade. Neste termo, podemos dizer sobre distorções e verdades. Nestes termos, o conceito de ideologia marxista clássico é pertinente.

A questão, porém, é: um signo se orienta objetivamente para um outro, um segundo que é seu objeto. E, no entanto, não pode afirmar conhecer este segundo elemento, nem tampouco pode se apartar dele. O sujeito que conhece algo apreende este conhecimento, desde sempre, como signo. Saber sobre a existência de uma pedra é sabê-lo em signos. Esta representação orienta-se objetivamente para algo, mas não pode apartar-se deste elemento concreto. Se é possível supor a existência de uma pedra, apartar o que nela pode ser conhecido do signo é uma impossibilidade. Este concreto, que existe, só poderá, mais uma vez, ser apreendido em signos.

Enfim, todo conhecimento é *sígnico*. Isto não isenta uma mentira. Apenas muda o estatuto da análise. Já não cabe perguntar se algo condiz ou não com a realidade, mas se pretende ser honesto com o que narra. Desta forma, se alguém diz uma mentira que acredita

---

<sup>21</sup> O termo axiologia é mais adequado, por enquanto, para definir que a língua não só afirma como julga.

ser verdade não pode ser acusado de mentiroso ou mal intencionado. O autor da mentira que um locutor incorpora ao seu discurso pode, no entanto, ser julgado nestes termos, caso seja o ponto originário da mentira. Ainda assim, uma mentira só mente em relação a uma verdade mergulhada na história desde o início. É falso que a Terra é o centro do universo, mas nem sempre foi.

Um signo é um fragmento de realidade sobre outra realidade. Ele não descreve, mas se lança sobre o mundo, com seus julgamentos, interesses, impossibilidades. Um signo censura, permite, reage à realidade. Não pode, porém, julgar-se reflexo acabado e definitivo desta realidade por mais que dela não se aparte.

Talvez uma solução à dicotomia distorção/reflexão fosse afirmar a legitimidade dos interesses de classe do proletariado, como faz Marx. Chegamos ao ponto: neste caso, não cabe dizer sobre distorção e verdade, mas sobre distorções e distorções. Não cabe dizer sobre signo e mundo, mas sobre signos e signos. Só assim, sem supor a existência da verdade em algum lugar, uma crítica ao jornalismo pode escapar de ser denunciata, de acusar interesses vis, negando seus próprios interesses. Uma crítica distante do impulso totalizador não pode assumir a defesa da exposição da realidade (o que quer que seja ela) contra os deturpadores. Eis a tarefa mais difícil.

- ***Jornalismo e o conceito marxista clássico de ideologia***

Os estudos do jornalismo estão repletos de produções teóricas guiadas pelo conceito marxista clássico de ideologia. Ciro Marcondes Filho é um dos pesquisadores na área de comunicação, voltado principalmente para o jornalismo, que assenta suas elaborações sobre conceitos marxistas.

*O tratamento que sofre a notícia antes de chegar ao receptor é o principal modo de se operar a chamada 'manipulação' jornalística. Entre a ocorrência de um fato social relevante, o acontecimento 'objetivo' e sua apresentação ao público surgem diversas formas de intervenção que alteram sensivelmente o caráter e, principalmente, o efeito dessas notícias. É nessa altura que se opera a adaptação ideológica, a estruturação da informação com fins de valorização e de interesse de classe. O falseamento não se dá, via de regra, de forma intencional; ao*

*contrário, normalmente ele faz parte da própria forma do jornalista estruturar seu mundo, de discernir os fatos (inconscientemente) com uma 'visão dominante'. (Marcondes Filho, 1989: 39)*

As inadequações do conceito marxista clássico de ideologia, subjacente às formulações de Marcondes Filho, começam por uma enganosa pressuposição de que o jornalismo trabalha com fatos objetivos, tal qual as ciências naturais<sup>22</sup>. Esta suposição permite estabelecer a dicotomia ideologia/realidade, falseamento/verdade. Ideologia seria a compreensão da realidade patrocinada pela burguesia, imbuída do desejo de ocultar a verdade. Esta, por sua vez, seria a meta do proletariado. O jornalismo, como filho legítimo da revolução burguesa, estaria, por vinculações históricas, determinado a falsear a realidade.

O problema que se coloca aqui é o mesmo que o da epistemologia marxista: como estabelecer um ponto de vista capaz de narrar a realidade? A eleição de um jornalismo verdadeiro é também a imputação de falsidade a todos os outros. A dicotomia falso/verdadeiro, como esbocei, não é suficiente, a não ser para pressionar o jornalismo a optar pelo ponto de vista do proletariado ou denunciá-lo por não fazê-lo.

Assumir um ponto de vista relativista, sem a noção de verdade ou mentira, não pode, no entanto, conduzir a um “vale qualquer coisa já que tudo é versão”. As representações que o jornalismo produz podem escapar da inquisição sobre sua veracidade objetiva, mas não podem escapar de dois outros elementos inerentes ao signo: sua intencionalidade e seu valor social. Uma palavra pode não ser verdadeira ou falsa, mas pode ser intencionalmente verdadeira ou falsa, altruísta ou egoísta, persuasiva ou autoritária. É exatamente aí que cabe uma crítica independente de noções como realidade, verdade, ciência, etc. Tal intencionalidade é, a um só tempo, individual e social. Neste aspecto, ela carrega um valor social.

Esta postura pode servir para criticar as palavras da burguesia, como portadoras de intenções, nem todas justas. Mas não para legitimar as palavras do proletariado. Intenção de verdade não é garantia de verdade. Por outro lado, acreditar estar com a verdade implica excluir a verdade e as palavras do outro e pôr-se ao lado do essencialismo totalizador. O

---

<sup>22</sup> Uma discussão mais pormenorizada será feita no Capítulo VI.

conceito de ideologia de Marx opera esta exclusão, compromete-se com a verdade, critica a burguesia pondo-se acima dela e filia-se a um esquerdismo maniqueísta.

Este conceito de verdade proletária vai conduzir à seguinte conclusão: o jornalismo, ao descobrir onde está a verdade, deve, se não estiver mal-intencionado, pôr-se ao lado dela. O jornalismo, em outras palavras, deveria se engajar na luta do proletariado. Ainda neste aspecto, estaria operando de forma a excluir as diferenças, imaginando haver um fim para a história, para onde deveria ajudar a sociedade a caminhar. Estaria aderindo à teleologia marxista, imaginando que há uma racionalidade superior que pode conduzir à sociedade sem classes e abrindo mão do conhecimento que se produz nos relacionamentos intersubjetivos, provisório e inacabado sempre. Esta adesão implicaria um empobrecimento do jornalismo. Capaz de empreender um diálogo social, optaria pelo monólogo por uma suposição de defesa da verdade.

- ***Ideologia e utopia***

A rejeição do conceito de ideologia de *A ideologia alemã* pode sugerir a adoção de um relativismo absoluto para o jornalismo, algo como “o Rei está morto, portanto tudo é permitido”. Não é disso que se trata. O trabalho é, no entanto, encontrar um conceito crítico, sem recair, mais uma vez, em qualquer perspectiva essencialista ou totalizadora, mas assumir o conhecimento como provisório e sempre inacabado. Uma solução possível é apresentada pelo hermeneuta Paul Ricoeur.

A crítica de Ricoeur, segundo Michael Gardiner<sup>23</sup>, ao contrário do que pretende o racionalismo marxista, não se baseia em uma realidade apreensível pelo sujeito, ainda que através de algum método científico, e que seja sistematicamente distorcida pela burguesia. Para Ricoeur, a ação humana não pode ser separada da sua contraparte simbólica ou ideológica, a semiose não é um efeito secundário da vida social, mas a constitui como socialmente significativa. Em outras palavras, o sujeito não só apreende o mundo, mas

---

<sup>23</sup> Em *The dialogics of critique*.

atribui a ele significado. Isto implica aceitar a inexistência de conhecimento sobre a realidade fora da semiose. O signo não é só o elemento que capta, um mediador entre a realidade e o sujeito. A consciência se constitui enquanto signos. Não há conhecimento fora da linguagem.

Abdicar da dicotomia verdade/distorção ou ciência/ideologia pode, em certa medida, significar uma renúncia implícita a qualquer crítica, pois não caberia mais discutir qual representação é melhor ou pior, verdadeira ou falsa. Tanto a burguesia quanto o proletariado, para usar as categorias do marxismo clássico, teriam representação do mundo tão boa uma quanto a outra. A crítica, da qual Ricoeur não abre mão, tem que ser feita em outros termos, pois já não se pode postular uma “realidade objetiva dos fatos” como norte.

Ele propõe os conceitos de ideologia e utopia como instrumental explicativo e crítico. Imbricados, estes dois conceitos têm pontos em comum e são as forças que instigam os sujeitos a serem motor e freio da história. Neste aspecto, ideologia não precisa se opor à realidade mas a algo que, como ela, é também de natureza simbólica: a utopia ou o impulso utópico.

A ideologia perde o sentido negativo que tem no marxismo clássico. Com aspectos positivos e negativos, é fundamental à sociedade, pois a mantém coesa, representando, para os sujeitos, diferentes papéis sociais, com graus de importância e de poder distintos, que eles devem assumir. Assim, se a (má) distribuição de renda é, por exemplo, um fator que faz parte da realidade social, ela não produz desagregação por causa de mecanismos ideológicos. A (má) distribuição é ruim, mas a desagregação também. Portanto, a ideologia é, a um só tempo, positiva e negativa. Ela funciona como uma espécie de “cola social”, pois mantém o que Ricoeur chama de integração social. *“Ricoeur suggests that ideology is linked to ‘the necessity for a social group to give itself an image of itself, to represent and to realize itself, in the theatrical sense of the world.’”* (Gardiner, 1992:124) Nestes termos, se uma classe representa-se simbolicamente, num teatro social, é evidente que deve atribuir uma papel, também, às demais classes. Se a burguesia se representa como capitalistas empreendedores, evidentemente devem representar, também, a contraparte dos trabalhadores. Neste aspecto, ainda que concorde com Marx que a ideologia justifica um sistema de dominação de classe, Ricoeur acrescenta que esta perspectiva deve ser

balanceada com o papel desempenhado por ela na constituição das amarras sociais. As palavras chaves relacionadas à ideologia são “integração” e “dominação”. Sem ideologia, a dominação é tão impossível quanto a existência da própria sociedade.

Esta ideologia, justificativa para sistemas de opressão, tem uma função social. Apesar desta sua característica integradora, é passível de crítica. No entanto, não se trata de adotar o ponto de vista da “verdade histórica”, da “realidade” que é ocultada ou da “ciência”. A utopia deve ser o ponto de vista a partir do qual esta crítica é possível e forma, com a ideologia, um par do qual a ação social não escapa. Diz Ricoeur:

*Sugiro, pois, que não há espírito que se liberte de repente sem o apoio de outra coisa. Não são sempre as possibilidades utópicas de indivíduos ou grupos que alimentam a nossa capacidade de nos distanciarmos das ideologias? Não podemos sair da polaridade entre utopia e ideologia. É sempre uma utopia que define o que é ideológico e, deste modo, a caracterização é sempre relativa às pressuposições dos grupos em conflito. (1986: 318-319)*

Também não é a utopia a imagem da verdade, pois pode, nos seus aspectos negativos, ser criticada pela ideologia. Opostas e possíveis pontos de vista críticos de uma para a outra, utopia e ideologia têm, em comum, uma “incongruência” com uma determinada ordem estabelecida. Neste sentido, ambas se encontram no plano do imaginário e não se sustentam, fundamentalmente, em nenhuma suposição de realidade passível de conhecimento. Ambas são percebidas como fenômenos simbólicos. Diz Ricoeur, “o primeiro critério que ela (utopia) tem em comum com a ideologia é uma certa incongruência, uma não-coincidência, com o estado de realidade em que ocorre”. (1986: 311)

Apesar desta primeira coincidência, os objetivos de uma e de outra são, no entanto, distintos. A ideologia é incongruente com a realidade para manter um estado de coisas; a utopia tenta apontar para novas perspectivas, é um movimento imaginário, por vezes um escape, por vezes uma alternativa ao poder constituído. Na sua projeção de um mundo outro que não o nosso a utopia encontra a sua melhor definição. “A utopia talvez seja melhor definida pela sua pretensão de fragmentar a ordem existente do que pela incongruência.” (Ricoeur, 1986: 467)

Estes dois conceitos, ideologia e utopia, constituem a consciência dos sujeitos e guiam ou são resultantes das suas interpretações sobre o mundo. Pertencentes ao plano da

semiose, movem, em conflito, a sociedade ou, raras vezes, a mantêm estática como resultado nulo de forças que se opõem. *“Em certo sentido, toda ideologia repete o que existe, justificando-o, fornecendo-lhe portanto uma imagem – uma imagem distorcida – do que existe. A utopia, por outro lado, possui o poder ficcional de redescrever a vida”* (Ricoeur, 1986: 501)

Assim, os dois conceitos dizem respeito, para Ricoeur, ao poder. A ideologia justifica e mantêm um poder existente; a utopia é uma alternativa para o poder, uma tentativa de suprimir a hierarquia das relações humanas, mas é também um projeto de poder:

*O segundo ponto da nossa discussão é compreender que, se uma utopia é aquilo que fragmenta uma dada ordem, por contraste a ideologia é o que preserva essa ordem. Isto quer dizer que a problemática da dominação e o lugar do poder na estrutura da existência humana se tornam um tema central. A questão é não só quem detém o poder, mas como um sistema de poder é legitimado. A utopia também opera ao nível do processo de legitimação; fragmenta uma dada ordem oferecendo vias alternativas para lidar com a autoridade e o poder.* (Ricoeur, 1986: 319)

A formulação de Ricoeur parte da análise das utopias mais evidentes que se constituíram ao longo da história. Tem importância central para as suas formulações a análise das propostas dos socialistas utópicos Henri de Saint-Simon e Charles Fourier. Estes pensadores, com suas utopias, construíram projetos de poder ou de supressão dele:

*Saint-Simon confirma minha hipótese de que tanto as ideologias como as utopias tratam do poder; a ideologia é sempre uma tentativa de legitimar o poder, ao passo que a utopia é sempre uma tentativa de substituir o poder por uma outra coisa. Ao mesmo tempo, esta transferência de poder na utopia é meramente declarada; não é avançado nenhum meio prático para a implementação do sonho. Saint-Simon diz sempre que as pessoas eruditas, os cientistas, farão isto e aquilo. O futuro representa a imagem do sonho, mas não o programa para a sua consecução.* (Ricoeur, 1986: 472)

A utopia não tem, no entanto, compromisso com sua realização. Deve atuar como força que guia os sujeitos a lutar por uma sociedade distinta ou a fugirem da realidade. Pode ser, saudável impulso, um movimento para o novo ou, então, patológica, uma fuga do velho. Ícaro, com seu sonho irrealizável, é utópico. Nem por isso pode ser salvo da acusação de bem ter merecido seu destino. A crítica fundamentada na utopia corre



este risco. Diz Ricoeur, “o problema das utopias não é, pois, apenas a margem entre o irrealizado e o impossível, mas também a margem entre a ficção, num sentido positivo, e o imaginário num sentido patológico”. (1986: 490) Por não poder escapar do círculo da ideologia e da utopia, este risco é inevitável.

Por enquanto, podemos concluir que ideologia e utopia têm em comum o fato de serem incongruentes com um determinado estado de coisas e de girarem em torno do poder. As distinções surgem na medida em que a ideologia é o freio da história, a tentativa de manter tudo como está, justificando as estruturas de dominação. Neste sentido, não é criativa; é um sempre mesmo. Se a ideologia muda só o faz para voltar a ser a mesma, ceder ao impulso utópico sem dar-lhe espaço para se expandir, constituindo um novo mundo e uma nova ideologia. Diz Ricoeur:

*Sempre me espantou o fato de o poder não ter grande história; é muito repetitivo. Um poder imita outro. Alexandre tentou imitar os déspotas orientais, os césares romanos tentaram imitar Alexandre, outros tentaram imitar Roma, e assim por diante em toda a história. O poder repete o poder. A utopia, por outro lado, tenta substituir o poder. Tome-se por exemplo o problema da sexualidade. Também aqui a preocupação utópica é o problema da relação de poder. Para as utopias, a sexualidade não é tanto uma questão da procriação, do prazer ou da estabilidade de instituições, como de hierarquia. O elemento hierárquico é típico das piores tradições ocidentais talvez desde o período neolítico. Mantém-se o problema como dar fim à relação da subordinação, à hierarquia entre governantes e governados, substituindo-a há uma tentativa de encontrar alternativas que funcionem através de cooperação e de relações igualitárias. Esta relação estende-se a todos os tipos das nossas relações, da sexualidade ao dinheiro, à propriedade, ao estado e até à religião. (1986: 486)*

A utopia depende, por seu lado, de seu poder criativo, de conseguir apaixonar os sujeitos, os reais agentes da história. Por isso, a utopia tem uma forte vinculação com a paixão. A ideologia, em certo sentido, é racional, fria, lógica; a utopia é passional. Para realizar sua tarefa de apaixonar, uma utopia retira de si qualquer impossibilidade, mostra-se, como nos sonhos adolescentes, como a encarnação de todo bem, o paraíso por fim em plano terreno. Todas as metas podem ser alcançadas; todos os sonhos podem ser realizados. Não há empecilhos nem conflito de interesses:

*Estamos perante a magia da palavra, um atalho entre a irrupção da paixão e a revelação da verdade. A lógica da ação demora tempo, e exige que escolhamos entre metas incompatíveis e que reconheçamos que quaisquer meios escolhidos trazem consigo alguns males inesperados e decerto não desejados. Na utopia, no entanto, tudo é compatível com tudo. Não há conflito*

*entre metas. Todas as metas são compatíveis; nenhuma tem uma contrapartida oposta. Assim, a utopia representa a dissolução dos obstáculos. Esta magia do pensamento é o lado patológico da utopia e constitui outra parte da estrutura da imaginação. (Ricoeur, 1986: 483)*

A paixão, talvez uma das virtudes da utopia, não raras vezes revela o componente patológico das forças utópicas. Ao cair, assim, em uma espécie de esquizofrenia, a utopia está sujeita à crítica fundamentada no caráter de integração e identificação da ideologia. Conclui-se, portanto, que tanto a ideologia quanto a utopia têm aspectos negativos e positivos. Na primeira, seu fator de integração é fundamental, a justificava para a dominação é o ponto negativo; a segunda aponta para novos mundo, propõe alternativas, procura fragmentar a realidade e funciona como um norte para a busca de um mundo melhor, mas pode ser um escapismo patológico da realidade, uma espécie de esquizofrenia, por vezes coletiva e apaixonante. De qualquer forma, ideologia e utopia têm pontos em comum:

*O que torna difícil a discussão sobre utopia é o fato de o conceito ter a mesma ambigüidade que a ideologia, e por razões similares. (...) Tal como a ideologia opera a três níveis – distorção, legitimação e identificação – também a utopia funciona a três níveis. Primeiro, onde a ideologia é distorção, a utopia é o imaginário – o completamente irrealizável. O imaginário toca as raias da loucura. É escapismo e é exemplificado pela evasão na literatura. Segundo, onde a ideologia é legitimação, a utopia é a alternativa ao poder presente. Tanto pode ser uma alternativa ao poder como uma forma alternativa de poder. Todas as utopias, quer sejam escritas quer realizadas, tentam exercer poder de um modo diferente do existente. Vejo mesmo as fantasias sexuais das utopias – como a de Fourier – como uma pesquisa, não tanto dos instintos humanos, como das possibilidades de viver em comunhão e sem estrutura hierárquica. O conceito de atração é anti-hierárquico. Neste segundo nível o problema da utopia é sempre a hierarquia, como tratar e entender a hierarquia. A um terceiro nível, tal como a melhor função da ideologia é preservar a identidade de uma pessoa ou grupo, a melhor função da utopia é a exploração do possível, daquilo que Ruyer (Raymond Ruyer, L'Utopie et les Utopies, p. 9) chama 'as possibilidades laterais da realidade'. Esta função da utopia é afinal a função do nenhures. Para estar aqui, Da-sein, tenho de ser capaz de estar nenhures. Há uma dialética entre Dasein e o nenhures. Em 'A Sétima Elegia' das Elegias a Duino, Rilke diz: Hiersein ist herrlich, estar aqui é glorioso. Devemos modificar este sentimento e dizer ao mesmo tempo que estar aqui é glorioso e estar algures seria melhor. (Ricoeur, 1986: 502)*

Longe de assumir um papel denunciante, Ricoeur aponta na ideologia a capacidade de curar a patologia utópica. A utopia é o remédio para a petrificação de uma realidade opressora via ideologia. Não é possível adotar um ponto neutro, mas os dois conceitos servem como ponto de crítica um do outro:

*O resultado de ler uma utopia é que ela põe em questão o que existe presentemente: faz que o mundo atual pareça estranho. Geralmente, somos tentados a dizer que não podemos viver de maneira diferente daquela que vivemos agora. Mas a utopia introduz um sentido de dívida que abala o óbvio. (...) A ordem que era tida por certa parece de repente estranha e contingente. Há uma experiência de contingência da ordem. Este, penso eu, é o principal valor das utopias. Numa altura em que tudo é bloqueado por sistemas que falharam, mas que não podem ser batidos – esta é a minha apreciação pessimista do nosso tempo – a utopia é o nosso recurso. Pode ser um escape, mas é também a arma da crítica. Pode ser que existam tempos particulares que peçam utopias. Pergunto-me se o período presente não será um desses tempos, mas não quero profetizar; isso é outra questão. (Ricoeur, 1986: 488)*

Suponho que o jornalismo é, nestes termos, muito mais ideológico que utópico. Por isso, a utopia surge, no caso deste *corpus* de análise, como instrumento para criticar a petrificação do texto de jornal. A utopia, ao vislumbrar um mundo diferente deste em que vivemos, abre a possibilidade para a crítica da ideologia. Nas palavras de Gardiner,

*whilst ideology operates to produce a hidden 'surplus value' of belief vis-à-vis the legitimacy of authority, in order to secure the normative adherence of the majority of the population, utopia exposes this surplus to public view and poses awkward questions about the moral and political validity of the system itself (1992:130)*

Ou nas do próprio Ricoeur,

*Is not utopia this leap outside - the way in which we radically rethink what is family, what is consumption, what is authority, what is religion, and so on? Does not the fantasy of an alternative society and its exteriorization 'nowhere' work as one of the most formidable contestation of what is? (1986:16 in Gardiner, 1992:130)*

Independentemente do resultado a que pode levar, a utopia projeta um mundo alternativo, uma segunda hipótese e nega uma determinada sociedade ou, no mínimo, aspectos dela. Se constituindo desta forma, torna-se uma potente perspectiva de crítica à ideologia, pois, sendo utópica, só pode se realizar alterando ou destruindo a sociedade em que foi gerada, subjugando uma representação hegemônica do mundo. Ao não fazer referência à realidade presente, mas a uma segunda ordem de coisas, possibilita a crítica.

Se tanto ideologia quanto utopia são simbólicas, apenas representações da realidade ou da realidade que se pretende, é razoável supor que um texto seja considerado utópico ou ideológico, ou ambos. É razoável supor que as palavras contribuam para a manutenção do mundo tal qual ele é ou apontem perspectivas.

No caso do texto, a ideologia pode operar por processos como a seriedade. A palavra que se apresenta como séria à consciência cobra ser respeitada, não admite questionamentos nem que seja descentrada, reinterpretada. Quer ser sempre a mesma e não reinventada. Neste sentido, Mikhail Bakhtin fala do riso como uma potencialidade purificadora da palavra, pois permite um descentramento e uma visão de mundo diferente, bem como uma proliferação de sentidos e de formas de enxergar a realidade. No livro *Cultura popular na idade média e no renascimento*, descreve as festas, ritos e espetáculos medievais, “*organizados à maneira cômica*” (Bakhtin, 1993b, 4), como a supressão temporária do reino oficial, mantido e controlado pelo Estado e pela Igreja do feudalismo. Bakhtin descreve nas festas a criação de um mundo percebido de forma dual, que, em relação ao culto e às cerimônias oficiais sérias, “*ofereciam uma visão de mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado; pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, um segundo mundo e uma segunda vida aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles viviam em ocasiões determinadas*”. (1993b: 4-5) O carnaval medieval “*a segunda vida do povo, baseada no princípio do riso*” (Bakhtin, 1993b: 7), é a utopia realizada temporariamente, é o reino que se deve buscar ou, se patológica, a fuga temporária, a compensação resignada pela opressão do mundo oficial. As festas não eram, porém, apenas a negação e supressão temporária do Estado e da Igreja. Atuava como uma legítima utopia ao fragmentar o mundo e propor alternância, apontando para o futuro. Era, para Bakhtin, “*a autêntica festa do tempo, a do futuro, das alternâncias e renovações. Opunha-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulamentação, apontava para um futuro ainda incompleto*.” (Bakhtin, 1993b: 8-9) Por isso, a paródia carnavalesca, o mundo como arremedo bufo de si mesmo, nada tem em comum com a paródia moderna, puramente negativa, depreciativa. O que faz a paródia da cultura popular distinta é que ela não só ridiculariza, mas “*ressuscita e renova, ao mesmo tempo*” (Bakhtin, 1993b: 10)

Em paralelo ao pensamento de Ricoeur, Bakhtin vê a dualidade do mundo oficial e o cômico, na Idade Média. Vê a força centralizadora do Estado, para quem qualquer pensamento utópico é ardiloso, tendo que enfrentar o impulso fragmentador, renovador, cômico do carnaval. As festas são um ponto de vista crítico sobre o mundo

sério. Há nisso uma visão de mundo, que Bakhtin afirma ser utópica: *"devemos assinalar especialmente o caráter utópico e o valor de concepção de mundo desse riso festivo, dirigido contra toda superioridade."* (1993b: 11).

Por isso, a seriedade é uma forma de ideologia, pois contribui para a manutenção de um estado de coisas. A ironia, por sua vez, é uma forma de questionar o sentido que as palavras cobram para si e reinterpretá-las, abrindo novas possibilidades significantes. Aponta para o novo e diverso e não para o velho e unitário.

Palavras que se apresentam como de autoridade ou competentes ou dogmáticas são ideológicas, pois se propõem como a interpretação final, apontam para aquilo que é, tendem à manutenção dos sentidos, sua cristalização. Podem ser repetidas ou rejeitadas; jamais questionadas. Estão comprometidas com o mesmo e não com o novo. As utopias, por seu turno, ironizam o *status quo* e o descentram. Invertem os papéis sociais, numa carnavalização<sup>24</sup> do mundo. Mostram o quanto há de opressão dissimulada.

Ricoeur reconhece na ironia um potencial utópico e afirma:

*Há um elemento irônico na utopia. A utopia parece dizer uma coisa plausível, mas também diz qualquer coisa de louco. Ao dizer qualquer coisa de louco, diz qualquer coisa de real. Este ponto constitui um paralelo aos meus anteriores comentários sobre o fato de a utopia se encontrar na margem entre o realizável e o impossível e na margem entre o são (ainda que ficcional) e o insano (o patológico)." (1986: 492)*

A ironia tem como meta, assim como a utopia, minar a realidade, mas pode ser também uma fuga, um refúgio. *"Como veículo da ironia, a utopia pode fornecer uma ferramenta crítica para minar a realidade, mas é igualmente um refúgio contra a realidade."* (Ricoeur, 1986: 500-501)

Existe, neste aspecto, um ponto de tangência entre Bakhtin e Ricoeur, além do paralelo utopia/ideologia, sério/cômico. Empenhar esforços contra a opressão é, para Bakhtin, incentivar a pluralidade, a heteroglossia, o diálogo, apontar, em suma, para a margem, atuar como força centrífuga. Não é a realização da síntese sua meta, mas o estabelecimento do diálogo, ainda que não se chegue, a partir dele, a nenhuma conclusão. A utopia de Bakhtin não é um lugar onde se chega, mas o caminho que se percorre. É a

---

<sup>24</sup> Carnavalização é uma categoria bakhtiniana formulada a partir da análise do carnaval medieval.

convivência, ainda que por vezes belicosa, das mais diversas utopias, num diálogo interminável. O fim da história e a sociedade perfeita e petrificada não são o paraíso, mas a decadência de qualquer utopia e da própria sociedade, desalojada da sua dinâmica. Ricoeur, por seu lado, rejeita o fim da incongruência e o fim das ideologias e utopias, o fim do diálogo e a instituição, sem retornos, do monólogo. Diz ele: *“se pudéssemos imaginar uma sociedade em que tudo está realizado, nela existiria congruência. Mas esta sociedade também estaria morta, porque não haveria distância, nem ideais, nem qualquer projeto”*. (1986: 321)

Esta conceituação, para efeitos de crítica, permite escapar de ciladas como a necessidade de apontar a realidade ou a ciência objetiva como opção à ideologia. Permite escapar da necessidade de supor um jornalismo por fim objetivo, desde que comprometido. O jornalismo continua não sendo objetivo, nem poderia ser, mas pode ser utópico ou ideológico; optar pelo diálogo ou pelo monólogo. Ao fazer sua escolha, deve fundamentá-la em uma reflexão consistente e não em falaciosas suposições de compromisso com a verdade ou com o leitor ou com ambos. Não é possível estar em ponto nenhum da sociedade para conhecê-la. Não há o lugar de onde se olhe que seja neutro, acima ou paralelo ao mundo. Esta conceituação permite escapar de ter que supor este ponto inalcançável ou inexistente. Continuamos parciais, mas nem por isso sem o direito à crítica; nem por isso num conveniente vale-tudo.

O paradoxo de Karl Mannheim (1986) continua sem resposta. Os marxistas apontaram a ideologia como o fruto do interesse de classes, mas se excluíram de assumir seu pertencimento à história. Na busca da verdade, o proletariado seria a classe mais indicada, o ponto de vista a partir do qual o conhecimento pode ser científico. Mannheim coloca esta formulação em cheque. Ricoeur tenta uma resposta, que já sabe, desde o início, suficiente apenas em parte:

*Não há resposta para o paradoxo de Mannheim, a não ser dizer que temos de tentar curar a doença da utopia com aquilo que é saudável na ideologia – o seu elemento de identidade, que é, mais uma vez, uma função fundamental da vida – e tentar curar a rigidez, a petrificação, das ideologias com o elemento utópico. É, no entanto, uma resposta excessivamente simples dizer que temos de manter a dialética em ação. A minha resposta final é que nos devemos deixar arrastar para o círculo e tentar então fazer do círculo uma espiral. Não podemos eliminar da ética social o elemento de risco. Apostamos num certo conjunto de valores e tentamos depois*

*ser consistentes com eles; a verificação é pois uma questão de toda a nossa vida. Ninguém pode escapar a isto. Quem quer que afirme seguir uma via isenta de valores não encontrará nada. (...) Não vejo de que modo possamos dizer que os nossos valores são melhores que todos os outros, a não ser que, arriscando toda a nossa vida neles, esperemos alcançar uma vida melhor, ver e entender as coisas melhor do que os outros. (1986: 504-505)*

A utopia pode não ser um projeto de ciência objetiva, mas pode, sem dúvida, fundamentar todo um projeto de vida ao sabor do carnaval na Idade Média.

## Capítulo IV - Linguagem

### • *Saussure, Jakobson e os estudos de teoria da comunicação*

O jornalismo, como já foi dito, não precisa de nenhum conceito científico sólido que sustente sua tese da objetividade jornalística. Os métodos científicos, no caso do jornalismo, são incorporados apenas como uma pálida sombra. Historicamente, o conceito de objetividade jornalística surge, no final do século XIX (Kunczik, 1997: 227), como, entre outras coisas, uma estratégia mercadológica. O jornal, constituído por fim como empresa capitalista, assume um compromisso com o leitor de busca da “verdade”. Sua meta não é a verdade, mas aumentar as vendas e, assim, o preço das inserções publicitárias.

Alguns teóricos, na busca da objetividade, formularam, honestamente, conceitos e propostas para um jornalismo objetivo<sup>25</sup>. O jornalismo de precisão (Kunczik, 1997: 103) é um destes casos. Mesmo esta formulação, bem como quase todas as outras, passa bem longe de uma discussão sobre o código.

Isentando o jornalismo deste seu condicionamento histórico, suponhamos que sua busca de objetividade é honesta, que o projeto tem, no fundo, uma intenção justa, assim como na ciência. Neste caso, trata-se da mesma intenção totalizadora e essencialista. O jornalismo não teria por objetivo produzir um diálogo, analisar alternativas, mostrar caminhos distintos. Sua meta seria, antes, produzir o melhor conhecimento definitivo que se pode produzir no curto espaço de 24 horas que separa uma edição de outra.

Se a busca da objetividade fosse sincera, mais que um ritual de defesa ou uma justificativa contra os detratores, teria que, por imposição lógica, supor um código neutro capaz de conduzir este saber objetivo. Ou então teria que operar no código, se a objetividade não fosse uma possibilidade mas uma meta, uma purificação de suas marcas ideológicas. Não conheço nenhum teórico que tenha se proposto ao trabalho de sustentar a objetividade jornalística na conceituação de uma língua neutra, reflexo da realidade. É evidente, porém, que afirmações comuns como “a missão do jornalismo é informar” supõem uma língua referencial denotativa, um signo que represente, perfeitamente, seu objeto. Não é por acaso que este tipo de argumento invadiu as salas do senso comum.



Suponho que o pensamento passa por fases que vão desde a recusa de uma nova idéia, sua assimilação por uma comunidade acadêmica, sua popularização no âmbito dos institutos de pesquisa e universidades (ou similares) e a completa aceitação pelo senso comum, com uma inevitável banalização. Assim foi com o heliocentrismo.

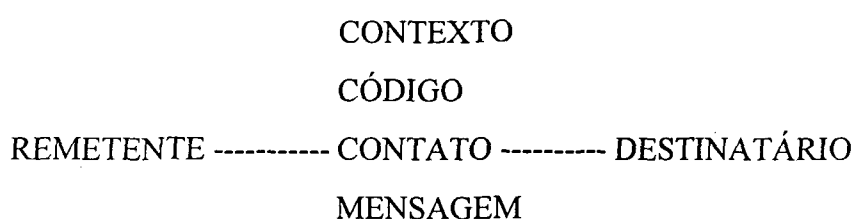
O pensamento, no entanto, não se espraia apenas de alto a baixo, mas também horizontalmente. Uma determinada forma de raciocinar acaba, se bem sucedida numa área, alcançando outros campos do conhecimento. O positivismo invadiu as ciências humanas; o funcionalismo tomou de assalto boa parte da reflexão sobre a sociedade; o formalismo encontrou terra fértil na teoria da comunicação.

No campo da comunicação social, alguns pensadores são emblemáticos neste processo de disseminação do pensamento que culminou com a crença na neutralidade. Entre eles, os fundadores, em 1949, da teoria matemática da informação, Warren Weaver e C. E. Shannon. Engenheiros da Bell Telephones, Weaver e Shannon nem mesmo estavam preocupados com a comunicação humana. Seu problema era o processo de transmissão de dados via telefone. Por isso, não podemos imputar a eles nenhuma responsabilidade direta pela crença na objetividade jornalística.

Outro pensador que creio ser emblema dos caminhos ou descaminhos do pensamento é Ferdinand de Saussure, com seu *Curso de lingüística geral*. Na intersecção destes dois momentos teóricos distintos, está Roman Jakobson, um dos fundadores e o principal incentivador do Círculo Lingüístico de Praga – o CLP.

No artigo *Lingüística e poética*, publicado no livro *Lingüística e comunicação*, uma coletânea de textos apresentados em congressos nos anos 60, Jakobson propõe (com outro objetivo, é verdade) seu modelo.

O processo de comunicação poderia ser representado no seguinte modelo:



---

<sup>25</sup> No capítulo V, farei uma discussão mais pormenorizada do conceito de objetividade.

O remetente é alguém que, utilizando-se de um código, envia uma mensagem a um destinatário, através de um contato ou canal físico, sobre um terceiro, um contexto, um algo de que se fala. O que é central na teoria de Jakobson é o conceito de língua, ou código, implícito no seu modelo teórico. Mesmo com poucos subsídios, é possível traçar as aproximações de Jakobson com Saussure. Jacqueline Fontaine, em *O círculo lingüístico de Praga*, afirma:

*No plano mais diretamente lingüístico, impõe-se uma referência - declarada, reconhecida explicitamente pelos membros do Círculo (lingüístico de Praga) - a de Saussure. Historicamente, na formação da reflexão lingüística em Praga, o pensamento de Saussure desempenhou um papel catalisador. (1878: 35)*

Talvez seja arriscado postular que um ensaio de 1960 ainda utilize o mesmo conceito de língua que era utilizado no início dos trabalhos do CLP, quando os praguenses estavam marcadamente influenciados por Saussure. É difícil, por certo, postular qualquer conceito de língua no modelo de Jakobson, logo que ele não se dá ao trabalho de fazer uma discussão deste tipo. O que se quer analisar é menos se Saussure ainda está em Jakobson e mais uma forma de pensar que ainda está sólida naquele ensaio. Para esta forma de pensar, apenas um conceito como o que aqui se discute, ou algo parecido com ele, seria viável.

Quando Saussure, nos idos de 1910, produz uma guinada epistemológica nos estudos lingüísticos, o que ele começa por fazer é reformular as perguntas que a lingüística se coloca ou, no mínimo, atribuir valores diferentes às velhas perguntas. A primeira meta da lingüística seria estudar como estão estruturados os sistemas da língua e, somente após isso, como os sistemas mudam. Neste sentido, um dos trabalhos mais relevantes é reformular o conceito de língua.

Segundo o lingüista genebrino, “o ponto de vista cria o objeto” (1995: 15). Se existe um externo ao ser humano, uma objetividade, o sujeito capta tal realidade e, pivô de toda e qualquer construção científica, tem que trabalhar com esta relação subjetiva com o mundo. O mundo, no entanto, se apresenta ao sujeito como diversidade. Nas palavras de Marcelo Dascal e José Borges Neto: “O mundo das aparências é um mundo de diversidade: pouco ou nada há de comum na multiplicidade de coisas individuais, que

parecem diferir radicalmente umas das outras”<sup>26</sup> Fazer ciência é, antes de tudo, proceder um recorte nesta realidade multifacetada, captar ou postular regularidades, construir, antes de mais nada, um objeto de estudo. Em *Curso de lingüística geral*, Saussure afirma:

*Dessarte, qualquer que seja o lado por que se aborda a questão, em nenhuma parte se oferece integral o objeto da lingüística. Sempre encontramos o dilema: ou nos aplicamos a uma lado apenas de cada problema e nos arriscamos a não perceber as dualidades assinaladas acima, ou, se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da lingüística nos aparece como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências - psicologia, antropologia, gramática normativa, filologia etc, que separamos claramente da lingüística. (1995: 16)*

Na definição do seu objeto, construção central na obra de Saussure, ele emprega algumas dicotomias. A primeira delas é entre língua e linguagem. Poderia se enquadrar a linguagem em vários campos do saber humano: física, fisiologia, psicologia. Ela seria tanto social quanto individual. Este objeto disperso não se prestaria à ciência ou, pelo menos, a uma lingüística que se queira científica. Apenas a língua cabe à ciência. Mas o que é ela? Para Saussure, “*é um todo por si e um princípio de classificação*” (1995: 17), arbitrário e convencional. Na sua busca do que seja essencial para a lingüística, ele lança mão da sua segunda dicotomia: língua e fala ou *langue* e *parole*. A fala é a expressão individual da língua e utiliza-se de um mecanismo psicofísico para se realizar. Mas a língua é, talvez menos que a fala, apenas as possibilidades de expressão, as regras de combinação. Para Saussure, a parte mais importante de uma língua é a sintaxe, tomada aqui em sentido lato como as regras que possibilitam a organização lingüística, seja de fonemas, seja de orações ou textos. Sendo assim, a língua se impõe ao indivíduo, que, sozinho, “*não pode nem criá-la, nem mudá-la.*” (1995: 22) Este objeto, homogêneo e independente da sociedade e do indivíduo, se presta, então, a um estudo científico, grande preocupação que moveu o surgimento do paradigma estruturalista.

A língua é tida como um sistema de valores puros, autônomo. Isto significa que seus elementos definem-se internamente, um em oposição ao outro. Eles não existem como positividade, isto é, não são alguma coisa, não se definem positivamente, como isto ou aquilo. Eles se definem negativamente, por não serem algo. Assim, a palavra mesa se

---

<sup>26</sup> Em *Do que trata a lingüística, afinal?*

definiria por não ser nenhuma outra dentro do sistema lexical de uma língua. Para Saussure, mesa se define pelo que ela não é. Assim, o sistema se mantém, se definindo em relação a si mesmo, internamente. Não depende, para funcionar, do exterior.

Um exemplo elucidativo dado por Saussure é a comparação da língua com o jogo de xadrez. Os falantes, tal qual os jogadores de uma partida, podem fazer seus lances individualmente e com autonomia, mas não podem, em nenhum momento, desrespeitar as regras do jogo. Eles se valem dela para expressar seus movimentos. Por mais que se jogue xadrez, jamais indivíduos isolados poderão mudar-lhe as regras, que seriam, se os lances são a fala, a língua. A fala é acessória; a língua é essencial<sup>27</sup>.

Com isso, a língua passa a ser um objeto autônomo, com suas próprias regras internas e iguais para todos os falantes. Ela é um sistema independente. Na letra do *Curso*: “Nossa definição supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema (...) tudo quanto se designa pelo termo ‘lingüística externa.’” (1995: 29) ou “a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria” (1995: 31) ou “a lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (1995: 271). Saussure não nega à “lingüística externa” a sua importância, apenas não a considera lingüística, mas antropologia, sociologia, psicologia, etc. A língua, autônoma, é o verdadeiro objeto da lingüística.

Posto assim, parece uma definição metafísica, pairando acima da cabeça dos falantes. Saussure foge disto postulando que o padrão de língua é a soma do padrão que se encontra na cabeça de cada indivíduo, idêntico em todos os casos. Desta forma, a língua não está em lugar nenhum e, ao mesmo tempo, na cabeça de cada falante. A partir daí, torna-se fácil montar um modelo para a comunicação. Um conceito é ligado por um emissor a uma imagem acústica e então exteriorizado por um mecanismo psicofísico. O receptor, por sua vez, capta o som e, na mente, liga a imagem acústica ao conceito. Não há

---

<sup>27</sup> Ao dar autonomia ao sistema lingüístico, Saussure produz também uma primeira formulação metodológica: o sistema, exatamente por ser um sistema com elementos interdependentes, definidos um em relação ao outro, deve ser estudado integralmente e não em partes. Na mudança de uma língua, o que interessa não é como este ou aquele elemento muda, mas como o sistema muda e este ou aquele elemento dentro dele. O sistema lingüístico é privilegiado como objeto de estudo. A sincronia, estudo da língua num determinado momento temporal, precede a diacronia, estudo da língua na história, que só poderia ser feita através da comparação de sincronias. A pergunta não é mais como os elementos das línguas mudam, mas como sistemas se organizam e, a partir, então, da comparação destes sistemas, como mudam.

incompreensão. A língua é clara, transparente, mais ou menos como não há ambigüidade de informação na transmissão de dados de um disquete para o winchester de um computador.

Torna-se imperativo então estabelecer qual a relação entre uma tal imagem acústica e o conceito. É com esta empresa que Saussure cunha seu conceito de signo, o que lhe dá o título, para muitos, de fundador da semiologia. No signo, mais uma dicotomia, a imagem acústica ganha o nome de significante, e o conceito, de significado<sup>28</sup>. A relação entre eles é arbitrária e convencional. Por isso, não faz sentido discutir se a melhor denominação para o objeto mesa seja “mesa” ou “chuchu”. Sendo arbitrária a relação, ambos funcionam perfeitamente. A partir daí, Saussure estabelece a diferença entre significação e valor, um dos conceitos mais importantes da sua obra. Segundo ele, a significação de “carneiro”, em português, e de “sheep”, em inglês, pode ser a mesma, mas o seu valor não. O valor está em relação com o sistema da língua. Cada elemento de um sistema lingüístico se define em relação aos outros elementos. Desta forma, “menino” só se define como masculino em oposição a “menina”. Eles não têm valor em si, não são positivos, mas negativos. O que os define é o que eles não são. “*Na língua só existem diferenças*”, diz Saussure (1995: 139). O exemplo de sistema de valor negativo dado por Saussure é o do alfabeto. A letra “t” não tem nenhuma relação motivada com o som /t/. Ela se define em oposição às outras letras.

Parece evidente que Saussure, quando redefine os caminhos da lingüística, o faz sob a inspiração racionalista, de um modo de fazer ciência que havia mudado com René Descartes e Gottfried Wilhelm von Leibniz. Bakhtin, na crítica que faz ao modelo saussureano, que chama de objetivismo abstrato, afirma:

*É preciso procurar a origem, as raízes desta orientação (o objetivismo abstrato) no racionalismo dos séculos XVII e XVIII. Tais raízes mergulham no solo fértil do cartesianismo. Foi Leibniz quem exprimiu, pela primeira vez, estas idéias de forma clara, na sua teoria da gramática universal. A idéia de uma língua arbitrária, convencional, é característica de toda corrente racionalista, bem como o paralelo estabelecido entre o código lingüístico e o código matemático. (...) o que interessa não é a orientação do signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o engendra, mas a relação de signo para signo, no interior de um sistema fechado. (1992: 83)*

O código matemático não remete a nada no mundo, mas pode falar de quase tudo. Do mesmo jeito, um sistema, como concebe Saussure, não é língua nenhuma, mas pode falar de todas elas. O universal abstrato é o objetivo deste paradigma científico.<sup>28</sup>

As palavras dos discípulos de Saussure, Albert Sechehaye e Charles Bally, parecem confirmar Bakhtin. Eles afirmam, no prefácio da primeira edição de *Curso de lingüística geral*, que ouviram reiteradas vezes “*Saussure deplorar a insuficiência dos princípios e métodos que caracterizam a lingüística em cujo ambiente seu gênio se desenvolveu.*” Descartes, nas suas *Meditações filosóficas*, da mesma forma, lamentava o conhecimento de sua época, aprendido no colégio jesuíta La Flèche. Para ele, não era científico; as discussões não passavam de doxa (opinião). Foi com o desejo de cientificizar o conhecimento que surgiu o projeto cartesiano. Saussure também pretende cientificizar a lingüística e, mais que os anseios de Descartes, adota seu projeto epistemológico:

*A idéia de uma língua convencional, arbitrária, é característica de toda corrente racionalista, bem como o paralelo estabelecido entre o código lingüístico e o código matemático. Ao espírito orientado para a matemática, dos racionalistas, o que interessa não é a realidade do signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o engendra, mas a relação de signo para signo no interior de um sistema fechado e não obstante aceito e integrado. Em outras palavras, só lhes interessa a lógica interna do próprio sistema de signos.” (Bakhtin, 1992: 83)*

É contra esta reificação do homem e da sua língua, patrocinada em nome da ciência, que se rebela o físico Ernesto Sábato:

*O êxito da concepção mecânico-matemática da natureza levou insensivelmente à sua generalização. Já Leonardo quis substituir os seres vivos por mecanismos. Depois vieram as tentativas de Descartes, o auge dos autômatos e o projeto de localizar a alma em alguma glândula. Para Descartes, a alma estava na glândula pineal e os nervos tendiam dela como um cordão de campainhas: a alma se inteirava dos estímulos externos como o dono da casa da chegada de visitantes. Toda a filosofia de Descartes é a expressão de uma mentalidade físico-matemática. Para ele, o conhecimento consiste em converter o escuro e confuso em claro e distinto. Mas o que é claro e distinto para esse filósofo? O quantitativo, o mensurável. Não é estranho, pois, que ao enfrentar o problema da vida, ele o torne claro e distinto mecanizando-o, inserindo a alma em uma campainha. Quanto aos sentimentos e paixões, quanto a tudo que não é pensamento racional, ele os elimina, qualificando-os de idéias obscuras e confusas:*

---

<sup>28</sup> Cabe ressaltar que o significado não é o referente. Isto está claro no texto. Tanto significado quanto significante são realidades psíquicas.

<sup>29</sup> Curiosamente, os primeiros contatos de Saussure com a academia foram em estudos de física e química, em 1875, na Universidade de Genebra.

*analisando-as, o homem verdadeiramente pensante poderá viver tranqüilo, isento de emoções, sob o exclusivo impulso do intelecto. Belo projeto para o homem do futuro!" (1993: 51-52)*

O grande mérito de Saussure foi ter efetuado um corte epistemológico que mudou a lingüística posterior a ele, com a construção de novos métodos de trabalho e de um novo conceito de língua, que é o que mais interessa a esta tese. Exatamente a pergunta a se fazer é: como o conceito de língua proposto por Saussure poderia sustentar a tese da imparcialidade jornalística, mesmo que o jornalismo dispense qualquer apoio?

Saussure nunca pretendeu discutir ideologia, nem tampouco fazer da lingüística capaz de desenvolver análises estruturalistas em outras áreas. Ele pretendia, bem mais sensato, apenas delimitar a área de atuação da lingüística, recortando-lhe um objeto. Ao dar autonomia ao sistema, visando estudos lingüísticos, agiu de forma disciplinar<sup>30</sup>, separando as diversas ciências, dando a cada uma o nicho que lhe cabe. Neste contexto, qualquer rejeição, *a priori*, da autonomia da língua é injusta se não tiver em conta que esta postulação faz parte de um esforço metodológico.

No entanto, os processos ideológicos, a disputa de concepções de mundo, estão muito além do alcance de uma teoria sistêmica. Ligados ao fazer social, não há razão de ser tanto para o movimento ideológico quando para o impulso utópico se não for motivado pela realidade humana. Assim, uma língua autônoma reduz sensivelmente o objeto de análise, a ponto de quase perdê-lo por completo. Uma abstração como o sistema de valores negativos só se justifica na medida em que sirva para estudos do sistema da língua. Segundo Bakhtin, estas abstrações teóricas reduzem ou deformam o objeto analisado. Diz ele, sobre a crítica da arte: "*O desejo de construir uma ciência a todo custo e o mais rápido possível sempre acarreta uma grande queda do nível da problemática, um empobrecimento do objetivo submetido a estudo, e até a substituição deste objeto por outra coisa qualquer bem diferente.*" (1993: 14) Tal redução se justificaria por razões metodológicas.

É somente calcado num conceito abstrato, que desaloja o fazer social e individual da língua, que o jornalismo pode postular uma pretensa neutralidade. Por mais que Saussure nunca tenha pretendido justificar a objetividade jornalística pela neutralidade

do código, os rumos do seu pensamento lhe escapam. Suas idéias escorregam tanto por seus dedos para ganhar mais amplitude do que ele poderia imaginar que nem mesmo seu livro mais famoso, *Curso de lingüística geral*, pode ser controlado por ele. Seus discípulos produziram a obra que, mesmo sem ter escrito, Saussure assina.

O conceito saussureano pode ser inadequado para uma análise do jornalismo na sua real inserção, mas Saussure nunca pretendeu que ele o fosse. Já Jakobson agiu deliberadamente ao constituir um modelo para a comunicação lastreado no conceito saussureano de língua, senão na sua letra ao menos no seu espírito. Sua teoria pode servir para situar a sua poética e para tratar de comunicação mecânica, mas não se aplica para a análise do jornalismo. No entanto, Jakobson seria uma boa justificativa, bebendo em Saussure, para a neutralidade jornalística.

É fato fundamental para a rejeição do conceito saussureano de língua para os fins desta tese a dicotomia língua/fala. O sistema lingüístico, impenetrável para o indivíduo, apenas pode ser utilizado para fins ideológicos. Nestes termos, as valorações das palavras encontram-se no uso que se faz delas na fala, no desempenho. O sistema, em si, é isento de valoração. O texto jornalístico é, portanto, o espaço possível para a transmissão de informação.

O sistema, como postula Saussure e do qual se apropria Jakobson, é igual para todos, as interpretações são unívocas. Ou seja, não existem incompreensões no processo de inter-relacionamento subjetivo. O sentido encontra-se no texto. Não há polissemia.

O movimento ideológico e o impulso utópico operam como disputa sobre o signo, calcados na sua possibilidade de ter seu significado alterado contextualmente, na sua polissemia intrínseca. As disputas axiológicas residem, exatamente, na imprecisão do signo. Uma teoria da precisão simbólica não pode fundar uma crítica ao jornalismo. Para Jakobson, apenas o ruído pode intervir na transmissão de informação.

A segunda aproximação de Jakobson é com a teoria matemática da comunicação. Ele, talvez por esta proximidade, opta por usar termos como código e

---

<sup>30</sup> O termo disciplinar ora empregado refere à disciplina, campos de saber, como a história, a filosofia e a psicologia. Saussure visou, antes, separar uma disciplina: a lingüística. Neste sentido, agiu de forma



mensagem e não mais língua e fala. J. Mattoso Câmara Jr. diz: "*ultimamente* (Jakobson) *se tem interessado pela teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver, e propôs os conceitos de código e mensagem, desenvolvidos nesta teoria, para substituir os de langue e parole, respectivamente, integrados na lingüística desde Saussure*"<sup>31</sup>.

O modelo de Jakobson para a comunicação é uma adaptação do modelo Weaver (in Cohn, 1975: 27), que comporta:

Fonte de informação => transmissor => canal => receptor => destino

E que deve ser visto como uma tentativa de compreender os processo mecânicos de transmissão de dados. Jakobson assimila o ser humano ao modelo. Para ele, não há problema em analisar, dentro desta perspectiva, o homem como a fonte e o destino da informação. Diz Jakobson: "*Como cada uma dessa duas disciplinas (a lingüística e a teoria matemática da comunicação) se ocupa, embora por vias diferentes e assaz autônomas, do mesmo domínio da comunicação verbal, um estreito contato entre elas revelou-se bastante útil para ambas e não há dúvida de que se tornará cada vez mais proveitoso*". (1995: 73)

E ainda chama o pai da cibernética, Norbet Wiener, para corroborar sua tese: "*Wiener se recusa a admitir 'qualquer oposição fundamental entre os problemas que nossos engenheiros encontram na medida da comunicação e os problemas de nossos filólogos'*" (1995: 73).

Os pontos de tangência entre a lingüística estrutural e a teoria da informação são muitos. Tracemos alguns paralelos. 1) a teoria da informação, na sua origem, trabalha com linguagens artificiais. Shannon e Weaver desenvolveram um sistema de escolhas binárias visando a comunicação telefônica. Valendo-se de uma aplicação que se mostrava eficiente em cibernética, os dois pesquisadores conseguiram reverter a seqüência falada em um código binário. A lingüística estrutural conseguiu, nos estudos de fonologia, fazer o mesmo; reduzir a opções binárias a fala. 2) Concordando com D. M. McKay, Jakobson

---

disciplinar.

<sup>31</sup> No prefácio de *Lingüística, poética e cinema*, pág. 173.

reitera que o objetivo da teoria da informação é encontrar elementos de representação que permaneçam invariantes em vários contextos, em novas formulações. A pesquisa fonológica teria, aos buscar os traços distintivos, o mesmo objetivo. 3) Um terceiro conceito, ainda ligado aos traços distintivos, é o de redundância: quanto mais uma variante se repete, mais ela está sendo redundante. Da mesma forma, fonemas que se repitam em maior grau que outros também são. A quantidade de informação que se transmite é inversamente proporcional ao nível de redundância de uma dada mensagem<sup>32</sup>. Assim, num fonema, os traços não-distintivos<sup>33</sup> seriam redundantes e carregariam pouca informação. A teoria da informação trabalha com a seguinte equação: maior redundância, maior facilidade de compreensão da mensagem; maior novidade maior dificuldade de compreender a mensagem. 4) Para a teoria da informação, um código se caracteriza por ser reversível em outro código. O código morse pode ser revertido em linguagem verbal. Da mesma forma, para Jakobson, existe, na língua, reversão do sistema fonológico da língua, que guarda uma determinada forma de informação, em sistema lexical e sintático e vice versa. 5) Um código comum é o que permite a comunicação, para os teóricos da informação. Com a língua não seria diferente e, sob tal pressuposto, estariam assentados os estudos de intercomunicação entre os falantes.

Compreender a língua como um código, que é algo elaborado artificialmente, com um objetivo específico, traz algumas vantagens para Jakobson: fundamenta a sua poética, que produz, entre outras coisas, uma definição matemático-estatística do estilo; e dota o seu modelo de solidez matemática.

O que está por trás do modelo de comunicação de Jakobson é um código perfeitamente reversível em outro ou então uma língua transparente, onde problemas de mal-entendimento são produtos de falhas, assimetrias. Ou, como prefere Jakobson, “ruidos semânticos”.

---

<sup>32</sup> Algumas técnicas de decifração de códigos se baseiam em uma técnica que leva em conta a noção de redundância. Com uma quantificação estatística de qual fonema ocorre mais, pode-se dizer que ele é este ou aquele por se saber quais fonemas são, normalmente, mais redundantes em uma língua.

<sup>33</sup> A fonologia distingue os traços relevantes para a definição de um fonema, ou distintivos, daqueles irrelevantes. No português, por exemplo, a sonoridade ou surdez podem definir um fonema. /p/ e /b/, por exemplo, se distinguem por um ser sonoro, e o outro, surdo. Todos os outros traços são iguais. Assim, eles constituem o que, na fonologia, se chama par mínimo. Os árabes não têm na surdez ou sonoridade um traço distintivo. Por isso, percebem /p/ e /b/ como um mesmo som.

O nível de formalização alcançado pela teoria da informação exerce fascínio; é como um canto de sereia para teóricos da comunicação e lingüistas; e atrai muitos no afã pós-século XVII de cientificidade em áreas que resistem a serem formalizadas, como as ciências humanas. Pesquisadores como Shannon e Weaver encontraram um campo vasto por onde se espalhar e ali ganharam espaço. Na esteira da semiótica, muitos, como Décio Pignatari e J. Teixeira Coelho Netto, deitaram raízes e formularam teorias respeitadas. Com a formalização da teoria da informação, Pignatari escreveu *Informação, linguagem, comunicação*, um livro introdutório dos mais utilizados nas escolas de Comunicação Social. O formalismo matemático estende seus tentáculos sobre a comunicação e, por extensão, sobre o jornalismo. Quem prosperou também no campo foi a cibernética, integrante de manuais e ensinada nas disciplinas de teoria da comunicação, com o feitiço da sua formalização precisa.

Não se nega a Wiener o mérito de ter formalizado uma ciência que revolucionou o mundo até hoje, mas a apropriação, além de simplificar o original, é inadequada para explicar uma série de fenômenos relacionados à comunicação e, em especial, ao jornalismo. Da mesma forma, a teoria da informação não dá resposta a uma série de perguntas, entre elas, à pergunta a que esta tese se propõe a responder. Nem tampouco o sistema lingüístico de Saussure serve para responder tais perguntas. Não trata-se aqui de desclassificar tais teorias, mas de mostrá-las inadequadas para responder a pergunta: como o jornalismo exerce um papel ideológico ou utópico na sociedade?

Não se trata de uma invalidação das teorias de Saussure ou Shannon e Weaver, mas de uma negativa a expansões perniciosas de certas linhas de pensamento

- ***Ideologia e semiose***

O papel desempenhado por Saussure no reconhecimento e consolidação da lingüística como campo de produção de saber é inestimável. Todo o seu projeto epistemológico está direcionado para este objetivo: a clara delimitação do objeto da lingüística, dotando-lhe de autonomia em relação aos objetos, formulações e métodos das

demais ciências, de tal forma que a própria lingüística seja reconhecida como ciência autônoma.

Este projeto justifica o esforço para colocar a lingüística fora do alcance da sociologia, por exemplo, ao determinar que o estudo de uma língua está ligado somente a regras internas do sistema lingüístico. Desta forma, Saussure dotaria a lingüística de maior rigor, garantindo sua cientificidade.

No entanto, o impulso que conduz o lingüista genebrino, a saber: a construção de conhecimentos sólidos e seguros, é o mesmo que alimenta os sonhos de se construir um jornalismo isento, negando seu caráter de interventor na realidade. Não se trata só de uma assimilação do conceito saussureano de língua por Jakobson para construir um modelo de teoria da comunicação, mas também de um embasamento filosófico que fundamenta tanto o a objetividade jornalística quanto o estruturalismo lingüístico. Por isso, a assimilação é tão fácil.

O projeto de Saussure constrói conceitos que afastam a palavra da realidade material da sua produção, limpa da língua rastros axiológicos das disputas nas quais a palavra está inserida e afirma seu caráter exclusivo de reflexão da realidade. Em outros termos, a palavra é unívoca.

O projeto de jornalismo neutro se assenta, se pensado como linguagem, sobre a palavra unívoca, aquela que pode, potencialmente, refletir a realidade sem emitir juízo de valor sobre ela, sem refratá-la.

Um estudo da ideologia, sob a égide do signo saussureano, deve admitir que a língua, em si, não é ideológica. Porém o uso que se faz dela pode ser. A ideologia reside fora da linguagem, em alguma outra esfera como, por exemplo, a consciência.

Sob essa mesma ótica, o jornalismo, em si, é, potencialmente, neutro. Se há ideologia na imprensa, sua morada é o uso que cada grupo, facção, classe, categoria faz dos jornais. Assim, salva-se a dicotomia: a imprensa engajada, partidária ou militante é ideológica; a imprensa livre, comercial ou burguesa não. Apenas por um desvio de sua função perde a objetividade. É uma falsa dicotomia criada pelo esforço com que o jornalismo burguês se afirma como expressão da verdade da mesma forma que a ciência positivista.

Tal signo unívoco não existe. Da mesma forma, tal jornalismo potencialmente neutro também não. Eis o que pretendo demonstrar a partir de uma nova conceituação, preparando, ao mesmo tempo, o terreno onde desenvolverei minha análise final.

O sistema lingüístico de Saussure e o modelo teórico para a comunicação de Jakobson não abrem espaços para qualquer análise do jornalismo que tenha por pressuposto fundamental uma língua que possa ser utópica ou ideológica. Jakobson constrói o arcabouço teórico da sua poética e, atraído pelo cálculo, busca uma metodologia estatística para definir o estilo. Neste trabalho, assume um modelo formal de comunicação que, por estar voltado para outros fins (como a resolução de problemas técnicos na transmissão de dados), pouco ou nada tem a dizer sobre o jornalismo como fenômeno social, fundado na língua, outro fenômeno social. Jakobson bem provavelmente nunca pretendeu analisar o jornalismo, mas seu modelo fornece uma justificativa que poderia ser utilizada para fundamentar a tese da neutralidade jornalística. Outro aspecto é que os esforços por uma poética estatística estão imbuídos da pretensão de chegar a conhecimentos definitivos, a descrição, por fim, da “realidade”. Um número é quase inquestionável. A objetividade jornalística pretende, honestamente ou não, construir método para a descrição isenta da mesma realidade. Trata-se, no fundo, de projetos com pontos em comum.

Saussure, por outro lado, empreende um esforço conceitual que aparta língua e sociedade de forma irreconciliável. Assim, se a língua é um instrumento para o convencimento ideológico ou para a fragmentação utópica, isto não diz respeito à língua em si, mas ao seu uso. O código ele mesmo não comporta intenções ideológicas ou utópicas e, assim sendo, torna-se mera ferramenta. O objetivismo abstrato<sup>34</sup> tem outras metas também, é verdade. Está voltado, segundo aponta Bakhtin (1992: 96), para o estudo de línguas mortas, nas quais o desenvolvimento lingüístico vivo já cessou. *“Na base dos métodos de reflexão lingüística que levam à postulação da língua como sistema de formas normativas, estão os procedimentos práticos e teóricos elaborados para o estudo das línguas mortas, que se conservaram em documentos escritos.”* (1992: 96) O modelo de sistema sincrônico saussureano está, portanto, voltado, principalmente, para a filologia, às vezes com a

premência de se debruçar sobre línguas estrangeiras. No entanto, acabou por alcançar outros espaços. As categoria da lingüística estrutural estenderam-se para a compreensão das língua vivas e nativas. “*Com efeito, a lingüística estuda as línguas vivas como se fossem mortas e a língua nativa como se fosse estrangeira.*” (Bakhtin, 1992: 105)

Como um esforço teórico voltado para as necessidades filológicas, a lingüística estrutural não teria legitimidade para fornecer o instrumental para o estudo da língua viva no seu devir. Mas o pensamento essencialista e totalizante moldou o mundo a partir do final do século XIX mais do que todo o desenvolvimento histórico que o precedeu. E Saussure, seduzido por este projeto, ocupou mais espaço do que, provavelmente, tenha imaginado nos seus sonhos mais pretensiosos. Tornou-se, mesmo que não tenha pretendido, uma ferramenta para justificar a neutralidade do código e fornecer uma fundamentação sempre à mão para a neutralidade do jornalismo, ainda que nunca seja usada.

Com base no modelo de Jakobson e de Saussure, nenhum estudo do jornalismo como processo social vivo é fecundo. Este projeto deve se sustentar numa concepção de língua como um fenômeno concreto, que pretende suprir demandas concretas. Neste sentido, nem o sistema lingüístico nem tampouco o processo de transmissão de informação são prioritários.

Um caminho conceitual possível é assumir, desde o início, que a língua não é o produto de um esforço isolado de nomeação do mundo, como sugere o mito bíblico. Instrumento da alteridade, a língua não é função do monólogo de um único falante, mas da interlocução de ao menos dois. A interação, como demonstrou Bakhtin (1992: 90-127), é o *locus* onde a língua pode ser estudada concretamente como elemento vivo que surge do contato entre dois falantes. Uma das insuficiências do objetivismo abstrato para entender a língua viva encontra-se neste aspecto: ele volta seu olhar para a produção lingüística que é monológica, para os textos que, objetos de uma arqueologia, já não respondem nem esperam respostas. Já não estão inseridos num processo ativo de linguagem.

Para Bakhtin, a língua nativa deve ser enquadrada dentro da sua realização concreta, que é a necessidade de lançar uma ponte entre um “eu” e um “tu”. “*Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como*

---

<sup>34</sup> Bakhtin chama de objetivismo abstrato a corrente que tem em Saussure seu principal representante.

*pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte.*” (Bakhtin, 1992: 113)

Esta ponte entre um locutor e um ouvinte não pode ser concebida, no entanto, do ponto de vista da mera transmissão de informação. Não se trata de um “eu” que codifica mensagens para um “tu”. A língua não desempenha somente uma função expressiva. Esta relação “eu/tu” organiza locutor e ouvinte um em relação ao outro. Eles estão em relação dialética, pois um só se define em função do outro. Não há locutor sem ouvinte, nem ouvinte sem locutor. Portanto, eles são indissociáveis. O enunciado estabelece esta relação, é o produto desta indissociabilidade:

*os signos só podem aparecer em um terreno interindividual. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de 'natural' no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois **homo sapiens** quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que estes dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. A consciência individual é um fato sócio-ideológico.* (Bakhtin, 1992:35)

Se a interação é o *locus* onde a língua deve ser estudada, o enunciado é, para Bakhtin, a realidade passível de estudo. Dentro da interação, o enunciado é a unidade real da comunicação verbal e a realidade primeira para se entender uma língua. “*A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala.*” (1992b:293).

Colocar o enunciado como realidade primeira para a compreensão da língua significa deixar em segundo plano as concepções centradas no emissor, que privilegiam a função expressiva da linguagem. É deixar também em segundo plano as noções voltadas para o código em si, como a de Saussure. Tais noções deixam implícita a seguinte equação: o sistema existe e é apropriado por um indivíduo. Tal concepção individualista, centrada na dicotomia entre língua e fala, não expressa os acontecimentos lingüísticos de maneira adequada. Não se trata apenas de um indivíduo em sua lavra expressiva, mas de, pelos menos, dois indivíduos socialmente organizados relacionados dialeticamente. Não se trata só da expressão individual, mas da expressão de um primeiro voltada para um segundo.

Não existe palavra sem destinatário, senão concreto ao menos pressuposto. Por imposição lógica, numa concepção deste tipo, a língua é função da interação. Se existem normas e sentidos mais ou menos consolidados, são fruto da interação. Eis a implicação mais relevante ao se tomar o enunciado como realidade primeira da língua.

A grosso modo, o enunciado é o acontecimento da língua. Ele existe por uma necessidade social concreta: a interação entre dois indivíduos. Toda a sua realidade é marcada por esta condição primeira. Há, sempre, pelo menos dois sujeitos envolvidos na produção de um enunciado. Mesmo nos resmungos para ninguém, há um interlocutor pressuposto. A existência deste interlocutor marca toda a realidade da palavra. O enunciado se produz em condições concretas, históricas, sociais e geográficas. No entanto, o interlocutor, a pressuposição de que o enunciado faz parte de um diálogo é o fator mais relevante para a compreensão da sua realidade, seu surgimento, seu significado.

A palavra com “*duas faces*”, como afirma Bakhtin, encontra no interlocutor uma atitude responsiva. Qualquer enunciado já antevê a resposta que lhe aguarda por que a recepção é um contínuo processo de elaboração desta resposta. Diz Bakhtin:

*O ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude **responsiva ativa**: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. (1992b: 291)*

No dizer de Gustavo Bernardo, quem cala, ou se guarda ou se submete (1985: 4). A comunicação se efetiva na resposta do outro, que pode ser a execução de uma ordem, o atendimento de um pedido, uma resposta verbal ou até mesmo o silêncio, visto, sempre, como temporário. Nenhum silêncio é permanente, em Bakhtin. Só a morte pode pôr o ser fora da dinâmica da língua e da sociedade. Todo enunciado espera e se prepara para sua resposta.

O locutor prepara sua intervenção lingüística tendo em vista a resposta ou as respostas possíveis do seu interlocutor. A palavra do outro já intervém antes de ganhar vida concreta e até mesmo antes de ter condições para isto. Antes mesmo que uma resposta se



engendre. o locutor já a imagina, muito antes que o interlocutor possa imaginá-la. Este processo é constante. Durante todo o ato de produção de um enunciado há uma reelaboração, diante da também constante recepção responsiva do ouvinte. Quando se trata de texto, esta reelaboração constante tem menos espaço para acontecer. Não há readequação de forma e conteúdo diante das expressões responsivas reais do interlocutor, mas apenas diante das pressupostas. Em outras palavras, se na produção de um enunciado falado percebo, no gesto, nos olhos, nos resmungos ou até mesmo na interrupção um esboço de resposta, na escrita apenas imagino o que o leitor estará pensando neste ou naquele trecho. Assim, não é descabido referir-me a ele, no meio do texto, com expressões como: “mas que o meu leitor não tire conclusões apressadas ainda”. Mesmo neste processo agora de produção desta tese, antevejo as respostas dos meus possíveis interlocutores. Posso me iludir e avaliar errado, mas pressuponho, em cada instante, a recepção e aguardo a resposta que já se encontra em processo de elaboração.

O outro e a alteridade desempenham um papel fundamental na conceituação bakhtiniana. Se o enunciado, nascido no processo de interação, é a realidade primeira da língua e o interlocutor é responsivo, a palavra deve ser pensada como integrante de um diálogo. Novamente a alteridade, o outro, desempenha um papel fundamental.

Os limites concretos de uma enunciação, seu início e seu fim, são determinados pela alternância de papéis entre locutor e ouvinte. O outro está, no mínimo, no início e no fim de cada enunciado. Quando a atitude responsiva do interlocutor ganha a forma de resposta (ainda que esta resposta seja o silêncio ou a cumprimento de uma ordem), tornando-o locutor, está posto um fim ao enunciado. O processo se repete. Novas palavras ganham forma; uma nova atitude responsiva se manifesta. A alternância de sujeitos falantes determina o início e fim de um enunciado. Desta forma, seu comprimento varia muito, pode ser uma obra completa de Dante, como *A Divina Comédia*, ou uma resposta monossilábica em um diálogo.

É nesta realidade que a língua acontece: como diálogo. Jamais como monólogo. É também desta forma que uma língua é apreendida. Não aprendo palavras retiradas de um sistema lexical, mas as aprendo ouvindo-as das bocas de outros falantes. “*Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais*

*diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática lingüística.*" (Bakhtin, 1992:95) Assim, tornar-se falante de uma língua, para o bebê recém-nascido, é ouvi-la de muitas bocas e não recebê-la em formas cristalizadas como as do dicionário. Ninguém dá uma explicação do que seja "mãe" para o bebê. É dos enunciados onde esta palavra ocorre que ele tira seu significado ou, pelo menos, sua *práxis*. Um exemplo simples disso é quando, muitas vezes, sabemos como usar e entendemos uma palavra, mas não conseguimos explicar o que ela significa. Conhecemos não seu significado, mas sua *práxis*, o que basta para que ela seja operatória, para que ela signifique.

O sujeito toma contato com a língua ao inserir-se nesta corrente dialógica, somente pode tornar-se falante a partir do diálogo e para ele. Assim, sua língua é, na verdade, a língua que ouviu da boca de outros. Se o enunciado comporta intenções, submete-se aos desígnios expressivos do outro, a palavra é sempre palavra estrangeira antes de ser palavra minha: *"Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social."* (Bakhtin, 1992:34) A consciência é, para Bakhtin, semiótica. Ou seja, ela emerge no diálogo, captando signos, apropriando-se de palavras alheias ou interpretando o mundo e construindo signos sobre eles.

A realidade da língua é o diálogo infindável. É nesta realidade que o sujeito desperta, percebe-se como indivíduo de linguagem e se insere na corrente ininterrupta do diálogo para apreender a língua, perpetuá-la e alterá-la. *"Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que a consciência desperta e começa a operar."* (Bakhtin, 1992:108)

A interação através de enunciados leva a duas conseqüências. Primeiro, para que haja uma interação efetiva os falantes devem se valer de palavras com algo reiterável, uma semântica constante. A este sempre idêntico, Bakhtin chama "significação":

*Por significação (...) entendemos os elementos da enunciação que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos. Naturalmente, estes elementos são abstratos: fundados sobre uma convenção, eles não têm uma existência concreta independente, o que não os impede de formar uma parte inalienável, indispensável da enunciação. (1992: 129)*

A significação de uma enunciação é uma realidade abstrata, só existe potencialmente. É uma espécie de memória das palavras que, a partir de diversos enunciados, estabelece similaridades e constrói uma base para o sentido das palavras. Atua como uma espécie de força centrípeta que faz com que uma língua mantenha sua constância para suprir a necessidade de comunicação. Se um grupo social deixar de dialogar com outro, não havendo mais a necessidade de comunicação entre eles, a língua estará livre para mudar em caminhos distintos e para se tornar não comunicante. Esta força para o centro atua, no entanto, de forma abstrata, pois os enunciados têm sentidos que não podem ser reduzidos uns aos outros. São concretos, ligados à sua situacionalidade. Assim, num diálogo como:

- Aonde você vai?
- Como?
- Eu disse: aonde você vai?

O locutor é o mesmo, mas nada permite supor que a sentido completo do primeiro “aonde você vai?” seja igual ao do segundo. Pelo menos a situação discursiva já terá mudado. Mas há alguma similaridade que me permite construir a base a partir da qual posso dizer, quantas vezes quiser e sempre com um novo sentido, “aonde você vai?”

O sentido dos enunciados é totalmente contextual e histórico e não pode ser reduzido a nenhum outro. É sempre novo, sempre distinto. A isto, Bakhtin chama “tema”:

*O tema da enunciação é na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não-reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. A enunciação: “Que horas são?” tem um sentido diferente toda vez que é usada e também, conseqüentemente, na nossa terminologia, um outro tema: “que depende da situação histórica concreta (histórica, numa escala microscópica) em que é pronunciada e da qual constitui na verdade um elemento. (1992: 128)*

As palavras, realizadas concretamente em enunciados, expressam uma luta constante e sem fim entre um significado sempre idêntico e meramente abstrato e uma pluralidade imensa de temas concretamente distintos. A palavra está perpassada por múltiplos contextos, múltiplas intenções, múltiplos sentidos, enfim múltiplas vozes. Ela é polissêmica.

Tema e significação se relacionam. O primeiro baseia-se, necessariamente, sobre o segundo, que, no entanto, não tem existência concreta: *"Apenas o tema significa de maneira determinada. A significação é o estágio inferior da capacidade de significar. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto"* (Bakhtin, 1992: 131)

É bem claro, para Bakhtin, que o sistema lingüístico é apenas uma abstração, que apenas se justifica para fins de pesquisa. À consciência do falante, não é o sistema que se apresenta (Bakhtin, 1992: 92), mas uma pluralidade de vozes de onde as palavras são retiradas e, por esforços abstratos, reduzidas na sua pluralidade.

Uma língua é o resultado dos enunciados apreendidos por uma consciência: conteúdo e forma. Portanto nela coabitam enunciados dos mais variados, com contextos múltiplos, intenções variadas, pluralidade de forma e milhares de sentidos. Estes elementos: contexto, valores, intenção, sentido e forma, podem ser chamados por um único termo: voz social. A consciência, a língua e o enunciado são, então, o resultados de vozes discordantes ou concordantes, que existem numa sociedade organizada. São o lar do plurilingüismo. As vozes sociais, por mais que expressem as palavras de um sujeito, são resultado da organização da sociedade. São, a um só tempo, individuais e sociais. O sujeito não fala de um ponto subjetivo exclusivo, mas de uma determinada posição social. Como diz Bakhtin:

*Todas as linguagens do plurilingüismo, qualquer que seja o princípio básico do seu isolamento, são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas da sua interpretação verbal, perspectivas específicas objetais, semânticas e axiológicas. Como tais, todas elas podem ser confrontadas, podem servir de complemento mútuo entre si, oporem-se umas às outras e se corresponder dialogicamente.* (1993: 98-99)

A língua é o resultado deste plurilingüismo. É toda ela perpassada por vozes. Um enunciado comporta, sempre, as intenções do seu locutor situado numa posição social específica. São estas palavras valoradas que nos são dadas para que, delas, construamos nossa própria expressão a partir da nossa posição social. As palavras são o espaço das disputas axiológicas. Diz Bakhtin:

*De fato, a forma lingüística, como acabamos de mostrar, sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (1992: 95)*

Os enunciados penetram a consciência não apenas como forma lingüística, mas carregam consigo todo o contexto, sócio-histórico e lingüístico em que foram produzidos. Carregam consigo as intenções dos locutores dos diversos enunciados que compõe a língua que imagino ser minha. Por isso, as palavras não só escapam de definições precisas, como também, por vezes, carregam sentidos e intenções opostos. O signo, na consciência, é um cadinho de ambigüidades. As palavras estão perpassadas de enunciados e de vozes de locutores distintos, com intenções distintas. É neste emaranhado organizado de signos que penetram os novos enunciados. Ao aproximar o novo que se recebe do velho que existe na mente, perpetramos o processo de compreensão responsiva, reorganizamos nossa consciência com vistas ao novo enunciado, mas também redefinimos este enunciado para nós mesmos. Apropriamo-nos dele, tornamos seu sentido nosso ao mesmo tempo em que o alteramos.

Com isso, podemos definir, ainda precariamente, o dialogismo de Bakhtin. Digamos assim, o dialogismo é a materialidade que se produz na língua vista como produto de uma pluralidade de vozes que a interpenetram, alteram, submetem-na a seus desígnios e deixam suas marcas. Uma palavra não é uma realidade estática e homogênea. Ela reverbera os diálogos onde foi usada, as intenções a que teve de se submeter e, por este seu passado dialógico, já não se deixa apreender mansamente, como um sistema neutro, pronto para qualquer uso. Já resiste, já tem suas marcas, sua história.

E assim as palavras são marcadas pelo horizonte social sob o qual brotaram. Mesmo assim, por terem um tema fluido, nunca reiterável, podem ser sempre assimiladas para qualquer outra *práxis*, com qualquer outra intenção. A neutralidade da palavra, se existe uma, reside no fato de ela trafegar nos mais diversos enunciados e poder servir a cada um de um modo específico. A palavra não se prende, exclusivamente, a nenhuma esfera de produção ideológica ou cultural, como acontece com outros signos. Sua neutralidade consiste em poder cumprir qualquer função semiótica, seja na literatura, nas pregações, nos discursos revolucionários. Não está amarrada, *ad infinitum*, inexoravelmente, a nenhuma esfera de produção de conhecimento.

O outro, o alheio, o diferente de mim, é uma das chaves para se entender a palavra polissêmica ou plurivocal, como Bakhtin propõe. A palavra do outro está impregnada em minha consciência. A língua é dialógica e heterogênea na medida em que eu somente posso apreendê-la em processos de diálogo. Os enunciados são a única realidade onde a língua acontece de fato e estão inserido numa corrente dialógica ininterrupta.

Esta palavra, com sentido fluido, pode encarnar tanto a ideologia quanto a utopia. Pode ser séria e oficial ou cômica e carnavalesca. Ela incorpora, na sua constituição, tanto a utopia quanto a ideologia. Não é mais uma mero instrumento, mas a perfeita portavoz de projetos de poder, encarna estes projetos.

Já é possível, então, apresentar uma definição de língua, tendo-se em conta sua inserção dentro de processos de interação humana. A língua é um sistema de signos produzidos pela necessidade de interação de seres humanas, organizados em uma sociedade. A organização social inclui a necessidade de interação e, portanto, de linguagem. A língua se apresenta à consciência como produto do diálogo e do acúmulo de enunciados. Assim, minha língua é o resultado de tudo o que ouvi. Neste sentido, não existe nenhum sistema igual para todos. A língua é, em maior ou menor grau, diferente para cada falante.

Com isso, pesa, sobre a língua, uma intensa disputa axiológica. O signo, nas palavras de Bakhtin, não só reflete como refrata a realidade, traz consigo juízos de valor, seu significado é difuso. Dizer algo implica, também, expressar um índice valorativo sobre

tal coisa. Não dizemos apenas palavras, mas juízos de valor. Concordamos, rejeitamos, achamos feio ou bonito, alegre ou triste, bom ou ruim. Nas palavras de Bakhtin:

*Não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende, antes de mais nada, uma orientação apreciativa. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém, ao mesmo tempo, um sentido e uma apreciação. Apenas os elementos abstratos considerados no sistema da língua e não na estrutura da enunciação se apresentam destituídos de qualquer valor apreciativo." (1992:135)*

Postular a existência de um valor apreciativo em todo e qualquer enunciado é um fundamento básico da teorização bakhtiniana, pois este caráter axiológico da língua está imbricado com a não reificação do homem. Há nele uma intencionalidade, uma individualidade particular, ainda que condicionada socialmente. Se o homem repetisse os enunciados da forma como os ouve, se produzisse signos somente com significações, já não teria intenções individuais e se poderia supor uma sociedade homogênea, sem vozes sociais que polemizam entre si e refratam umas às outras. O falante é um ser intencional e organizado socialmente que encarna sua intenção e a visão de mundo específica que representa em signos. Posto assim, a conclusão necessária é que a ideologia e a utopia não têm forma de existência outra senão semiótica e lingüística. A língua é, em si mesma, axiológica. Penetrar nela é penetrar, de pronto, no mundo da ideologia<sup>35</sup>. Assim, podemos afirmar, com Bakhtin, que *não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social*. (1992: 45) O signo não pode surgir em outro espaço senão no terreno interindividual. Só aí ele se constitui, plenamente, como signo. Já neste momento, ganha um valor social, sem o qual sua existência não pode sequer ser suposta. Portanto o valor social, a refração do mundo de um ponto de vista específico, não é só inerente à palavra mas constitutivo dela.

Por isso, a palavra é o terreno de disputas verbo-axiológicas. Diz Bakhtin:

*Em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna*

---

<sup>35</sup> O termo ideologia não aparece aqui com o mesmo sentido que aparece na conceituação de Paul Ricoeur nem de Marx e nem tampouco pode ser entendido como o outro sentido que Bakhtin dá à palavra: de mundo da cultura. Talvez fosse melhor entender ideológico, neste caso, como axiológico.

*o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais instrumento racional e vivo para a sociedade. (1992: 46)*

A consciência subjetiva (e social, ao mesmo tempo) só emerge do signo interindividual dotado, constitutivamente, de índice de valor. A língua e as projeções da ideologia, os bens culturais, são constituídas, sociologicamente, por homens organizados em sociedade, como suas consciências semióticas. O psiquismo é, da mesma forma, um produto sociológico constituído pela língua e pela ideologia e, só nestes termos, passível de ser estudado objetivamente. São reciprocamente dependentes um do outro. Ou, em outras palavras, *“o signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico.”* (Bakhtin, 1992:64)

Ciente desta história do significado e do valor axiológico das palavras, Raymond Williams traça a história de palavras como “cultura”, por exemplo. Retomemos, resumidamente, este trabalho de Williams, em *Marxismo e literatura*. Até o século XVIII, cultura era cultura de alguma coisa: animais, colheitas. Mas o desenvolvimento da sociedade moderna traz à tona um outro conceito, o de civilização, oposto, por um lado, a barbárie e, por outro, identificando-se com a idéia de desenvolvimento. O surgimento do termo “civilização”, do latim “civis”, é fruto de mudanças econômicas e sociais. O conceito “Civilização” trazia, imbricado consigo, a idéia da racionalidade do Iluminismo e passou a ser duramente criticado pelos sistemas religiosos e metafísicos. Se “cultura” e “civilização” chegaram a ser termos intercambiáveis no final do século XVIII, esse ataque ao conceito de “civilização” o distinguiu do de “cultura”, agora ligado à religião, à arte, à família, à vida social. “Cultura” passou a designar o processo geral de desenvolvimento íntimo. Com a diminuição da ênfase religiosa, “cultura” ficou ligado à arte e à literatura, com idéias “quase-metafísicas” de “imaginação”, “criatividade”, “estético”, “criação”.

Mas o próprio termo “civilização” continua sob fogo cerrado e modifica seu sentido. Passa a significar, ao mesmo tempo, “evolução”, “desenvolvimento”, mas também um estado de coisas que este mesmo “desenvolvimento” ameaça destruir. Neste segundo sentido, volta a se aproximar de “cultura”. Paralelamente, num desenvolvimento que



Williams classifica como difícil de acompanhar, “cultura” passou a ter um significado mais antropológico, de práticas ou hábitos culturais de um povo.

A palavra tem história. Este seu fluir pelo tempo não acontece sob a dinâmica de leis internas ao sistema lingüístico, mas de condicionantes sociais. Ainda assim, um termo como cultura traz, ainda hoje, os sinais da sua história. ela congrega, em si mesmo, quase todos os sentidos que foi ganhando e perdendo ao longo do tempo. Ainda é cultura de “fisiocultura”, de “agricultura” e “bovinocultura”, de “pessoa culta” e de “Ministério da Cultura”. Em suma, a palavra é polissêmica, como todas as palavras são. Assim sendo, se oferecem como material privilegiado para o impulso utópico e para a ideologia no jornalismo.

A palavra unívoca, conceito válido para alguns fins da lingüística, é uma das maiores ciladas em que o estudo do jornalismo pode cair, deixando-se engessar por conceitos limitados a outro campo de produção do conhecimento. Por isso, afirmar a neutralidade do jornalismo, com base na palavra unívoca, impossibilita sua compreensão de forma satisfatória.

Mas gostaria de terminar este capítulo com um longo trecho de Bakhtin e alguns comentários finais, marcando um contraponto com Saussure e preparando minha análise.

*O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser una. Ela não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir. Evidentemente, essa unicidade da palavra não é somente assegurada pela unicidade de sua composição fonética; há também uma unicidade inerente a todas as suas significações. Como conciliar a polissemia da palavra com sua unicidade. É assim que podemos formular, de modo grosseiro e elementar, o problema fundamental da semântica. (...) Que procedimentos são empregados pelo objetivismo abstrato? Ele salienta o fator de unicidade da palavra em detrimento da pluralidade de suas significações. Essa pluralidade é percebida como análoga a harmônicos ocasionais de um único e mesmo significado estável e firme. A atitude do lingüista é diametralmente oposta à atitude da viva compreensão que caracteriza os falantes empenhados num processo de comunicação verbal. Quando o filólogo-lingüista alinha os contextos possíveis de uma palavra dada, ele acentua o fator de conformidade à norma: o que lhe importa é extrair desses contextos dispostos lado a lado uma determinação descontextualizada, para poder encerrar a palavra num dicionário. Esse processo de isolamento da palavra, de estabilização da sua significação fora de todo contexto, é reforçado ainda mais pela justaposição de línguas, isto é, pela procura da palavra paralela numa língua diferente. (...) Esse trabalho do lingüista torna-se ainda mais complicado pelo fato de que ele cria a ficção de um recorte único da realidade, que se reflete na língua. (...) A*

*ficção da palavra como decalque da realidade ajuda ainda mais a congelar sua significação. Sobre essa base, a associação dialética de unicidade e de pluralidade torna-se impossível. (...) uma única e mesma palavra pode figurar em dois contextos mutuamente conflitantes. É evidente que o diálogo constitui um caso particularmente evidente e ostensivo de contextos diversamente orientados. Pode-se, no entanto, dizer que toda enunciação efetiva, seja qual for sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa. Os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto. A mudança do acento avaliativo da palavra em função do contexto é totalmente ignorada pela lingüística e não encontra nenhuma repercussão na sua doutrina da unicidade da significação. Embora os acentos avaliativos sejam privados de substância, é a pluralidade de acentos que dá vida à palavra. O problema da pluriacentuação deve ser estreitamente relacionado com o da polissemia. Só assim é que ambos os problemas poderão ser resolvidos. Ora, é impossível estabelecer essa vinculação a partir dos princípios do objetivismo abstrato. A lingüística se desembaraça dos acentos avaliativos ao mesmo tempo que da enunciação, da fala. (1992: 106-107)*

A primeira consideração a fazer é que a palavra possui uma unicidade, algo no seu sentido que é sempre reiterável. Esta unicidade é abstrata e meramente potencial. O sentido da palavra só se realiza concretamente dentro dos contextos onde ocorrem os enunciados. Portanto, como afirma Bakhtin, há tantos sentidos possíveis quanto contextos possíveis. A unicidade da palavra é, além disso, extraída dos enunciados. É um exercício de aproximação de sentidos distintos para localizar neles semelhanças possíveis que, no entanto, não passam de similaridades.

A realidade toda da palavra é moldada por esta tensão, esta luta constante entre a cristalização do significado e sua fragmentação. Ela reflete um dado mundo de alguma forma, mas também o refrata. Nesta dinâmica, talvez seja possível dizer que as palavras são, de certa forma, ideológicas com sua força centrípeta e utópicas com sua força centrífuga. Para o estudo da palavra inserida na sociedade, o olhar deve voltar-se principalmente para os sentidos contextuais, para o tema. A palavra unívoca de Saussure, trabalhando sobre a hipótese de que a realidade primeira do signo é sua dicotomia entre significado e significante, sua potencialidade de nomear o mundo, não lança luzes sobre a palavra real e polissêmica. Pelo contrário, fornece a justificativa teórica para a neutralidade do jornalismo.

A dicotomia saussureana entre significado e significante sustenta também o senso comum que supõe um único recorte da realidade, dado *a priori*, e que a língua apenas nomeia. No Brasil, por exemplo, tornou-se comum afirmar que a palavra “saúde” só

existe em Português, como se, de uma língua para outra, houvesse uma sinonímia perfeita, um mesmo recorte da realidade e exceções não muito raras.

O segundo aspecto relevante é a questão da polissemia e da pluriacentuação. As palavras têm múltiplos sentidos. Sua polissemia é real e não pode ser suprimida. Estes sentidos se agregam às palavras no seu desenvolvimento histórico. São o resultado da *práxis* dos enunciados, uma espécie de consolidação da pluriacentuação ou de um índice de valor social. Os falantes mantêm uma relação dialética com as palavras. Sabem, no contato cotidiano com a língua, que não estão às voltas com uma materialidade neutra, uma matéria que se molda da maneira mais conveniente. Imaginemos a seguinte cena: um pai está em uma confeitaria com sua filha de 14 anos. Então pergunta a ela:

- Quer um docinho, Paulinha?

E a filha responde:

- Pai, eu não sou mais criança. Meu nome é Paula!

O pai tenta emendar a conversa:

- Mas eu não te chamei de criança. Só estava sendo carinhoso.

O diminutivo, para o pai, não tinha nenhuma referência que a filha pudesse considerar desairosa. Mas, para a filha, nos primeiros anos da adolescência, há uma necessidade de afirmar o fim da infância, romper com a fase anterior. O pai tentou, honestamente, submeter as palavras à sua intenção, mas enfrentou resistências e, por mais que não tenha pretendido fazer referência à idade da filha, o fez. Ou, então, permitiu esta interpretação. A palavra lhe escapa, pois seu sentido real está no enunciado, na interação que tem sempre ao menos um locutor e um ouvinte, real ou pressuposto.

Estas intenções dos falantes para com as palavras refletem uma organização social. No exemplo acima, não falou apenas um sujeito, mas um pai. A ele, replicou não apenas outro sujeito, mas uma filha adolescente. Tais intenções, individuais e sociais, acabam, ao longo do tempo, consolidando sentidos. Não se pode afirmar um sentido imanente ou transcendental nas palavras. Termos como “negro” e “preto” não são, por essência, nem pejorativos nem afirmativos, por mais que assim nos pareçam. Somente a

partir dos ecos dos enunciados onde foram produzidos são negativos ou positivos. Como os afro-brasileiros assumem para si, com orgulho, o termo “negro”, neste o sentido é afirmativo. Contudo, no dito popular (hoje um tanto quanto escondido) “negro quando não suja na entrada, suja na saída” o sentido é negativo. Ou na expressão “coisa de negro”, negro pode ter sentido positivo se dito pelo movimento negro ou negativo na boca de um branco racista. Por isso a pluriacentuação e a polissemia estão intimamente relacionados.

Por isso, também, as palavras são conflitantes não somente umas com as outras mas em si mesmas. Cada uma carrega uma pluralidade de intenções e sentidos. Cada uma ocorreu em diversos contextos distintos, por vezes conflitantes. As palavras, em suma, estão em disputa. Podem ser, desta forma, condutores de visão de mundo, utópicas ou ideológicas

Porque estão em disputa, o locutor pode adotar para com elas qualquer atitude. Por mais que sua polissemia seja real, pode tentar afirmar o sentido que atribui ao seu texto como o único ou o verdadeiro. O discurso competente já pela sua forma nega outros discursos conflitantes, desclassifica-os como incompetentes. Nega a polissemia, a pluralidade de sentidos e de visões de mundo. O discurso sério ou pretensamente oficial age da mesma forma. Atua nas palavras de forma ideológica. Diz Bakhtin: *“a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente.”* (1992: 47) A ironia, o cômico, por outro lado, colocam, num mesmo texto, pelo menos duas apreciações. Uma original, séria; a outra, paralela, risonha e demolidora. Por isso, o riso, quando descentra o mundo, é utópico. Pode ser, no entanto, arma nas mãos do discurso competente para desqualificar outras vozes. Neste caso, é ideológico.

Espero ter demonstrado que a palavra unívoca de Saussure não explica o jornalismo no que ele tem de essencial: sua dinâmica como fenômeno vivo de linguagem. O sistema lingüístico não pode ser nem intencional, nem polissêmico, nem multiacentual, nem utópico, nem ideológico e é apenas palidamente social.

- **Gêneros do discurso**

Voltemos agora ao enunciado. O enunciado é a realização concreta desta palavra polissêmica. Está repleto de vozes, da presença do outro, da alteridade. Assim, de forma mais explícita ou menos explícita um texto é sempre heterogêneo, constitui-se uma pluralidade de vozes. Um romance é um exemplo bem acabado da pluralidade de vozes distintas que podem habitar um texto. A presença do outro se manifesta como motivo, condição, conteúdo e forma do enunciado. Este é o primeiro aspecto relevante: o enunciado é heterogêneo.

Para a compreensão do jornalismo, levar este aspecto em conta é fundamental. O segundo aspecto fundamental é que o enunciado não é apenas a expressão de um sujeito para outro, mas de sujeitos organizados socialmente. Não é uma mera expressão individual apenas, mas também social. Em síntese, o enunciado é a produção de língua por um locutor situado geográfica, histórica e socialmente, em resposta a um outro enunciado, direcionando sua produção lingüística a um interlocutor, levando em consideração qual seria sua reação possível. O enunciado se constrói com palavras com sentido difuso e variável, mas que carregam alguma regularidade de sentido. Ele é um sentido novo produzido com palavras tomadas do passado, emprestadas de outros enunciados.

Este segundo aspecto, da organização social dos sujeitos e da conseqüente organização social da língua, também é muito relevante. Bakhtin dá conta desta organização social da língua com o conceito de gêneros do discurso. Os enunciados estão organizados nos gêneros discursivos e carregam as marcas destes gêneros. Os textos que circulam por um jornal se submetem a esta lógica dos gêneros do discurso. Diz Bakhtin: *“a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.”* (1992: 282)

O sujeito que produz um enunciado não é um indivíduo absolutamente autônomo. Sua própria definição de si mesmo inclui uma gama vasta de pertencimentos sociais. Um sujeito pertence a um grupo familiar, a associações, a grupos profissionais, a agremiações culturais, categorias e a uma classe. Quem fala não é um indivíduo, mas um pai, jornalista, professor, aluno, padre, deputado, gerente, petista, militante, etc. Esta

organização onde o sujeito se insere e desempenha papéis é a mesma que organiza também a língua e a produção de enunciados. Não há uma relação determinista entre sociedade e língua. No entanto, é impossível compreender a língua sem levar em conta a organização social.

Bakhtin reconhece formas estabelecidas de interação humana ou esferas de atividade humana, que, neste caso, não podem ser entendidas como estruturas sociais previamente organizadas e imutáveis, preexistentes ao ser, mas condicionantes e condicionadas por ele simultaneamente. Podemos dizer que para poder produzir o novo os indivíduos devem se ancorar no velho. O completamente novo é, por si, incompreensível. Desta forma, o próprio significado da palavra, por mais que seja sempre novo em cada enunciação, deve trazer algo que é cunhado socialmente e reiterável<sup>36</sup>.

A língua não é por si, não funciona em si mesma, mas sempre relacionada com sua situação, ou, para usar as palavras de Bakhtin, dentro de esferas de atividade. Sendo tais esferas construídas dentro da estrutura social, elas produzem, refletidas e refratadas na língua, gêneros discursivos. O indivíduo que se insere nas esferas de atividade se insere também nos gêneros discursivos e de dentro deles produz seus enunciados, dialogando com seu estilo, suas preferências temáticas e com sua construção composicional característica.

O gênero está, portanto, em relação direta com as esferas de produção. É uma forma mais ou menos estável dos enunciados. Não é, porém, resultado determinado simples, único e direto pelas esferas de atividade: uma esfera, um gênero. Os gêneros são muitos e complexos, podendo ser gerados em grande número dentro de uma mesma esfera e tendo dinâmica dentro dela. Portanto, eles não são um mero subproduto determinado pelas condições sociais, apesar de se relacionarem com elas.

A distinção que Bakhtin faz entre os gêneros primários (simples) e os gêneros secundários é forma de ver o quanto os gêneros não são resultados determinados unilateralmente pelas esferas de atividade. Um gênero primário básico é o diálogo face-a-face. Um gênero secundário (complexo) pode tomar um gênero primário básico e combiná-lo com um secundário para formar um terceiro. Neste caso, os dois gêneros combinados são primários do que se formou. Assim, há, em Bakhtin, a possibilidade óbvia dos gêneros se

recombinarem infinitamente, produzindo novos gêneros. Mais uma vez, o novo se ancora no velho para se constituir e, apesar disto, se constitui como novo. O gênero que surge não é a soma pura e simples dos anteriores. Ele transmuda, recria, se apropria dos gêneros primários.

Esta formulação mostra que os gêneros não estão somente em relação com a sociedade, mas também consigo mesmos. Novos gêneros surgem, evoluem, desaparecem e podem até mesmo alterar, retroativamente, os gêneros dos quais se alimentam.

O sujeito apenas pode se expressar na língua dentro dos gêneros do discurso. Assim, de acordo com o gênero onde situa sua enunciação, o indivíduo terá que, em maior ou menor grau, se submeter a ele. Diz Bakhtin: *"o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado."* (1992b: 301)

As marcas dos gêneros, seus enunciados característicos, sua configuração gramatical característica, seu estilo enfim estarão em diálogo constante com o indivíduo, submetendo-o em maior ou menor grau e submetendo-se a ele, em maior ou menor grau.

O estudo do estilo deve vir, conseqüentemente, ligado aos gêneros do discurso. Mesmo a sintaxe da língua está associada com os gêneros, pois não é em outro lugar senão na enunciação que a sintaxe encontra existência. Conseqüência disso, a gramática e a estilística estão mais próximas do que se imagina. Somente na boca de falantes individuais organizados socialmente que uma língua ganha, altera, ou preserva sua sintaxe. Assim, o estilo da língua é, antes, estilo individual, depois estilo do gênero para, em seguida, tornar-se estilo da língua.

Cada gênero tem suas características. Alguns são mais maleáveis e permitem a individualidade em maior ou menor grau, encerram possibilidades específicas de tratamento de um tema.

O falante que se insere em todas estas condições específicas dos gêneros do discurso não as adquire no momento em que se insere nelas, mas na voz do outro, nos enunciados concretos, da mesma forma como adquire a sintaxe. É somente na palavra do outro, portanto nos enunciados reais, que o indivíduo tem contato com a língua. Esta língua,

---

<sup>36</sup> Para uma discussão sobre o signo, ver a primeira parte de Marxismo e Filosofia da Linguagem.

somente acessível pelo enunciado, não é um lego à disposição do falante, que poderá usar, indistintamente, qualquer "peça" para montar seu quebra-cabeça lingüístico, como deixava entrever Saussure. Com sua existência vinculada ao enunciado, a língua carrega marcas do gênero onde acontece. Assim, certas palavras ou expressões são mais recorrentes em um dado gênero e trazem consigo os ecos deste gênero. Se digo "Era uma vez..." já me comprometi com um gênero, pois esta é uma forma típica. Marcada, assim, pela intenção do outro, a palavra só pode ser apreendida desta forma. É, antes, palavra do outro, para só depois ser palavra minha.

Os gêneros são, por fim, tão fundamentais para organizar qualquer atividade lingüística quanto a sintaxe. E, tal qual a gramática de uma língua, são aprendidos naturalmente, com o contato com a língua em situações reais. Da mesma forma como utilizamos a lógica sintática da língua sem percebê-la, valemo-nos de gêneros. Nas palavras de Bakhtin:

*Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica. Como Jourdain de Molière, que falava em prosa sem suspeitar disso, falamos em vários gêneros sem suspeitar de sua existência. Na conversa mais desenvolta, moldamos a nossa fala às formas precisas de gêneros, às vezes padronizados e estereotipados, às vezes mais maleáveis, mais plásticos e mais criativos. A comunicação verbal na vida cotidiana não deixa de dispor de gêneros criativos. Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática. (1992b: 301)*

Os gêneros do discurso estão presentes, de forma claro, em um jornal. O texto noticioso, os artigos, as crônicas, as reportagens, as entrevistas, as cronologias explicativas das notícias podem ser todos considerados gêneros mais ou menos consolidados nos quais um sujeito, assumindo o papel social de jornalista, deve se inserir e produzir enunciados concretos. Como o gênero é a um só tempo permeável ao indivíduo mas também uma limitação, um espaço definido de manifestação individual, não se trata de vasculhar, nesta tese, se o jornalista é ideológico ou utópico ou ambos. Isso não isenta, no entanto, o jornalista de responsabilidade, posto que um gênero sempre permite algum grau de manifestação individual. Neste espaço, o profissional deve assumir toda responsabilidade pois, no fundo, ao render-se ao gênero, sem pretender alterá-lo, moldá-lo a si, ele está



ajudando na sua perpetuação. Se esta perpetuação é boa ou ruim, não vem ao caso. A responsabilidade, seja isto ou aquilo, cabe também ao jornalista.

No entanto, um gênero não pode se fragmentar em tantos gêneros quanto falantes se apropriem dele. O jornalismo é uma esfera de produção regrada, que submete qualquer discurso às suas próprias características. Um economista, pertencente a outra esfera de atividade, ao escrever para um jornal terá que abrir mão de uma série de características profissionais ou individuais. O seu texto pode dizer respeito à economia e estar próximo desta esfera, mas é produzido no espaço do jornal e necessita adaptar-se a ele.

Portanto as questões centrais desta tese estão voltadas para o jornalismo e não para os jornalistas. O jornalismo pensado como manifestação concreta através de enunciados organizados em gêneros de uma dada esfera de atividade. Tais gêneros inseridos num jornal impresso não podem ser neutros, como já demonstrei, pois a língua não é neutra. Não podem, também, ser objetivos, pois não se voltam para objetos como os das ciências naturais. O material com que trabalham não é o fato em si, mas os discursos de outrem orientados objetivamente para os fatos ou para outros discursos. Jornalismo, com seus gêneros complexos, é palavra sobre palavra, texto sobre texto. Neste sentido, não cabe a discussão da objetividade. Ao lidar com a palavra alheia, ser tão somente objetivo pode resultar grandes injustiças. Talvez melhor fosse defender uma espécie de ética da palavra. No entanto, a discussão jornalística se funda, a meu ver de forma equivocada, na noção de objetividade, centrada no conceito de “fato”. Este será o tema do próximo capítulo, antes de passar para uma análise do texto noticioso, meu objeto central, como gênero do discurso.

## Capítulo V - Fato vs texto

A noção de “fato” tem sido um dos pilares mais sólidos onde se assenta toda a discussão do fazer jornalístico. Sobre a hipótese de que há um dado objeto, fatos reais a se conhecer e de que existem modos rigorosos de apreensão destes fatos edifica-se e sustenta-se, por exemplo, o conceito de objetividade jornalística. De certo modo, o jornalismo pode ser visto como uma produção de um dado conhecimento, objetivo ou não, sobre fatos reais do mundo.

A produção de conceitos e teorias sobre o jornalismo, com implicações na forma como ele se vê e produz seus jornais, está historicamente ligada ao conceito de fato, da pressuposição da existência de um mundo que pode ser apreendido e que independe da existência dos sujeitos para existir, ou seja, de uma realidade objetiva. *“Journalists at the end of the nineteenth century were encouraged to assume the existence of a world ‘out there’ which could be appropriated, or known, through journalism, with accuracy.”* (McNair, 1994: 27)

Esta pressuposição não se origina, na verdade, do próprio jornalismo, mas do trabalho epistemológico empreendido pelo racionalismo, principalmente por Descartes. Por isso, não é mera coincidência a necessidade de estabelecer, como dado primeiro, que existe um mundo e que este mundo pode ser apreendido, como postula o racionalismo de onde se desenvolve o positivismo científico. Cabe, à ciência e ao jornalismo, a tarefa de desenvolver os métodos capazes de apreender este mundo objetivo e produzir conhecimentos sólidos ou, nas palavras de Descartes, idéias claras e distintas. *“The concept of ‘objectivity’ is premised on the assertion that ‘a person’s statements’ about the world can be trusted if they are submitted to established rules deemed legitimate by a professional community. (...) The belief in objectivity is a faith in facts (grifo meu), a distrust of ‘values’”.* (McNair, 1994: 25)

Implicitos à crença no jornalismo objetivo estão duas assertivas, segundo McNair. A primeira, de que existe um mundo independente do sujeito. A segunda, de que este mundo pode ser apreendido com métodos específicos. Estes métodos, por sua vez, devem ser reconhecidos por uma comunidade profissional e desempenhar o trabalho de

separar juízos de fato de juízos de valor. À ciência e ao jornalismo objetivo interessam apenas os primeiros.

Está plantado o germe. O jornalismo tem seus métodos reconhecidos por toda uma comunidade, apesar de seu receituário não ter muito profundidade e não passar, na maioria das vezes, de recomendações ingênuas. Os manuais se multiplicam, todos eles fiéis herdeiros de uma tradição profundamente arraigada entre os jornalistas. “Na oitava edição de *Introdução ao jornalismo prático*, Walter La Roche oferece as seguintes normas para a ‘representação objetiva da realidade’:

1. todos os fatos devem ser corretos;
2. (...)
3. não acrescentar fatos ornamentais ou complementares (tendenciosidade injustificada.” (Kunczik, 1997: 231-232)

No Brasil, o *Manual de Redação* do jornal *O Estado de São Paulo*, considerado o mais completo sobre imprensa escrita, assevera: “Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas **fatos** (grifo meu), para que o leitor tire deles as próprias conclusões.” (Martins, 1990: 18) E ainda afirma a precedência dos “fatos” nos textos jornalísticos: “Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais dispensando comentários no material noticioso.” (Martins, 1990: 18)

Todas estas concepções estão carregadas de um positivismo vulgar e conservador do século passado que ganha, nos manuais de redação, uma forte dose de simplificação. Este positivismo já não encontra tantos defensores, mas serviu como ponto de partida para o desenvolvimento profícuo da epistemologia positivista. E, o que é pior, deu impulso às pretensões de produção de um conhecimento totalizador pela ciência, levando o jornalismo pelo mesmo caminho. Afirma McNair:

*“Another foundation stone of journalistic objectivity was the acceptance, by the late nineteenth century, of positivism epistemology and photographic realism, ‘both of which claimed to reflect the world without reference to human subjectivity and selectivity’. The nineteenth century witnessed rapid technological progress, accompanied in the realm of philosophy by the beliefs in rationalism, realism, positivism, and empiricism. These philosophies of science stressed the ‘epistemological primacy of scientific knowledge’, and the possibility of an objective, ‘knowable’ universe. The social sciences, such as history, also adopted this view of the world,*

*encouraging further 'a general cultural acceptance of a reportable, objective world'.*" (1994: 26)

O racionalismo, o empirismo e o positivismo podem ser vistos, todos, como resultado de um impulso totalizador. Estas propostas epistemológicas, válidas ou não, visavam, pelas vias do método, por fim às discussões acerca dos fatos do mundo. Seu projeto era estabelecer verdades e acabar com o diálogo interminável sobre a realidade das coisas. Ancorada neste projeto totalizador, a objetividade jornalística alcançou um nível de produtividade de conceitos sem precedentes. Estes conceitos acabaram por direcionar, de alguma forma e num grau bastante significativo, as discussões e produções do jornalismo. Um conceito derivado desta aproximação com a ciência é o de jornalismo de precisão.

*O 'jornalismo de precisão' significa que, ao investigar temas de atualidade, os jornalistas devem usar métodos científicos de pesquisa social para poder prestar declarações comprovadas sobre os temas sociais, ou seja, para poder relatá-los objetivamente. As notícias devem enfatizar principalmente temas sociais que tenham sido analisados com técnicas sócio-científicas, a fim de proporcionar ao público perspectivas básicas sobre a estrutura e o funcionamento dos sistemas sociais complexos tal como existem, por exemplo, num Estado moderno. (Kunczik, 1997:103)*

Outras noções, talvez de forma menos evidente, estão ligadas ao mesmo projeto, à mesma forma de pensar. O conceito de jornalismo como *gatekeeper* é uma delas. *"A noção de gatekeeping pressupõe a existência de algo chamado informação ou notícia neutra ou objetiva. O jornalista é considerado um agente neutramente distanciado para poder transmitir a informação com objetividade e ética profissional."* (Kunczik, 1997: 98) Aqui se revela, de forma clara, uma série de conceitos positivistas: a dicotomia entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível, a possível neutralidade do sujeito e sua autoridade, dada por critérios profissionais, para selecionar os dados mais relevantes da realidade.

Se, no entanto, o conceito de objetividade jornalística é impulsionado e sustentado pelo projeto totalizador positivista, seu surgimento não se deve tão somente a este fator. A imprensa, nos seus primórdios e até o século XIX, serviu como instrumento de ação política, principalmente como forma de propagação dos ideais burgueses, contrapostos ao antigo regime monárquico. Os jornais, segundo Jürgen Habermas (1984), eram empresas de pequeno porte, sem fins lucrativos, sustentados por grupos políticos ou por pessoas interessadas em discutir e intervir nos rumos do Estado. O desenvolvimento técnico e o

aprimoramento do capitalismo transformam o jornal em grande empresa capitalista e mudam a forma como a imprensa se vê. A partir de então, premidos pela necessidade de vender exemplares e publicidade, os jornais buscam ser “A voz do povo”, tentam cativar os leitores e, como estratégia de mercado, adotam a objetividade jornalística como compromisso. A objetividade surge junto com o jornal de baixo custo, que precisava cativar um público vasto para, a um só tempo, subsidiar seus custos com a venda de exemplares e, com um público amplo, valorizar o espaço publicitário vendido pelo veículo. Por isso, os jornais precisavam aparentar neutralidade, isenção e independência.

McNair inclui uma outra hipótese para explicar o surgimento do conceito. O texto jornalístico passou a ser mais metódico e técnico e a aparentar maior neutralidade com o surgimento das agências de notícias, que serviam a um número bastante vasto de veículos e que, por isso, tinham que produzir um material que agradasse e pudesse ser publicado por todos os jornais.

Os dois fatores, provavelmente, tiveram seu papel e relevância no surgimento do conceito de objetividade jornalística. Kunczik aponta ainda outros elementos que, complementarmente, servem para explicar como surge e se sustenta a tese da imparcialidade:

*A reportagem objetiva é entendida como desapaixonada, sem preconceitos, imparcial, isenta de sentimentalismo e conforme a realidade. Dan Schiller (1979) cita três fatores que favorecem a evolução da norma de objetividade jornalística nos Estados Unidos:*

- 1. A evolução da imprensa como ‘voz do povo’;*
- 2. O predomínio das idéias de Francis Bacon (1561-1621), que atribuem grande importância aos fatos;*
- 3. O desenvolvimento da fotografia, acompanhado pela crença de que ela representa de maneira realista a ‘realidade’.* (1997: 227)

Dos três fatores, o desenvolvimento técnico das formas de representação da realidade é o único que não foi mencionado ainda. A TV e, antes, a fotografia, sugerem ser possível refletir a realidade sem ter, necessariamente, que passar pelo crivo do sujeito. Através da máquina, a realidade poderia ser reproduzida sem a interferência do homem. Assim, a fotografia não só era a representação da realidade, como estava isenta de subjetividade. Esta busca ilusória da representação sem filtros do mundo começa, no entanto, com a taquigrafia.

*Shorthand was the first of that long series of journalistic techniques which at first seem to promise the reader the complete recovery of some semblance of reality. A fully competent shorthand reporter seemed to have acquired an almost supernatural power, and shorthand was invested with the same kind of social optimism as the microphone and the television camera in later times. By presenting the reader with the ipsissima verba of a speech, it seemed at first that reporting was capable of providing a true mirror of reality. (Smith, 1978: 161)*

Os questionamentos a estas pretensões de construção da realidade surgem ainda muito cedo. Da mesma forma como o positivismo na ciência, o conceito de objetividade jornalística é, desde sua origem, objeto de severas críticas. No entanto, é talvez no século XX que o conceito de objetividade sofre seus maiores abalos e, desencantado, tem que se readaptar ao seu desencanto. A ascensão da dúvida, a decadência de vários dogmas, a relativização de conhecimentos que pareciam inquestionáveis marcam a ciência e a objetividade jornalística. Além disso, os meios de comunicação de massa, principalmente o cinema, mostraram-se manipuláveis. O nazismo fez um vasto uso do cinema e desenvolveu técnicas de propaganda distorcendo a realidade e valendo-se da aparente isenção da representação do mundo através da máquina para iludir as massas. Aquilo que parecia um sinal de que a técnica poderia reproduzir a realidade de forma isenta tornou-se estratégia ilusionista com o regime nazista:

*By the 1920's, then, journalists had come to accept that 'there were no longer facts, only individually constructed interpretative', but asserted that these interpretations could be, and should be constructed in a methodologically objective manner, i.e. using professionally agreed rules which could minimise the impact of subjectivity in reporting. Thus, argues Schudson, the emergence of objectivity as a journalistic ideal came at the same time as a deeper loss of faith in ideas of rationality, absolute truth, and progress; reflecting the need, as it were, to reassert possibility of a transcending truth in the face of twentieth-century propaganda techniques. (McNair, 1994: 27)*

As críticas encontram, neste contexto, um campo profícuo por onde se espalhar.

Diz Anthony Smith:

*In recent years we have come to use the word objectivity to describe the most enduring quality expected of journalism; sometimes we speak of being objective as of a technique, sometimes as a glorious goal, occasionally as an external purpose which the journalist is supposed to serve. Recently, the idea of objectivity has become subject to various kinds of criticism, some of it severe: it has been accused of being intellectually impossible within the modalities of journalism. Alternatively it has been accused of being fraudulent altogether – a 'strategic ritual' used simply to defend journalism against its host of critics and inquisitors. (1978: 153)*

No entanto, por mais que sejam pertinentes, justas e bem intencionadas, as críticas não conseguem, na sua maioria, escapar dos fundamentos sobre os quais se constrói o conceito de objetividade. Ainda sob a égide da noção de “fato”, os questionamentos perdem muito de sua potencialidade e não chegam ao cerne da questão.

Michael Kunczik, por exemplo, formula uma crítica pertinente, reconhecendo a importância do conceito de “fato”, mas sem conseguir escapar das suas armadilhas:

*O conceito de 'fato' representa um papel importante nas noções jornalísticas de objetividade. A crítica correspondente é que os meios de comunicação de massa têm difundido a imagem de um mundo colorido que parece formado por muitas partículas entrelaçadas. Mediante a seleção dos fatos, de acontecimentos segundo a sua atualidade e significação, o leitor-ouvinte-espectador pinta um quadro semelhante a um caleidoscópio de cores. Expõem-se os fatos sem maiores comentários ou análises que ajudariam o receptor a criar um quadro da 'realidade'.* (1997: 232)

A mesma crítica pode ser formulada a qualquer forma de produção ou transmissão de conhecimento. Ao agir de forma disciplinar, separando disciplinas ou campos de saber do universo heteróclito que é a realidade, se produziria uma maior possibilidade de aprofundamento em cada fato passível de ser conhecido. No entanto, não ter uma dimensão holística, não perceber o mundo no todo implicaria não conseguir compreender aquilo que se conhece. A crítica ressoa, forte, contra os métodos disciplinares da ciência e até mesmo das escolas, mas ainda está calcada sobre a noção de “fato”. Ao jornalismo, uma boa recomendação, derivada da crítica, seria tratar os fatos estabelecendo entre eles nexos causais, sem apartar uns dos outros, vendo-os como um todo, tomando para si o dever de empreender esforços interdisciplinares, multidisciplinares ou, mais radical, antidisciplinares.

Porém, ao manter como eixo da crítica a noção de fato, Kunczik mantém, como quimera ou projeto factível, o conceito de objetividade ainda intacto. O defeito do jornalismo, por este viés, não é se apegar a conceitos irreais ou a projetos inalcançáveis, mas de não cumprir sua tarefa de forma satisfatória. O conceito sobra inteiro e mantém sua força.

Adelmo Genro Filho, em *O segredo da pirâmide*, afirma a insuficiência da crítica: “A crítica da ‘ideologia da objetividade’ é feita por muitos autores. Porém, em geral, ela não vai ao fundo da questão, resumindo-se a aspectos sociológicos e

*psicológicos referentes à inevitabilidade da opinião.*” (1987: 185) Teórico assumidamente marxista, Genro Filho não escapa, entretanto, da mesma falácia. Constrói a crítica ao conceito repousando sobre as mesmas noções. Ao mesmo tempo que nega, reafirma a objetividade:

*Assim como cada disciplina científica constrói os fatos com os quais trabalha, a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo. São os fatos (grifo meu) jornalísticos, objeto das notícias, que constituem a menor unidade de significação. O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir “seus fatos”. Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas.*

*Isto quer dizer que há uma certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. (...)*

*O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social desta objetividade, ou seja, na significação desta objetividade pelos sujeitos.*

*(...)*

*Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que esta escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição desta substância. (1987: 186-188)*

A crítica, demolidora no tom e consistência, incorre no mesmo erro que todas as outras. Nega a objetividade jornalística, mas reafirma sua relação com os “fatos”. Marxista, Genro Filho sente a necessidade de afirmar a materialidade com que trabalha o jornalismo, afirmar que existe um mundo concreto que precisa ser conhecido, mas afirma a materialidade errada. Ao produzir sua crítica por este viés, aproxima-se do que há de racionalista no marxismo, da sua aposta na possibilidade de se conhecer a verdade. Mantém-se uma fé inabalável na razão, que, apesar dos percalços, chegará ao conhecimento ideal do mundo e, quem sabe, trará consigo a sociedade sem classes.

Genro Filho corre o perigo de seu raciocínio conduzir à conclusão de que se pode produzir conhecimentos humanos como se fossem conhecimentos naturais. E, nisto, se aproxima perigosamente de um postulado positivista: a homogeneidade entre o objeto dos saberes naturais (ciências naturais) e dos saberes humanos (ciências humanas).

Outro teórico assumidamente marxista cai na mesma armadilha. *Ciro Marcondes Filho*, em *O capital da notícia*, afirma:



*Não parto da posição ingênua de desvincular a notícia dos confrontos de interesses e de poderes de grupos dominantes na sociedade, nem da acepção de que haja qualquer possibilidade de se realizar um jornalismo objetivo. Concordando com Francesco Cavalla, fujo neste estudo da acepção de objetividade jornalística que consiste na representação racionalista não-deformada e não deformável de determinada realidade. A possibilidade de possuir a verdade é falsa e tende ao discurso dogmático; a objetividade é impossível. Isso não significa que tudo seja igualmente subjetivo que tudo seja igualmente subjetivo ou que todas as expressões jornalísticas da realidade mantenham a mesma distância do real: há apropriações mais ou menos próximas da 'verdade dos fatos'. Estar-se-ia mais próximo – sem contudo jamais chegar – da objetividade, na medida em que, ainda concordando com Cavalla, busque-se a informação que evita e denuncia sofismas, instrumentos de persuasão ocultos, afirmações injustificadamente peremptórias; que difunde outras interpretações dos fatos diferentes das dos dominantes, a fim de mostrar o caráter meramente parcial e hipotético das mesmas; que declara explicitamente o caráter questionável da própria valoração. (1989: 14)*

O raciocínio de Marcondes Filho está em paralelo com o texto *A ideologia alemã*, de Karl Marx, já resenhado nesta tese. A objetividade seria impossível porque o jornalismo, fruto da divisão do trabalho, estaria afinado com interesses de classe. Da mesma forma como os sistemas filosóficos, aspirantes à condição de verdade, seria uma produção ideológica, com a finalidade de distorcer, sistematicamente, a realidade. O jornalismo justo estaria engajado num projeto de libertação do homem. O conhecimento dos fatos, com justiça e o mais próximo possível da realidade, seria feito do ponto de vista de quem é oprimido na sociedade. No entanto, o conceito de fato está mantido.

A questão primordial é que o jornalismo não lida, a não ser em pequena medida, com fatos. A realidade com que trabalha o jornalismo e, com ele, todas as formas de produção de conhecimento humano é o texto:

*Se tomarmos o texto no sentido amplo de conjunto coerente de signos, então também as ciências da arte (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) se relacionam com textos (produtos da arte). Pensamentos sobre pensamentos, uma emoção sobre a emoção, palavras sobre as palavras, textos sobre os textos. É nisto que reside a diferença fundamental entre nossas ciências (humanas) e as ciências naturais (que versam sobre a natureza), embora também aqui a separação não seja estanque. No campo das ciências humanas, o pensamento, enquanto pensamento, nasce no pensamento do outro que manifesta sua vontade, sua presença, sua expressão, seus signos, por trás dos quais estão as revelações divinas ou humanas (leis dos poderosos, mandamentos dos antepassados, ditados anônimos). (Bakhtin, 1992: 329)*

Esta é a crítica mais demolidora que se pode fazer ao conceito de objetividade jornalística e, também, ao projeto positivista totalizador de estudar seres humanos como se estuda fenômenos naturais. Ao deslocar a questão desta falsa noção de que o jornalismo

trabalha com fatos, a objetividade não só fica contrariada. Ela perde, tanto pior, qualquer razão para ser discutida. A questão torna-se irrelevante, a não ser na medida em que influencie o trabalho do jornalismo com os enunciados dos quais se serve. Pode-se falar, então, de ética jornalística para lidar com o material simbólico do qual se constitui ou da forma como constitui sua materialidade simbólica, mas não de métodos para a apreensão da realidade. Talvez uma ética da palavra fosse pertinente.

A primeira questão relevante, tanto para o jornalismo quanto para as ciências humanas, é a dessimilaridade entre os objetos dos saberes humanos e dos saberes naturais. Se Norbert Wiener, pai de uma teoria inquestionavelmente formal: a cibernética, afirma essa dessimilaridade, em *Cibernética e sociedade*, com a tese de que falar sobre a natureza não altera a natureza, mas falar sobre o homem altera o homem, Bakhtin vai ainda mais longe. As ciências naturais tratam de objetos mudos. Sobre eles, podemos especular qualquer coisa. As ciências humanas tem o homem como elemento central. E o homem não cala, a não ser provisoriamente: *“O espírito (o próprio e o do outro) não pode ser dado enquanto objeto (objeto diretamente observável nas ciências naturais), mas somente na expressão que lhe dará o signo, na realização que lhe dará o texto - em se tratando de si mesmo ou do outro.”* (Bakhtin, 1992: 332) Ao afirmar qualquer coisa sobre um ser humano, corremos, evidentemente, o risco de sermos contrariados pelo nosso objeto<sup>37</sup> de conhecimento. Este objeto se constitui em signos, sua consciência se constitui em signos, ele se percebe humano ao tomar contato com signos e, observado, guarda as mesmas características que o seu observador. Portanto não há uma relação sujeito/objeto, mas uma relação sujeito/sujeito, que só pode se dar em signos. Em outras palavras, o diálogo é a única forma de conhecer o ser humano, pois é no diálogo que o homem se manifesta e se constitui.

O que interessa, portanto, é estudar a vida dos signos como esfera privilegiada de manifestação do ser humano:

*Não interrogamos a natureza, e ela não nos responde. Interrogamos a nós mesmos, e nós, de certa maneira, organizamos nossa observação ou nossas experiências a fim de obtermos uma resposta. Quando estudamos o homem, buscamos e encontramos o signo em toda parte e*

---

<sup>37</sup> Aceitemos, por enquanto, a pertinência deste termo para nos referirmos ao homem no estudos das ciências naturais.

*devemos tentar compreender sua significação. O que nos interessa aqui são as formas concretas dos textos e as condições concretas da vida dos textos, sua interdependência e sua inter-relação. (Bakhtin, 1992: 341)*

Se o conhecimento humano se produz na relação entre sujeitos através de signos, trata-se, bem menos que conhecimento “científico”, de interpretação<sup>38</sup> de textos. Mais que isso, o movimento de produção de conhecimento desenvolvido pelo observador é da mesma natureza que o processo de compreensão de um enunciado.

Poderia, de qualquer forma, o conceito de objetividade jornalística ser mantido se a produção de signos pelo homem pudesse ser tratada como “fato”. Ao tratar com o acontecimento de que o presidente da República concedeu uma entrevista coletiva, o jornalismo assumiria que este acontecimento de linguagem seria um “fato”. A idéia é falsa. Não se trata de alguém ter dito um determinado conteúdo em determinada situação para determinados ouvintes. O jornalismo vai apreender disso tudo apenas os textos ou enunciados. Interessa, então, como quem disse, para quem e em que situação interferem na vida do signo. Tudo o que o jornalismo pode considerar “fatos” é, na verdade, apenas os condicionantes sócio-históricos e contextuais dos signos. Todo o seu trabalho está voltado para o signo, para as suas características nos processos de interação, onde a língua tem existência concreta. Um concepção que separa “fato” de signo só pode estar ancorada na palavra unívoca, ao gosto de Saussure. Quando se trata da palavra polissêmica e multiacentual, é impossível separar o signo da sua realização concreta:

*A língua, a palavra, são quase tudo na vida do homem. Essa realidade polimorfa e onipresente não pode ser da competência apenas da lingüística e ser compreendida apenas pelos métodos lingüísticos. O objeto da lingüística é tão-somente o material e os recursos da comunicação verbal – o enunciado em sua essência, a relação (dialógica) que se estabelece entre os enunciados, as formas da comunicação verbal e os gêneros do discurso (nota: este trecho parece ser apenas alguns apontamentos. O problema do texto é um trabalho de arquivo inacabado por Bakhtin. Por isso alguns fragmentos não estão devidamente estruturados). A lingüística estuda somente a relação existente entre os elementos dentro do sistema da língua, e não a relação existente entre o enunciado e a realidade. (Bakhtin, 1992: 346)*

---

<sup>38</sup> Gostaria de contrariar uma noção corrente. Por vezes, acreditamos que as coisas são e, só posteriormente, recebem algum nome. Creio que antes nomeamos para que as coisas saibam o que são. Neste sentido, termo como “científico”, “arte”, “cultura” são utilizados, em muitos enunciados, com a intenção de excluir. Em outras palavras, há uma disputa e um trabalho sobre a palavra “científico” não para dizer o que é, mas para dizer o que não é. Assim, dentro de um conceito corrente, a interpretação não é “científica”.

Se é possível falar em compromisso ético em ciências humanas, a consideração do homem nas suas especificidades deveria ser um dos pilares fundamentais. Sob o impulso totalizador, a busca quase inabalável das essências últimas, as verdades das coisas, a crença na existência de um ponto final sobre o que se pode conhecer, a ciência e o jornalismo têm desempenhado esforços a favor de um saber monológico. Nas ciências humanas, isto tem implicado uma reificação do homem sem precedentes. O ser humano, ao ser tratado como coisa, matéria sem linguagem, perde grande parte da sua especificidade. Só neste contexto, é possível ostentar a tese de que há um conhecimento no final do túnel, a revelação completa.

Perguntas têm múltiplas respostas. Cada um pode achar a sua a melhor de todas, só não pode achá-la e nem tentar torná-la a única. Assumir esta postura é tentar apagar a voz do outro. E os signos que não são meus são a matéria, a medida e a garantia do meu conhecimento.

O jornalismo, ao afirmar os “fatos” como sua matéria e a objetividade como sua meta e métrica, institui o monólogo, quer ser a única voz. A objetividade jornalística, do ponto de vista do texto, não é questão relevante. Mas sua postulação, não raras vezes, é um gesto intencional com objetivos precisos. E, infelizmente, apesar de todas as críticas a que o conceito está submetido, *“the ‘objectivity assumption’ remains powerful and prevalent amongst journalists.”* (McNair, 1994: 31)

## Capítulo VI - Jornalismo impresso

- *O texto noticioso como um gênero monológico*

Os signos penetram com tal amplitude na existência humana, sua expressão, forma de conhecimento e inter-relacionamento, que, freqüentemente, não são sequer percebidos, da mesma forma como ao respirar não percebemos que respiramos. Existe, é evidente, uma clara delimitação, que podemos traçar, por enquanto, como o mundo real que acontece por si e independe da linguagem e o mundo que, relacionado e dependente dos fenômenos reais, de linguagem ou não, é feito, mantido, alterado, revolucionado, fixado na forma simbólica. O mundo dos signos depende do mundo dos fatos independentes da linguagem, o qual teria, como tarefa primeira, o trabalho de nomear. No entanto, a função dos signos não se restringe a este mero nomear o mundo pré-existente. Nem tampouco o papel primeiro da linguagem é criar símbolos para apreender a realidade.

Os signos são particularmente humanos e constituem uma realidade simbólica que organiza, influencia e ocupa a grande parte das atividades humanas. Não há sociedade organizada nem inter-relação entre sujeitos sem signos. Exatamente onde o homem se distingue da natureza, lá está o mundo semiótico. O ser humano faz parte da natureza, mas só passa a se distinguir dela quando constitui um elenco de signos. Estes, por sua vez, surgidos no processo de distinção do homem da natureza, são a expressão mais bem acabada, o traço mais relevante daquilo que chamamos sociedade organizada. O ser humano só pode postular uma dissimilaridade do resto da natureza fundamentado sobre sua profunda relação com os signos. E só pode propor uma distinção dos demais animais numa relação de grau diretamente proporcional à complexidade dos seus signos.

Qualquer sujeito tem relações tanto materiais quanto simbólicas, mas tende, no entanto, a superestimar as primeiras em detrimento das segundas. Poucas coisas escapam da dimensão simbólica, o que não implica uma completa desconsideração pelo mundo das coisas reais e independentes dos signos (doravante, apenas mundo real)<sup>39</sup>. O que não se

---

<sup>39</sup>. Alimentar-se, por exemplo, é uma necessidade material independente dos signos. No entanto, tal necessidade de geração de energia não distingue o ser humano da natureza.

pode deixar de considerar, no entanto, é que o ser humano desperta, se constitui e interage pela linguagem.

O jornalismo é uma das projeções da evolução técnica da sociedade que parece dizer respeito ao mundo real, valendo-se da linguagem apenas para se expressar. Talvez a naturalidade com que os signos existam seja a melhor explicação para uma longa tradição conceitual jornalística que relega à palavra um papel de mera coadjuvante. E, no entanto, o jornalismo é, junto com a literatura, uma das expressões mais bem acabadas de atividade perpassada pelo horizonte simbólico em quase todos os seus aspectos. Mesmo quando lida com o que chamamos convencionalmente de “fatos”, sendo testemunha dos acontecimentos, o jornalista narra um objeto sobre o qual já se construíram muitos discursos. Ver e dizer “o assassino matou uma criança” significa, de alguma forma, dialogar com toda uma tradição humanista que considera tal ato bárbaro. Significa escandalizar pessoas que têm como valor (e os valores se encarnam em signos na consciência) a proteção à infância. Não há um mundo a ser nomeado pela primeira vez.

O jornal é, na sua materialidade sónica, texto sobre texto, palavra sobre palavra, enunciado permeado de enunciados dos outros, signo sobre signo. Alimenta-se de signos e os produz. Sua interferência na realidade é, igualmente, semiótica. Sua constituição é dialógica em, pelo menos, dois sentidos. Primeiro, porque o jornalismo participa de um diálogo, produz enunciados que se somam à cadeia dialógica infindável de enunciados. Responde a demandas, que se manifestam simbolicamente, e gera novas necessidades de respostas. Seus efeitos podem ser o motivo para novas produções de enunciados. Por exemplo, ao divulgar o boato de que um banco está para sofrer intervenção, um jornal pode gerar uma corrida ao suposto banco para a efetuação de saques e encerramento de contas corrente. Este acontecimento, um ato-resposta ao enunciado produzido pelo jornalismo, pode servir como enunciado, ao ganhar valor simbólico, gerando novas matérias (ou enunciados) no jornal. Neste sentido, não há jornalismo não interventor, porque ninguém pode participar de um diálogo sem produzir respostas ou, pelo menos, uma atitude responsiva.

Segundo, a dialogia se manifesta em sua materialidade. O material simbólico produzido pelo jornalismo, apreendido em realizações reais de interação lingüística, está

permeado pela palavra do outro. Ao dizer “justiça”, ressoam todos os enunciados nos quais este termo foi usado e ele só terá um caráter positivo ou negativo na medida em que tenha sido usado positivamente ou negativamente nos enunciados em que tenha acontecido. A palavra pode, o que é mais provável, ter sido usada com diversas intenções, boas, más, negativas, justas, sinceras, cínicas, não importa. Assim, seu sentido e sua carga axiológica estão em disputa pelas diversas vozes que lhe perpassam. No texto jornalístico, ressoa o caráter heteroglótico da língua, sua incrível capacidade de ser de todos e de ninguém, de poder ser apropriada, mas resistindo com maior ou menor intensidade.

Por tudo isso, postulo: o jornalismo é um fato de linguagem, o que vai muito além do reconhecimento de que ele se expressa de forma simbólica. O jornalismo impresso é fato de linguagem e, mais especificamente, lingüístico. Lida com enunciados, não com fatos, pois não é, como na vinheta do Repórter Esso, “testemunha ocular da história”. Ele tem relação com o mundo real, mas sua dimensão lingüística é muito maior do que pressupomos. Mais que isso, seu material mais fundamental é lingüístico.

Se o jornalismo consiste, basicamente, na produção de enunciados, ele guarda, logicamente, as mesmas características que condicionam qualquer produção de enunciados. Para Bakhtin, esta produção é regrada, segue formas mais ou menos cristalizadas, que surgem na dinâmica da organização social e no fluxo histórico da própria língua.

Postular a existência de formas mais ou menos cristalizadas de produção de enunciados, em relações reais de interação pela linguagem, significa escapar de uma visão dicotômica que pressupõe a existência de um sistema e uma utilização individual deste sistema, um independente do outro. Tanto o sistema não existe, a não ser enquanto abstração ou conceito abstrato com finalidade restrita de prover algumas explicações sobre os sistemas lingüísticos, quanto não há utilização real da língua sem alterá-la.

Assim, os enunciados são produzidos em situações concretas, em determinadas esferas de produção. Submetem-se à organização dos gêneros do discurso. Os gêneros são, para Bakhtin, formas de organização da atividade lingüística, tão fundamentais quanto o próprio sistema lexical da língua. O jornalismo, nestes termos, pode ser analisado como uma determinada esfera de produção que engendra uma série de gêneros. A crônica, por exemplo, é talvez o gênero do discurso mais bem acabado produzido pela interação entre

jornalismo e literatura e se abriga no primeiro. Pertence, portanto, a esta esfera de produção. O texto noticioso, objeto desta tese, também é um dos gêneros desta esfera de produção que chamamos jornalismo.

Algumas esferas de produção são tão fechadas em si mesmas que não dialogam com outras esferas. Seus gêneros mantêm diálogo principalmente entre si mesmos. O exército, por exemplo, adota como procedimento tentar manter distância de outras esferas. Suas palavras querem respeito, evitam a dubiedade, tentam ganhar autoridade, negando sua própria polissemia. Manter contato com enunciados de outros gêneros e com gêneros de outras esferas pode implicar um descentramento da própria palavra, tornando, além de polissêmica, plurivocal. A palavra que não quer ser questionada deve buscar distância da pluralidade de vozes que podem mostrar o caráter profundamente fluido e paradoxal da língua.

A palavra não pode ser monossêmica da mesma forma como a sociedade não pode ser unidimensional. Toda palavra está carregada, por sua história, de múltiplos sentidos. No entanto, o falante pode adotar para com seus enunciados uma postura que demonstra a palavra em toda a sua fluidez ou outra que nega a polissemia. O falante não permite que o ouvinte perceba, em suas palavras, uma outra voz, que não é a sua, e que ele rejeita ou assimila. A ironia, por exemplo, deixa claro que existe no enunciado duas vozes que se contrapõem. O discurso de autoridade, supostamente competente, não. Rejeita a disputa e toma a palavra como se fosse sua e, mais que isso, digna de respeito. Esta postura não torna a palavra verdadeira, mas vende esta expressão. Os índices de inflação manipulados pelo governo durante a ditadura militar tinham a pretensão intencional de parecerem verdadeiros, mas se sabiam falsos. O discurso competente e o oficial, por exemplo, não são meros reflexos da verdade, mas tentam parecer verdadeiros e silenciar qualquer oposição, controlar o “perigo da polêmica”, inerente às palavras.

Os gêneros do discurso têm formas mais ou menos cristalizadas de tratar as palavras e rigidez maior ou menor neste tratamento. Alguns não permitem expressão individual acentuada; outros parecem ter se desenvolvido historicamente para isso.

É evidente que não podemos pensar de forma estanque, imaginando gêneros impermeáveis, numa ponta, e gêneros fluidos, no limite da sua própria inexistência,



cristalizados num nível mínimo suficiente para serem considerados gêneros. Há, entre estes dois pólos, uma gama infundável de gêneros. De um lado, os gêneros que podemos chamar de duros permitem uma expressão individual, polissemia e plurivocalidade mínimas. E, nisto, são menos ambíguos. Uma ordem militar não comporta espaço para gestos interpretativos muito radicais nem para o deslocamento individual do gênero. Uma ordem é sempre uma ordem, no mesmo tom, forma e objetivo. Os gêneros fluidos permitem uma expressão individual e plurivocalidade máximas. A poesia, por exemplo, pode ser interpretada, de maneira legítima, dentro dos limites permitidos pelo texto, de múltiplas formas. Pode, por outro lado, expressar a individualidade de maneira acentuada.

O texto noticioso situa-se no entremeio destes dois pólos, podendo oscilar historicamente ora para um lado, ora para outro. Mas, com o tempo e a busca de objetividade, tem tentado chegar a um nível de dubiedade mínima, sem grandes margens interpretativas. Assim, se lhe é negada qualquer possibilidade de objetividade, pois seu objeto primordial não é o mundo real, lhe é permitido parecer objetivo, por uma série de estratégias lingüísticas. Evidentemente, isto passa muito longe das discussões tradicionais calcadas no conceito de ‘fato’.

O texto noticioso tenta se livrar, a todo custo, do caráter axiológico da língua. Sustentando e sustentado pelo pressuposto de que algumas palavras expressam avaliações subjetivas ou sentimentos pessoais e outras expressam a realidade, o jornalismo tenta se livrar de adjetivos como “bonito”, “feio”, “alegre”, “triste”, “gentil”, “rude” e de advérbios como “vagarosamente” e “rapidamente”. Estas palavras são, evidentemente, valoradas. As outras, no entanto, também são. Bakhtin (1992b, 311) usa um exemplo de como, além de tudo, um adjetivo, aparentemente cristalizado pode ter uma acento axiológico totalmente distinto daquilo que parece sua avaliação mais evidente. O exemplo é a frase “toda alegria neste momento é amarga para mim”, onde a palavra “alegria” carrega uma avaliação contrária à que seria mais evidente. O que parece é que esta ojeriza do jornalismo pelos adjetivos e qualquer outra palavra que pareça confessar suas tão pecaminosas intenções valorativas não passa de uma imensa ingenuidade ou uma interesseira má-fé. O texto abaixo é um exemplo de como palavras que aparentemente apenas expressam a realidade emitem juízos de valor sobre ela.

*Sem-terra invadem fazenda em Corumbiara e entram em confronto*

**JOSÉ MASCHIO**

*Da Agência Folha, em Londrina*

*Trabalhadores sem terra voltaram a **invadir** a fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO), e entraram em confronto com seguranças da propriedade.*

*A informação é da Secretaria de Segurança Pública de Rondônia, que mandou dois delegados à área para checar a informação de que um segurança ficara ferido.*

*No dia 9 de agosto, 12 pessoas morreram (dez sem-terra e dois PM's) em um confronto entre a PM e 700 famílias de sem-terra que ocupavam a fazenda, cuja área é de 14 mil hectares.*

*Laudos de autópsia dos mortos indicaram que os sem-terra foram executados.*

*Segundo o delegado de Vilhena (RO), Raimundo Mendes de Souza Filho, o local **invadido** é o mesmo em que houve o confronto em agosto.*

*Ele não soube informar o número de sem-terra que **invadiram** a fazenda.*

*(...)*

*Em São Paulo, o presidente do Incra, Francisco Graziano, disse que um grupo de famílias do município de Cáceres, no Mato Grosso, teria se deslocado **para** Corumbiara e tentado **invadir** a fazenda Santa Elina, mas foi rechaçado na entrada da propriedade.*

*O presidente do Incra disse ainda que, pelas informações do governo federal, não há nenhuma relação entre a chacina de Corumbiara com a nova **invasão** (grifos meus). (Folha de São Paulo, 19/10/1995: 1/12)*

As palavras “invasão”, “invadir” e “invadido” expressam uma visão de mundo, uma intenção axiológica bem clara. Os trabalhadores sem-terra insistem em dizer que fazem “ocupações”. Seu slogan, inclusive, é “**Ocupar, resistir, produzir**”. Sob esta palavra (ocupar), aloja-se a noção de que o MST ocupa terras improdutivas que não estão sendo utilizadas. Como a terra deve cumprir sua função social de produzir alimentos, para o MST esta função se sobrepõe ao direito de propriedade. Para os proprietários, o governo e movimentos como a UDR – União Democrática Ruralista, trata-se de uma invasão de patrimônio privado. A propriedade privada estaria acima da função social da terra. Por trás de palavras como “invadir” e “ocupar”, existem visões de mundo específicas, ligadas a grupos sociais distintos. Estes grupos têm a noção clara de que ao usar uma palavra ou outra estão empreendendo uma disputa axiológica. No entanto, estas palavras não têm uma avaliação apreciativa *a priori*. O MST e os ruralistas carregam estas palavras com suas intenções ao utilizá-las nos seus enunciados, com o seu acento avaliativo. A carga avaliativa destas palavras é a memória da carga que elas carregam no enunciados onde são mais recorrentes. Seu valor axiológico não existe *a priori*.

O jornalismo, ao usar uma ou outra palavra, traz para o texto noticioso este eco axiológico dos enunciados. Do ponto de vista da objetividade, não há nenhuma discussão.

A palavra não é adjetiva nem adverbial e descreve a realidade. Do ponto de vista da ética com que o jornal deve tratar as palavras dos personagens representados no texto, uma longa discussão pode se engendrar. Discutir qual palavra, “invadir” ou “ocupar”, descreve de forma mais objetiva a realidade vai resultar um embate entre visões de mundo, que não levará a nenhuma conclusão satisfatória. Discutir como o jornalismo trata os enunciados dos quais se serve pode fundamentar uma poderosa crítica, da qual o jornalismo se isenta com sua defesa estratégica da objetividade.

Na mesma busca da credibilidade, sustentada pela neutralidade e objetividade, o texto jornalístico, tal qual a ciência, cede ao fascínio exercido pela precisão matemática. Eis uma das características do gênero. Não lhe é permitido ser objetivo, mas a paixão pelos números, a matematização e o cálculo estatístico tenta produzir o efeito da veracidade. A palavra do jornal se quer respeitada e, portanto, mostra-se respeitável. O manual de redação da *Folha de São Paulo* orienta: “*Forneça sempre com exatidão as dimensões de objetos e estruturas noticiadas com destaque na reportagem. Evite adjetivos imprecisos. A ponte tinha 75 cm de largura, em vez de a ponte era estreita; o prédio tem 32 andares, em vez de o prédio é alto.*” (*Folha de São Paulo*, 1987, versão em CD Rom) Esta predileção é relevante para delimitar as preferências lexicais do texto noticioso. Os enunciados que não comportam esta característica, esta precisão, têm dificuldade para penetrar no texto jornalístico. Por isso os enunciados produzidos por especialistas, garantidos por uma pretensa competência, conseguem maior espaço nos jornais. Os enunciados das “pessoas comuns” não têm garantias de “verdade”. Neste caso, pesam diversos aspectos. Os enunciados “competentes” e os “comuns” diferem nas escolhas lexicais, na construção composicional, no estilo. Mas diferem, principalmente, no locutor. O enunciado não pode ser compreendido se tratado em separado de quem os produz. Talvez dessa forma se possa explicar a dificuldade que o jornalismo tem para lidar com os excluídos, com os quais a literatura e a música, por exemplo, se dão muito bem.

A precisão que o jornalismo busca é, no caso das citações, não só impossível como equivocada. As instruções dos manuais se limitam a recomendar a reprodução fiel do texto e, no máximo, seu contexto. A questão que se coloca, neste caso, é que o jornalismo não trabalha com conteúdos reproduzíveis. O enunciado, sua matéria prima, tem uma

existência concreta irreproduzível. Ao citar um determinado personagem, o jornalismo produz um novo enunciado, pois o contexto, o interlocutor, o locutor e a situação social e histórica terão mudado. O jornalismo, portanto, deve assumir toda responsabilidade pelos efeitos ou conseqüências pelo que diz, citado ou não. A mera recomendação pela reprodução fiel do texto escamoteia uma discussão mais séria. Dizer algo num meio de comunicação de massa que atinge milhões implica uma nova responsabilidade, que não pode ser atribuída a qualquer entrevistado, ainda que este tenha a perfeita dimensão do que pode ser feito com seu texto. Os entrevistados podem, inclusive, produzir enunciados que gerem citações (ou seja, novos enunciados) com esta intenção clara. As frases de efeito, por exemplo, do ex-ministro Sérgio Motta são um bom exemplo disso. *A Folha de São Paulo*, na edição de 2 de agosto de 95, trazia o seguinte texto, sobre as telecomunicações: *Em almoço no Palácio das Laranjeiras (sede do governo do Rio), (Sérgio) Motta disse que, em termos de telecomunicações, "O Brasil é uma republiqueta latino-americana". (Folha de São Paulo: 02/08/1995: 1/12)*

Motta, ao dizer isso, tinha a medida exata de que este tipo de enunciado penetra e gera outros no texto noticioso. Dentro do contexto do projeto do governo de privatizar a Telebrás, o enunciado é carregado de intenções axiológicas. A reprodução fiel do seu conteúdo, aqui, não é o mais relevante. O conceito de objetividade é, novamente, pouco operatório e, pior, enganoso. O que importa é ter clareza do que representa, neste caso, citar Sérgio Motta, seja o jornal ou o jornalista a favor ou contra a privatização. O trágico da situação é que ela revela uma compreensão muito maior das regras do discurso e do jornalismo por parte do entrevistado do que da maioria dos entrevistadores.

Esta discussão ética (que o jornalismo relega a segundo plano) das formas de citação deixa antever o aspecto mais importante do gênero do discurso "texto noticioso" e do jornalismo. Sua característica principal é ter de trabalhar com uma pluralidade imensa de gêneros, enunciados e esferas de produção. No jornalismo, que é uma única esfera de produção, o diálogo pode alcançar sua expressão máxima, como na literatura. O jornal, recheado de artigos de especialistas em economia, política, moda, psicologia, sexologia, esportes, educação, saúde, é o retrato deste diálogo. Isso poderia conduzir à seguinte conclusão: os textos que circulam pelo jornal são enunciados pertencentes a gêneros de

outras esferas de produção. Assim, um artigo escrito por um médico poderia ser considerado como pertencente a um gênero da esfera médica. Não é disso que se trata. Por mais que guarde características da esfera em que atua profissionalmente o redator do artigo, suas características têm que ser adaptadas à esfera que podemos chamar de jornal. Nenhum médico ou qualquer outro especialista escreve tal qual produz suas interações lingüísticas na sua própria esfera de produção. Ao ceder às características do jornal, o articulista situa-se numa outra esfera, ainda que traga marcas dos enunciados produzidos no seu próprio meio profissional.

Nesta inserção de um locutor acostumado com outra esfera no jornal reside a característica mais acentuada do jornalismo: sua premência de dialogar com toda a sociedade, incorporando-a aos seus próprios gêneros, alguns nascidos da relação de dois ou mais gêneros, mas todos pertencentes à mesma esfera de produção que é o jornal.

O texto noticioso, neste aspecto, talvez seja o mais característico do jornalismo. É ele que deve manter relações com um número mais amplo de esferas, gêneros e uma diversidade imensa de enunciados. O jornal será tanto mais dialógico quanto mais gêneros e seus respectivos enunciados conseguir incorporar. Um gênero do discurso chamado texto noticioso é o carro chefe desta tarefa.

O texto noticioso surge e produz circunscrito, a um só tempo, por condicionantes materiais, relativos à sua esfera de produção, à relação com outros gêneros desta esfera ou de outras e o seu próprio passado discursivo. Ou seja, seu desenvolvimento dentro da história da língua, através de enunciados. As esferas de produção, gêneros do discurso e enunciados mantêm relação com a história da língua e, dentro dela, entre si. Nas palavras de Bakhtin: *“Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são a correia de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua.”* (1992: 285)

A história do gênero, que tem um papel determinante para a sua definição hoje, é, no entanto, a investigação mais difícil para esta tese e comportaria um trabalho tão extenso quanto o que até agora foi desenvolvido ou mais. Por isso, minha análise se limitará, tão somente, a uma tentativa de buscar explicações para características do gênero

com dados históricos sem constituir, no entanto, um traçado histórico. Algumas especulações talvez sejam frutíferas, mas nenhuma tem a necessária solidez.

O nascimento da imprensa, em 1450, com a invenção da prensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg representou o surgimento da possibilidade de reproduzir textos em larga escala. Não havia outras condições, ainda, para o surgimento da imprensa tal qual nós a conhecemos hoje. Este germe de comunicação massiva sempre esteve, no entanto, com a imprensa desde o início e marca, hoje, quando chegamos ao desabrochar desta potencialidade, o texto noticioso de forma bastante clara.

A imprensa sempre esteve ligada ao exercício do poder (Habermas, 1984). Criar um veículo de comunicação sempre foi ampliar o próprio poder político. Porém este exercício não se faz sem dotar o jornal de uma aguçada estratégia de busca de leitores, por três razões distintas: suprir os custos do jornal com a venda de exemplares, elevar o preço de inserções publicitárias com o aumento do público atingido e aumentar o poder de influência do jornal à máxima potência.

Esta busca de leitores começa, nos Estados Unidos, a partir de 1830 (McNair, 1994), quando surgem os jornais populares. No Brasil, a mudança chega a partir dos anos 30 (Werneck Sodré, 1983), com o desenvolvimento do capitalismo local e a solidificação da publicidade como um dos seus instrumentos mais relevantes. Antes, a imprensa era vista apenas como uma arma de ação política sem a obrigatoriedade de ser lucrativa. Os jornais eram mantidos por seus produtores, sem a preocupação de ter de convencer os leitores a pagar por aquele bem. Esta característica permaneceu, é evidente, após os anos 30, no Brasil, mas o jornalismo estava em processo de mudança.

A discussão da objetividade jornalística está inserida neste contexto. Qualquer conhecimento busca parecer isento, desinteressado e objetivo para ser reconhecido. A objetividade jornalística é, se for verdade que o jornalismo produz texto sobre texto, um tema sem grande relevância. No entanto, o texto noticioso no jornal espelha toda esta busca de isenção, de leitores e de legitimidade, construída historicamente. Espelha também uma busca incansável de leitores. Por isso, o texto deve ser conciso, simples, em ordem direta.

Um gênero do discurso, segundo Bakhtin (1992: 280), tem suas preferências temáticas; seu estilo verbal, selecionando os recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais;

e sua construção composicional característica. Para, por exemplo, as fábulas, os temas favoritos são histórias prosopopáicas com alguma mensagem moral. Para um texto acadêmico sobre economia, o tema não pode ser outro senão algo sobre economia, mercado, finanças, etc. Se o mais comum para um gênero é ter preferências temáticas mais ou menos definidas, no jornalismo esta quase regularidade é relativa. Os temas que ganham espaço nos textos jornalísticos não são de um assunto específico nem se definem em função do seu conteúdo. A esfera de produção que é o jornal faz com que as escolhas temáticas recaiam sobre temas que possam atrair, em algum grau, um público leitor específico. Este relacionamento com o leitor é uma condição econômica do jornal e fruto do desenvolvimento histórico do jornalismo.

Uma definição, nestes termos, do que é notícia poderia ser: notícia é todo texto que carregue consigo a potencialidade de despertar algum interesse num público leitor. Como os leitores fazem parte de uma sociedade organizada, alguns dos seus interesses comuns são previsíveis. Assim, o jornal trata de política porque há um público que lê sobre política. Caso não houvesse este público interessado, não haveria nem jornal sobre política nem sistema democrático<sup>40</sup>.

As condições concretas nas quais o jornalismo está inserido são importantes também para entender a imprensa. Uma edição de jornal, a grosso modo, tem duas características relevantes para este trabalho: (a) seu suporte de transmissão é o mesmo que o de registro; e (b) ela acontece, como fenômeno de inter-relação simbólica, no momento escolhido pelo leitor. A característica (a), de certa forma, determina a (b).

De forma distinta do jornal impresso, o rádio, por exemplo, acontece em tempo real. Com o rádio, o ouvinte não pode deixar para ouvir uma notícia depois, deve ouvi-la quando ela está sendo transmitida. Conseqüência disso, se um rádio tem 500 mil ouvintes todos estarão, a um mesmo tempo, ouvindo as mesmas notícias. O jornal impresso, pelo contrário, pode ser lido a qualquer tempo, até mesmo dez anos após sua publicação. Isto

---

<sup>40</sup> Nestes termos, não é válido dizer que o repórter deve ir aonde está a notícia, pois esta só se materializa na forma de texto, no momento em que aquele profissional resolve sentar-se à frente do seu computador. O repórter deve ir aonde estão os discursos e, em menor escala, os fatos. Ainda aqui a noção de fato é inconsistente pois não há fato relevante que não tenha ganhado esta relevância por seu significado e não por sua mera existência física ou fisiológica.

porque o meio de circulação de um jornal é também a sua forma de registro. enquanto o rádio circula por ondas hertzianas e é registrado em fita cassete, vinil ou discos laser. Claro que é possível ouvir um programa de rádio dez anos depois também, mas a dificuldade é maior para o público e, mesmo que houvesse arquivos disponíveis de programas de rádio, a localização de uma matéria específica é muito mais difícil. Se é possível localizar um texto com um correr de olhos, não há algo que se possa chamar de um “correr de ouvidos” para o rádio.

Esta característica da imprensa é consequência da sua vinculação com a escrita e com o papel, a forma mais antiga e simples de registro de informações. Mais que isso, a escrita permite uma manipulação dos textos mais fácil que o rádio. Assim, o leitor pode optar entre o que quer ler. Um jornal que tenha 500 mil leitores não terá todos lendo o mesmo artigo ao mesmo tempo a não ser por um imenso e quase impossível acaso. Ainda assim, o número de leitores de um jornal não corresponde ao número de exemplares vendidos. Ou seja, um jornal pode ser lido por mais de uma pessoa, o que implica que isso tenha que ser feito, quase sempre, em momentos distintos.

Consequência desta característica, o rádio é um veículo muito mais homogêneo do que o jornal, plural na sua imensa variedade de textos. O rádio não pode se dar ao luxo de trabalhar com um material que seja interessante a apenas uma parcela pequena dos seus ouvintes. Ele é um meio muito mais massificado. A segmentação de assuntos se dá entre as diversas rádios e, em menor grau, entre os programas de uma mesma emissora<sup>41</sup>. O jornal pode ter, a um só tempo, um artigo científico sobre clonagem de ovelhas, escrito por um geneticista e com fatura de termos técnicos, e uma matéria de serviço sobre a agenda cultural da cidade. Em suma, o jornal impresso é o espaço da heterogeneidade de gêneros discursivos. Nele proliferam resenhas, crônicas, entrevistas, pequenas biografias, relatos históricos, artigos, ensaios.

Em suma, o suporte de transmissão e de registro do jornal é o papel. Em outros meios, os dois suportes não são o mesmo, como no rádio e na TV. Para o jornal, reside aí a possibilidade de carregar uma infinidade de enunciados e gêneros do discurso, com



diversos temas sendo abordados. A íntegra do jornal não tem que cativar todos leitores, mas todas as partes têm que cativar algum segmento do público. Voltando às escolhas temáticas do gênero, a conclusão é que uma pluralidade de temas podem penetrar nos gêneros veiculados por um jornal, mas qualquer enunciado produzido por um jornalista em uma edição de jornal deve pressupor que há um interlocutor disposto a realizar a interlocução para que o enunciado aconteça, por fim, concretizando aquilo que só existe potencialmente no jornal e que só torna comunicação real quando lido.

Na definição das escolhas temáticas do gênero, voltamos a uma das principais características do jornalismo: ele trafega pelas mais diversas esferas de produção, gêneros e enunciados. Por isso, é potencialmente dialógico. No entanto, muitos temas são ou poderiam ser interessantes para os leitores. Há uma margem considerável de escolha empreendida pelo jornalismo, respeitando apenas os limites do que pode ser notícia e o que não, respeitando o princípio básico de que todo texto do jornal deve despertar o interesse de alguém. Para o jornalismo, esta margem de escolha implica não poder se desvencilhar das consequências de suas opções sob a alegação de que apenas fornece o material que o leitor quer ler.

Neste espaço de decisão, o jornalismo opera de forma profundamente monológica ao prestar pouca atenção à diversidade de enunciados que pode habitá-lo. Os temas, que poderiam ser muito variados, se repetem. E, tanto pior, não é possível acusar o leitor de ver o mundo como semelhança. Quem lança este olhar sobre o mundo é o jornalismo.

Talvez esta propriedade monológica seja melhor avaliada do ponto de vista do estilo verbal. A seleção de recursos verbais característica do gênero delimita de que tipo de enunciado ele se serve com maior facilidade. Enunciados como os dos MST são de difícil assimilação para o jornalismo. Formalizados, normatizados, perdem grande parte da sua expressão e aproximam-se da forma de enunciados com os quais o texto noticioso está acostumado a trabalhar. Na literatura e outras artes textuais, os enunciados dos caipiras, por exemplo, se expressam com muito mais da sua integridade, sua visão de mundo, sua

---

<sup>41</sup> A necessidade de tentar manter a audiência de um programa em outro, num fluxo ininterrupto, impede que as mudanças sejam bruscas. Assim, por mais que uma mesma rádio possa ter um programa de música clássica

intenção. A MPB, por exemplo, tem uma capacidade muito maior de assimilar os enunciados de determinadas esferas de produção, sem descaracterizá-los. Chico Buarque canta:

*Tinha cá prá mim que agora sim eu vivia enfim um grande amor.  
Mentira...  
Me atirei assim, de trampolim, fui até o fim um amador.  
Passava o verão a água e pão, dava o meu quinhão pro grande amor.  
Mentira...  
Botava a mão no fogo, então, com meu coração de fiador.*

*Hoje eu tenho apenas uma pedra no meu peito,  
Exijo respeito, não sou mais um sonhador.  
Chego a mudar de calçada quando aparece uma flor  
E dou risada do grande amor.  
Mentira...*

*Fui muito fiel, comprei anel, botei no papel o grande amor.  
Mentira...  
Reservei hotel, sarapatel e lua-de-mel em Salvador.  
Fui rezar na Sé, prá São José, que eu levava fé no grande amor.  
Mentira...  
Fiz promessa até no Sumaré de subir a pé o Redentor.*

**(Para viver um grande amor. Chico Buarque. 1983.)**

Em *Samba do grande amor*, há um mundo que transparece claramente e integra o texto. Isto não significa estereotipar a voz deste personagem que se narra na música. Isto seria, novamente, enxergar semelhança no dessemelhante. Seria, de alguma forma, reduzir um ser complexo aos seus traços mais espetacularizáveis. A idéia entra integral na canção de Chico Buarque; o enunciado mantém as características do mundo onde foi gerado ou poderia ter sido gerado. A escolha lexical, o tema, a construção composicional, todos os elementos mantêm o texto numa perspectiva dialógica, pois não descaracterizam o enunciado, não homogeneizam a heterogeneidade. O personagem, com sua fé, suas preferências regionais, seus valores, em suma, sua visão de mundo, suas contradições e seu constante devir, está inteiro na canção. Está, dito e contradito por si mesmo, humano e não apenas humanizado.

---

e outro de heavy metal, o bom senso aconselha que eles sejam colocados em horários bem diferentes.

A literatura parte de um diálogo que, a rigor, não existe, para construir textos dialógicos. O jornalismo faz o contrário: parte do diálogo real para produzir a camisa de força de um monólogo. Em um texto publicado no dia 27/06/94, a *Folha de São Paulo* relatava a “invasão” de uma fazenda por trabalhadores sem-terra, no Mirante do Paranapanema, em São Paulo. No final da matéria, um líder do movimento explicava a atitude.

*A Agência Folha não conseguiu falar ontem com líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST), que organiza as invasões na região.*

*O trabalhador rural Isaías Santos de Souza disse anteontem à TV Fronteira, afiliada da Rede Globo, que os sem-terra agiram em represália à atitude da fazendeira, que destruiu a lavoura de feijão plantada por eles em uma das invasões.*

*Dionisia Leal afirmou que obteve da juíza Catarina Ruibal, de Mirante do Paranapanema, a reintegração de posse com direito de destruir a semeadura (lavoura plantada pelos sem-terra). (Folha de São Paulo, 27/06/1994: 1/6)*

É impossível saber exatamente qual foi o enunciado que o trabalhador rural produziu, mas é possível pressupor que está longe de estar bem representado pelo jornal. O mundo dos trabalhadores sem-terra fica completamente apagado, formalizado, polido e rebuscado. A dinâmica e os valores deste mundo inexistem. Mesmo o enunciado da fazendeira, que estaria ao lado da lei e teria, portanto, a boa vontade do jornal, está pouco verossímil. O diálogo, com todas as suas intenções e características, foi transformado num monólogo pelo jornalista. Reduz-se um conflito rico de valorações e polêmico a uma troca de declarações descaracterizadas.

O jornalismo impresso, incumbido de circular pelas mais diversas esferas da sociedade, comete o pior dos crimes que se pode cometer contra a heterogeneidade da língua: transforma o diálogo real em um monólogo noticioso. Ao fazer isso, atenta contra a heterogeneidade social e o impulso utópico, que tenta descentrar o mundo, enxergar novas potencialidades. O jornalismo transforma diferenças em semelhanças, utopia em ideologia.

O jornalismo faz o contrário do que faz, segundo Bakhtin, Fiodor M. Dostoievski, nos seus romances polifônicos. Dostoievski produz uma ficção que pretende representar sujeitos reais, em toda a sua complexidade e distinção entre si. Mais que isso, seus personagens estão sempre em relação polêmica uns com os outros. Respondem, divergem, assimilam ou negam as palavras alheias. O jornalismo parte do diálogo real para

submeter os enunciados com os quais trabalha à sua própria intenção ou à forma composicional do gênero texto noticioso:

*Dostoevsky, like Goethe's Prometheus, creates not voiceless slaves (as does Zeus), but free people, capable of standing alongside their creator, capable of not agreeing with him and even of rebelling against him.*

*A plurality of independent and unmerged voices and consciousnesses, a genuine polyphony of fully valid voices is in fact the chief characteristic of Dostoevsky's novels. What unfolds in his works is not a multitude of characters and fates in a single objective world, illuminated by a single authorial consciousness; rather a plurality of consciousnesses, with equal rights and each with its own world, combine but not merged in the unity of the event. Dostoevsky's major heroes are, by the very nature of his creative design, not only objects of authorial discourse but also subjects of their own directly signifying discourse. (Bakhtin, 1984: 6-7)*

Esta tendência ao monólogo é própria do gênero do discurso texto noticioso, um gênero duro profundamente regrado por manuais de redação e estilo. A consciência semiótica do jornalista, carregada da palavra do outro, é quem organiza o texto, produto desta consciência, porém sem a mesma heterogeneidade. A monologia pertence ao gênero. Tanto pior para o jornalista se o gênero já tiver impregnado, com sua lógica, a sua consciência.

## Capítulo VII - O pacote 51

Jornalismo é palavra sobre palavra, narrativa de narrativas. O texto noticioso, por sua vez, é um gênero do discurso monológico, que opera de forma ideológica, apesar das suas potencialidades dialógicas reais. Sob esta perspectiva, com os conceitos de ideologia e utopia inspirados em Ricoeur e as considerações sobre a língua de fundamentação bakhtiniana, pretendo agora analisar um episódio recente da imprensa brasileira: a crise econômica mundial que abalou as bolsas em outubro e novembro de 1997. Busco, é evidente, demonstrar neste caso o quanto o jornalismo é monológico e, sendo assim, trabalha a favor da ideologia no movimento que aponta para o centro, para a manutenção do estado de coisas. A análise não pretende ser exaustiva, mas apenas uma demonstração da utilidade dos conceitos que tenho construído e da forma como o jornalismo transforma diálogos em monólogo.

A cobertura que vou analisar é a do jornal *O Estado de São Paulo*, o *Estadão*. A escolha recai sobre o então segundo maior jornal do Brasil em circulação porque, em comparação com o primeiro lugar, a *Folha de São Paulo*, o *Estadão*, apesar de ser mais conservador nas suas posturas, produz textos onde a posição do jornal é menos evidente. A *Folha*, tida como mais liberal, interfere muito mais com suas posições na composição dos textos (Messagi Jr.: 1996). As matérias do *Estadão*, ao mostrarem-se menos tendenciosas, são um material mais interessante para análise. Ao descobrir fenômenos relevantes onde eles parecem ser menos evidentes, é mais fácil postular sua existência onde eles parecem mais evidentes. Assim, por imposição lógica, se o *Estadão* traz valorações axiológicas, na *Folha* e em outros jornais isso é muito mais evidente. O contrário pode encontrar mais resistências para ser aceito.

Os meses de outubro e novembro de 1997 foram testemunhas de uma crise aguda no capitalismo mundial, que culminou, no Brasil, com o Pacote 51<sup>42</sup>. As bolsas de quase todo o mundo caíram, ameaçando de colapso principalmente as economias dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e os ex-comunistas. A crise estava inserida no contexto da globalização. Se num dado momento histórico, Estado, trabalho e capital mantinham uma relação de equilíbrio de forças, o desmonte do Welfare State (Estado de bem-estar social) e o enfraquecimento do movimento sindical legaram ao capital um poder sem precedentes. Decorrencia disso, as vicissitudes do capital provocam crises colossais, como a que abalou o México em março de 1995.

Neste contexto, uma queda mundial das bolsas não é apenas o momento de discutir como, dentro da lógica da globalização, evitar prejuízos maiores. Uma crise inserida no contexto de um modelo de economia e de sociedade serve, ao menos, como o gancho, força propulsora para se discutir não somente a crise, como o próprio modelo de sociedade e, dando vazão ao potencial utópico do ser humano, buscar saídas, fragmentar a realidade. No entanto, o jornalismo impresso não atuou, neste episódio, privilegiando a utopia, mas, sim, a ideologia. O mundo continuou sendo apresentado em uma via única. As vozes que ganharam espaço nos enunciados produzidos pelos jornais continham a intenção clara de reforçar o mundo tal qual ele se apresenta. Eram, em suma, vozes ideológicas.

O texto noticioso tem, como complicador, suas escolhas lexicais, temáticas e construção composicional apontando para uma visão profundamente monológica do mundo. Durante a crise das bolsas, esta monologia se manifestou com toda a sua intensidade, não só nos discursos que foram relegados, como naqueles que foram privilegiados.

A crise das bolsas começou no final de outubro. O Estadão, no dia 28 de outubro, saiu com a manchete *"NY lidera queda de bolsas no mundo"* e o subtítulo *"Ações caíram 7,18% e arrastaram os maiores mercados; São Paulo teve sua quarta maior baixa"*. O texto dizia:

---

<sup>42</sup> O termo Pacote 51 foi utilizado por Jânio de Freitas, porque o número de medidas que o governo fez aprovar para driblar a crise foi 51.

*As bolsas de valores de todo o mundo viveram ontem um dia tenso, com baixas pesadas de Hong Kong a São Paulo e uma das maiores quedas da história da Bolsa de Nova York. O clima do crash de outubro de 1987 foi revivido. Tanto que o pregão do maior mercado de ações do mundo terminou de maneira inédita, ao ser suspenso, pela segunda vez, após o Índice Dow Jones apontar um recorde de baixa de 554,26 pontos. A primeira suspensão durou meia hora quando a queda havia atingido 350 pontos. As ações em Nova York fecharam o dia com perdas de 7,18% - a décima primeira pior baixa porcentual de toda sua história. A Bolsa de Valores de São Paulo, por sua vez, fechou com baixa de 14,97%, a quarta maior da sua existência. Em apenas três dias, as ações perderam 28% de seu valor. O sinal de que os mercados viveriam um dia tumultuado foi dado pela Bolsa de Hong Kong, que voltou a cair 5,79%. Os pregões ocidentais, à medida que abriam, confirmavam o movimento de baixa generalizada. A perda em Nova York arrastou os papéis dos principais países latino-americanos. A bolsa mexicana perdeu 13,3%, antes de ter o pregão suspenso. A de Buenos Aires seguia a mesma tendência, caindo 13,73%. Nos dois casos, a reação dos investidores para fugir dos prejuízos atingiu parcialmente os mercados de câmbio. O mesmo, porém, não ocorreu no mercado de câmbio brasileiro. O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, por intermédio de sua assessoria de imprensa, disse que o nervosismo dos investidores ficou "restrito às bolsas" e "não houve contaminação de outros mercados, como o de câmbio e os juros". O Banco Central informou que os fluxos cambiais foram normais, incluindo a movimentação de recursos estrangeiros nos mercados acionários. Os contratos de câmbio futuro fecharam em alta. Na BM&F, tiveram elevações de 0,22% (novembro), 0,39% (dezembro), 0,48% (janeiro) e 0,59% (fevereiro). Os analistas de mercado se dividem a perspectiva de curto prazo. Para o presidente da Bolsa de Valores de Rio, Fernando Opitz, o mercado de ações pode reagir em breve, por causa da profundidade das quedas mais recentes. Para o ex-presidente da Bovespa Álvaro Augusto Vidigal a tendência negativa deve continuar. (O Estado de São Paulo, 28/10/1998: capa)*

O jornal se aproximava, nesta cobertura, muito das esferas de produção onde operam os investidores, especuladores, economistas e bancos. O discurso econômico, com todas as suas características, era o material lingüístico primeiro da cobertura. O *lead* do texto bem demonstra isso: *As bolsas de todo o mundo viveram ontem um dia tenso, com baixas pesadas de Hong Kong a São Paulo e uma das maiores quedas da história da bolsa de Nova York.* A produção de enunciados, com todas as suas características específicas, é, na maioria das vezes, um afazer humano. Por trás, por exemplo, de entidades, como a FAO, que divulga relatórios sobre a fome no mundo, há sempre, em última instância, um ser humano. Há, no entanto, alguns casos interessantes de instituições que produzem enunciados e geram atitudes responsivas. As bolsas de valores são algumas dessas instituições. Seus índices do pregão não pertencem ao mundo real e independente dos signos. Pelo contrário, se manifestam completamente através de signos e participam de um diálogo. Estes signos gerados pela bolsa são o resultado de uma ação coletiva desempenhada no pregões. São uma espécie de enunciados com múltiplos enunciadoreis. Nada, portanto, permite supor que o jornalista, ao tratar dos índices das bolsas, esteja

tratando com “fatos” que devem ser reproduzidos fielmente. Está, mais uma vez, tratando com signos gerados por pessoas participantes de uma esfera específica de produção. As bolsas são um fenômeno puramente humano e, portanto, semiótico.

Além disso, o dado relevante no início do texto de capa do Estadão é a aproximação estabelecida entre o jornalismo e os enunciados econômicos. Alguns indícios transparecem características dos gêneros econômicos, o diálogo, por exemplo, com outros enunciados próprios da esfera à qual pertencem os gêneros. Em “*O clima do crash de outubro de 1987 foi revivido*” há, claramente, uma série imensa de enunciados não explicitados, mas que compõem, dialogicamente, o texto. Em 1987, com o crash, uma série de enunciados foram produzidos com uma avaliação trágica, sinistra ou, ao menos, negativa. É isto que o texto permite concluir.

Mais adiante no texto, alguns itens lexicais confessam características dos enunciados econômicos: “*Tanto que o **pregão** do maior mercado de ações do mundo terminou de maneira inédita, ao ser suspenso pela segunda vez, após o **índice Dow Jones** apontar um recorde de baixa de **554,26 pontos**. A primeira suspensão durou meia hora, quando a queda havia atingido **350 pontos*** (grifos meus).” Termos como “pregão” e “índice Dow Jones” ocorrem, freqüentemente, nos enunciados econômicos. Outras expressões como “554,26 pontos” e “350 pontos” não têm o mesmo grau de pertencimento dos termos anteriores, mas só podem ser interpretados tendo em conta os gêneros onde ocorrem, dentro da esfera da economia. O mais importante é, no entanto, toda a visão de mundo, o olhar que estes enunciados econômicos lançam sobre a realidade. O economia não é só um campo de conhecimento, mas toda uma forma de enxergar a realidade. Este universo hermético de números e leis econômicas expressa valores sobre o mundo. Mesmo para o economista, a economia impõe suas formas características de se expressar e enxergar a sociedade. Por isso, é muito difícil, dentro desta esfera de produção, escapar da sua lógica.

Estes valores perpassam todos o texto. Não são apenas palavras que o jornalista cita, mas uma maneira específica de produzir valores axiológicos. Para boa parte dos leitores, os números da economia não têm interpretação muito clara. Só podem ser interpretados em sua integridade por quem domina os gêneros aos quais pertencem. Não basta conhecer os sistemas sintático, fonológico e lexical da língua. Da mesma forma,



conhecer a economia implica ter dificuldades para escapar da sua visão de mundo. Segundo Bakhtin (1992b: 301-302), sem os gêneros qualquer comunicação seria impossível. Este compreender o que o outro diz inclui reconhecer não só suas palavras, mas o espaço social de onde elas se originam. Não há palavra não valorada. Por isso, o texto do *Estadão* veicula uma visão profundamente ideológica

Os elementos característicos dos gêneros econômicos são indícios, também, da relação que o jornalista tem com os enunciados dos quais se serve. Para Bakhtin (1992, pp. 144-154), o que existe na consciência é a palavra que, a princípio, não era minha, mas de outrem. Ao me apropriar desta palavra ou me distanciar dela, mantendo-a em minha consciência como palavra alheia, eu me posiciono. Em tudo isso, preparo minha resposta à palavra alheia, ainda que não verbalize a minha resposta. Ou seja: oponho à palavra alheia minha própria palavra. Se acato, tomo uma posição; se rejeito, ainda assim tomo uma posição.

Há palavras, porém, que pedem meu reconhecimento mais que outras, pois se posso submetê-las à minha intenção elas já surgem, por sua vez, com uma intencionalidade específica. Desta forma, Bakhtin (1992: 144-166) distingue a palavra intrinsecamente persuasiva da palavra de autoridade. A primeira não se impõe como verdade e pede uma resposta, produz uma resposta, gera novas palavras em minha consciência. Assim são, por exemplo, os textos publicitários e alguns textos opinativos em jornal. A palavra de autoridade cobra respeito, exige ser reconhecida e não admite questionamento. Os dogmas da Igreja, por exemplo, são palavras de autoridade. Cobram o menor índice possível de refração. Exigem apenas que sejam repetidas, se aceitas, e só deixam a opção de relegá-las a segundo plano, se rejeitadas. Elas permitem uma refração muito menor que a palavra intrinsecamente persuasiva.

No caso dos enunciados de autoridade ou de instituições confiáveis, como as bolsas, o jornalista acata tais palavras, sem questioná-las ou opor a elas sua própria palavra. Mais que isso, o fato de não ser um membro daquela esfera de produção tão hermética que é a economia faz com que sua compreensão limitada não lhe permita compreender e assimilar o discurso alterando-o para torná-lo, por fim, palavra sua, não mais palavra alheia. Os enunciados são repetidos, sem maiores explicações, que seriam convenientes para o

gênero texto noticioso. Isto demonstra que há um profissional, com sua consciência, que capta de maneira pouco responsiva os enunciados com os quais produz seu texto. Por exemplo, no trecho *“Em apenas três dias, as ações perderam 28% de seu valor. O sinal de que os mercados viveriam um dia tumultuado foi dado pela Bolsa de Hong Kong, que voltou a cair 5,79%.”* não se explica por que Hong Kong é o sinal e o que significa um índice de 5,79% negativo. Outro exemplo: *“A bolsa mexicana perdeu 13,3%, antes de ter o pregão suspenso. A de Buenos Aires seguiu a mesma tendência, caindo 13,73%. Nos dois casos, a reação dos investidores para fugir dos prejuízos atingiu parcialmente os mercados de câmbio.”* Neste trecho se estabelece uma relação lógica entre queda da bolsa e mercado de câmbio. Esta relação só encontra explicação nos enunciados econômicos implícitos, com sua visão de mundo específica. Para o leitor pouco familiarizado com economia, escapa o nexos. Evidencia-se, mais uma vez, que o jornalista garimpa palavras numa outra esfera mas tem dificuldade para interpretá-las. Na sua consciência semiótica, as palavras penetram sem permitir-lhe uma apropriação desejável.

Todo o material lingüístico de que o jornalista se serve está perpassado pela intenção do mesmo, pelo movimento de manutenção das relações econômicas. As palavras propulsionam o movimento ideológico. As citações de personagens, escolhidos pela sua autoridade em relação ao tema, são tratadas como inquestionáveis, expressões da verdade: *“O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, por intermédio da sua assessoria de imprensa, disse que o nervosismo dos investidores ficou ‘restrito às bolsas’ e ‘não houve contaminação de outros mercados, como o de câmbio e os juros’.*

Em todos estes aspectos, uma única visão de mundo sobre o acontecimento é relatada. O texto todo não foge da lógica econômica que, neste caso, está profundamente comprometida com intenções ideológicas de manutenção do cimento social. Não há escapatória, nem perspectivas de exercício da utopia e do diálogo. O jornalismo submete-se ao horizonte axiológico dos gêneros econômicos.

No texto interno da mesma edição, estes horizontes axiológicos ficam mais explícitos. No trecho *“As ações de Nova York fecharam o dia com perdas de 7,18% - a 11ª pior baixa percentual de toda a sua história. No crash de 1929, a Bolsa de NY perdeu 12,8%. Em 1987, foi pior, com uma baixa de 22,6%.”* os índices, para os leigos, não

significam muita coisa. A principal função das comparações entre momentos de gravidade com a situação atual é transmitir a avaliação como muito alarmante. O trecho é, antes, avaliativo que informativo. O trecho anterior segue a mesma lógica: *“O clima de crash, comparável ao de outubro de 1987, foi revivido no centro financeiro do Ocidente, que terminou seu pregão de forma inédita: simplesmente foi suspenso, depois que o índice Dow Jones apontava recorde de baixa de 554,26 pontos.”* O jornalista se dá a liberdade inclusive de usar o advérbio “simplesmente”, que revela ou sua familiaridade com a esfera de produção econômica, ou o tom catastrófico como o tema tem sido tratado nesta esfera.

No final da matéria, o texto afirma: *“Os analistas de mercado se dividem sobre a perspectiva de curto prazo.* O espaço concedido aos “analistas de mercado” é proporcional à importância que é atribuída pelo jornalista às suas opiniões. No texto, enunciados polêmicos merecem menos crédito. A visão única, com respostas prontas e unificadas, carregadas da autoridade do seu locutor, ganha espaço. A forma de citação revela isso. Gustavo Franco, personagem central na questão, “declara”, “afirma”, “diz”. Quando se transmuda na instituição, trabalhando com dados técnicos, tem seu discurso encampado pelo jornalista, como no trecho *“Os contratos de câmbio futuro fecharam em alta.”*, transcrito sem aspas. É bem provável que esta informação tenha vindo no enunciado da assessoria do Banco Central. O jornalista o transcreve como se fosse dele, sua observação direta da realidade.

Com os especialistas, a citação é introduzida com “para o” ou “segundo”, que estabelece uma relação muito mais distante do jornalista. Ao usar “disse”, uma “declaração” é citada. Ao usar “para o”, apenas uma rele “versão”. A aceitação do discurso supostamente técnico ou de competência facilita, posteriormente, ao governo impor sua versão. Ninguém entende, mas concorda com as decisões do governo, pois estas estariam fundamentadas num já assimilado discurso técnico. O ‘texto competente’ impõe reconhecimento. Sua lógica e sua intenção estão totalmente marcadas pelo gênero onde é produzido, dentro de uma esfera de produção acostumada a pensar em termos de leis econômicas quase tão inexoráveis e verdadeiras quanto as leis da física.

O episódio da crise das bolsas teve, ao menos, dois aspectos relevantes. Primeiro, o governo se viu premido a tomar atitudes rápidas e impopulares para, segundo

sua versão e dentro da lógica da globalização, evitar uma crise como a vivida pelo México e, mais recentemente, pela Indonésia. Segundo, o governo teve que empreender uma batalha discursiva ferrenha para solidificar o cimento da ideologia, num momento de crise tão propício ao impulso utópico. Teve que convencer a população de que o remédio, amargo, era necessário e, mais que isso, o único caminho. Teve que convencer sua base de apoio, para que a atuação fosse unitária, como cabe ao movimento ideológico. Teve, por fim, que sufocar o impulso utópico das oposições e até de aliados, com suas tentativas ou devaneios utópicos que pudessem apontar para um mundo paralelo, para outra opção de sociedade. Teve que controlar os impulsos da população, pronta para sonhar o mundo de outra forma. O governo empreendeu, com a ajuda do jornalismo, um silenciamento do dialogismo, reduzindo ao máximo o diálogo a um monólogo com múltiplos enunciadores. Assim, seria possível, sem perdas, atribuir uma citação a qualquer um dos enunciadores de plantão. Afirmo Bakhtin, sobre a composição dos romances monológicos:

*If, in a monologic world, an idea retains its power to signify as an idea, then it is inevitably separated from the fixed image of the hero and is no longer artistically combined with this image: the idea is merely placed in the mouth of any other character. For the author it is important only that a given true idea be uttered somewhere in the context of a given work; who utters it, and when, is determined by considerations of composition, by what is convenient or appropriate, or by purely negative criteria: it must not jeopardize the verisimilitude of the image of him who utters it. Such an idea, in itself, belongs to no one. The hero is merely the carrier of an independently valid idea; as a true monologic context; in other words, it gravitates toward the systemically monologic worldview of the author himself. (1984: 79)*

A análise da literatura pode ser aplicada, facilmente, ao jornalismo. O jornalista, imbuído de ideologia, num gênero monológico transforma os locutores reais em personagens unívocos, sem contradições. Suas idéias, descaracterizadas da sua dialogicidade, podem ser expressadas de diversos pontos de vista sem expressar, no entanto, nenhuma divergência substancial, muito menos visões distintas de mundo, realidade diferentes. Interessa apenas que elas sejam ditas.

O governo conhece bem este jogo. Seu discurso é arranjado, orquestrado e pode ser feito por qualquer um dos seus membros. Talvez fosse possível até dizer que existe apenas um enunciador, o governo, que se expressa por diversas bocas. Este governo não tem contradições e, nisto, não apresenta semelhanças com personagens reais inseridos no

infinito diálogo humano. Uma pequena matéria na página B1 do mesmo *Estadão* ainda do dia 28 de outubro é ilustrativa:

***Para FH, 'não há razão para intranquilidade'***

*Queda das bolsas não preocupa porque indicadores da economia são positivos, diz presidente*

*Brasília – O presidente Fernando Henrique Cardoso faz da crise nas bolsas de valores a mesma avaliação que faz o ministro Pedro Malan (Fazenda) e ambos acham que a crise de ontem “não é razão para intranquilidade no caso brasileiro”, afirmou o porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral.*

A similaridade das opiniões se consubstancia na similaridade de intenções. Tanto Malan quanto FHC têm a dimensão clara do caráter responsivo dos enunciados e agem tendo em vista as reações do mercado às declarações dos membros do governo. Uma declaração pode ser, sob esta lógica, irresponsável, ainda que verdadeira e objetiva. A ação governamental faz parte da estratégia para afastar a crise. Os enunciados dos membros do governo visam gerar novos enunciados produzidos pelos jornais, onde o público, a situação histórica, quase tudo enfim terá mudado. Um enunciado não pode ser repetido, mas apenas apropriado por outro enunciado. Essa dimensão da sua responsabilidade o jornalismo deve ter, da mesma forma como as fontes, ou produtores de discurso, experientes têm. O fato de ser meio de comunicação de massa - MCM - faz com que o jornal tenha uma relação distinta com os enunciados que produz. Se nenhum enunciado pode ser repetido, ainda que possa ser citado, o jornalismo é responsável por tudo o que diz e produz novos enunciados que têm, como característica, a escrita, a ampla divulgação, a normatização e a hierarquia dos enunciados pela estrutura hierárquica do texto.

A ação estratégica do governo atua tanto através da produção de discurso nos jornais quanto por ações diretas sobre a economia. No dia seguinte à crise das bolsas, o *Estadão* saía, na capa do seu caderno de economia, com a seguinte matéria:

***BC vende US\$8 bilhões e barra especulação no câmbio***

*Governo fez sete leilões de venda de dólares para conter expectativas de desvalorização do real*

*O Banco Central conseguiu deter uma forte onda especulativa com o câmbio, iniciada logo pela manhã de ontem, quando as bolsas de valores apontavam para novas e profundas quedas. Por meio de uma bateria de sete leilões de venda de dólares e, mais tarde, quando o mercado se acalmou, com dois leilões de compra, o BC fez refluir as apostas no mercado futuro, que chegaram a apontar uma desvalorização de até 4,35% para o real em janeiro.*

O texto pode aparentar ser apenas a observação da realidade, de forma objetiva e precisa, pelo jornalista. Pensar o acontecimento assim é, no entanto, reduzi-lo a ponto de descaracterizá-lo e dificultar sua compreensão. O primeiro aspecto relevante é que há uma ação empreendida, isto é evidente, mas que não escapa da lógica dos signos. Uma mera ação só pode ter uma intenção e gerar uma resposta se for transformada ou ganhar valor sócio. O que o BC fez foi trabalhar com um bem que pode ter uma materialidade física (mas não necessariamente), o dinheiro, que serviria de suporte para a existência de signos. O dinheiro é apenas um signo, só importa se for signo. Se não for, não é dinheiro. Ainda que fosse uma ação com um bem não simbólico, ela só teria sentido se ganhasse valor simbólico. Não é possível haver uma resposta humana a ações ou objetos físicos. Nem tampouco podem estes carregar uma intencionalidade. E, neste caso, é muito claro que o BC age com a intenção de deter a especulação e que isto se faz produzindo uma resposta nos investidores. O BC tem uma intenção, pressupõe e gera uma mensagem. Só os enunciados têm esta característica. Uma reação a um acontecimento meramente físico ou fisiológico é também meramente física ou fisiológica.

O presidente do BC confessa, num trecho da matéria, toda a intenção da venda de dólares. “*‘Aguardem novas emoções’, brincou Franco em entrevista após o fechamento dos mercados. ‘Essa espuma financeira não vai atrapalhar o curso de nossa economia, o Brasil real continua exatamente onde estava.’*”

O enunciado produzido pelo BC ao vender dólares se insere no texto jornalístico já valorado. “*O BC não hesitou em usar o arsenal à sua disposição*”: neste trecho, o enunciado do BC e suas intenções são analisados positivamente. O jornalista ou o jornalismo já raciocina com a lógica econômica. Ou, em outros termos, a consciência semiótica do jornalista já aceitou e está impregnada dos enunciados econômicos e é com eles que o profissional entende os acontecimentos. Esta submissão ao discurso técnico transparece quando o jornalista o assume como seu. Tais palavras, evidentemente, não lhe pertencem originariamente, nem tampouco aos gêneros com os quais está acostumado, nem à esfera de produção a qual está ligado profissionalmente. Um exemplo: “*Ele (o presidente do BC) destacou que o investidor que participa da privatização faz cálculos para*

*empreendimentos de longo prazo. Esses cálculos não são afetados ou são afetados apenas de forma marginal pelos acontecimentos de curto prazo.*” Na última oração, o jornalista assume as palavras como suas ainda que todos os indícios apontem que pertençam, originalmente, ao presidente do BC.

Já nesta matéria, o governo inicia uma ofensiva. Além de tomar cuidados para coibir o diálogo e a utopia, reforça sua ideologia, defende seus projetos e lança sobre o impulso-utópico a culpa pela crise. *“Franco também defendeu a necessidade de reformas constitucionais. ‘As reformas são importantes para o Brasil se defender das turbulências’.* A crise, nos termos de Franco, seria mais facilmente contornável se alguns deputados não insistissem em apontar alternativas e ficassem, por isso, impedindo as reformas que quer o governo.

O *Estadão* já se encontra, a esta altura dos acontecimentos, captado pelo discurso ideológico do governo. Quando assimila, sem resistência, algumas palavrinhas aparentemente ingênuas, assimila junto todo o seu horizonte axiológico. *“Isso significa que o potencial de oscilação no Brasil é pelo menos o dobro do norte-americano, porque os riscos embutidos em mercados emergentes (grifo meu) são bem maiores do que em países desenvolvidos.”* (pag. B1)

O termo “mercados emergentes” está ligado a um contexto de globalização, em que a nova divisão internacional do trabalho reserva este nome aos países pobres que estejam empreendendo esforços para participar do mundo globalizado. A globalização não é um “processo histórico natural”, até porque tal naturalidade não existe na história. Ela é o desenvolvimento do capitalismo mundial, um projeto de sociedade que, evidentemente, não é o único. Portanto, “mercados emergentes” tem uma forte carga axiológica. Usar estas palavras sem o devido distanciamento é alinhar-se a todo um discurso capitalista. O jornalismo pode se alinhar ao que bem entender, só não pode fazer isso ingenuamente nem tentando fazer sua visão ser a única, como se fosse expressão da verdade. Não pode, em suma, atentar contra o diálogo real.

O sentido e a intenção de “mercados emergentes” não existem previamente, mas dentro de enunciados, estes sim, unidades reais de interlocução. Os enunciados onde ocorrem estas palavras acabam por determinar seu sentido e sua intenção. Ao comprar

algumas palavras, como “mercados emergentes”. o jornalismo não percebe que compra também toda carga semântica que estas palavras carregam.

O texto jornalístico oculta o diálogo que é estabelecido entre o jornalista e sua fonte no processo de obtenção da matéria prima que vai compor o texto noticioso. Este diálogo oculto é facilmente identificável, da mesma forma como é fácil identificar que um diálogo se estabelece ao telefone, ainda que só possamos ouvir um dos interlocutores. Ainda no dia 29, numa matéria de capa, o *Estadão* trazia o seguinte texto: “(Gustavo) Franco não acredita que os investidores interessados na privatização desistam dos seus planos por causa da crise.” A negativa do presidente do Banco Central traz consigo o contra-argumento “os investidores interessados na privatização podem desistir dos seus planos por causa da crise” que deve ter sido exatamente o fundamento da pergunta do repórter no diálogo com Franco. Estaria, aí, estabelecido um diálogo. Do que se trata, no entanto, é de um monólogo com uma coloração dialógica. A pergunta do jornalista se funda na mesma lógica que rege a resposta, está imbuída da temática e construção composicional dos enunciados econômicos. É ideológica e monológica na medida em que não se propõe a desdobrar uma nova possibilidade de mundo, apontar para uma saída utópica e estabelecer um diálogo real entre vozes dissonantes. A pergunta serve como justificativa de um monólogo que não encontrava razão para surgir. O enunciado-pergunta do jornalista é só o pretexto para o enunciado-resposta.

Isto não anula a potencialidade real do jornalismo de obter diálogos ocultos realmente dialógicos. Mas o jornalismo insiste no monólogo. A matéria de capa do dia 30 de outubro de 97 do *Estadão* estava toda calcada em declarações do presidente Fernando Henrique.

***Bovespa volta a cair e FH defende reformas***

*Presidente cobra urgência do Congresso nas mudanças constitucionais*

*O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a cobrar rapidez do Congresso na aprovação das reformas, ontem, dia em que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) tornou a cair, fechando em baixa de 6% e contrariando tendências de alta do mercado internacional. Para FH, a entrada em vigor das novas medidas constitucionais possibilitaria equilibrar as contas públicas, deixando o País menos exposto a especulações externas. Ele elogiou o desempenho da equipe econômica durante a crise, que, em sua opinião, mostrou ao mundo que o Brasil tem*



*um projeto sólido de desenvolvimento e investimento. Em entrevista à tarde, após troca de guarda no Palácio do Planalto, FH dirigiu-se aos partidos de oposição pedindo que evitem emperrar o curso das reformas. "Não façam oposição ao Brasil", advertiu. "Não se preocupem com eleição e me derrotem se forem capazes".*

O discurso de Fernando Henrique tenta impor um monólogo. Desde o primeiro parágrafo, estabelece um mundo em mão única, aquele que evolui ininterruptamente para o progresso. Assim, os problemas econômicos são resultado da lentidão em promover os aperfeiçoamentos necessários. A história tem múltiplos caminhos, mas FH tenta fazer ver que o caminho é um só. Com esta intenção, cobra rapidez do Congresso, estabelecendo que o problema é a vagarosidade no caminhar. Com isso, apaga das possibilidades de interpretação qualquer questionamento sobre a escolha do caminho. Apontar possibilidades alternativas, ou seja, opor a utopia ao momento histórico é tudo que o discurso de FH tenta evitar. Assim, tudo está correto. A equipe econômica agiu, e bem, da única forma que poderia agir. O potencial utópico é atacado mesmo antes de ganhar forma. As soluções alternativas que a oposição, a voz dissonante, possa defender são, de pronto, avaliadas como oposição ao Brasil.

A ideologia opera desta forma, excluindo o que lhe é diferente. Num passado não muito remoto, a ditadura militar tentou, com armas mais rudes, silenciar completamente a dissonância. No bojo deste projeto ideológico, cunhou o slogan "Brasil: ame-o ou deixe-o", com a mesma estratégia empregada por FH.

O discurso de FH pode ser eticamente reprovável, se for reprovável agir de forma ideológica tentando converter o diálogo em monólogo. No entanto, tal atitude, reprovável ou não, é própria das disputas políticas. A organização de um partido de oposição, como o PT, por exemplo, se faz transformando o impulso utópico no ingrediente que funciona como ideologia dentro do partido e como utopia na disputa com o projeto instituído, enquanto o projeto não torna-se ideológico, chegando ao poder.

O jornalismo, no entanto, comete um pecado terrível ao não explorar o que tem de melhor: seu potencial dialógico.

A voz do governo, com seus múltiplos locutores, hegemonizou a cobertura da imprensa na crise de que resultou o pacote 51. Ao conseguir esta hegemonia, o governo conseguiu também a hegemonia ideológica, pois não há língua sem valoração. No dia 31 de

outubro, a capa do *Estadão* saía com um texto extraído, quase integralmente, de enunciados produzidos por locutores governamentais. O texto, de capa, era o seguinte:

**Juros disparam para defender o real**

*Objetivo da medida é conter a saída de divisas por causa da fuga de capital externo da bolsa*

*Em uma dura medida para defender o real, governo decidiu, no início da noite de ontem, elevar os juros básicos da economia de 1,58% ao mês para 3,05%. O aumento é de grandes proporções, pois a inflação anual está na faixa dos 4%. Ao ano, as taxas mínimas passam a ser de 43,4%. Até ontem, a taxa estava projetada para 20,7%.*

No título, a escolha do verbo “disparar” é própria do texto noticioso. O jornalismo pode transformar em notícia tudo aquilo que escapa dos acontecimentos rotineiros. Assim, os verbos preferidos são aqueles que estão ligados a situações extremas e são utilizados em enunciados com o fito claro de provocar espanto, admiração, temeridade. Se o verbo é uma escolha própria do gênero, o resto da manchete segue a lógica do governo. O aumento do juros objetivava convencer o capital internacional a não procurar outros mercados. Este poderia ser o título: “Juros disparam para evitar fugas de capital”. Mas a escolha foi de privilegiar os enunciados do governo, que insistiam que era a moeda e a estabilidade que estavam em jogo. A defesa da moeda, isso é público e notório, tem sido o argumento mestre do governo para implementar todos os seus projetos, tenham eles relação com a estabilidade econômica ou não. Todos os enunciados do governo seguem esta temática. Por trás do enunciado do *Estadão*, esconde-se um mal disfarçado discurso governamental.

O texto é, da mesma forma, permeado pelo discurso do governo, alinhavado com o discurso competente da economia. O adjetivo “dura” da primeira linha pode parecer uma avaliação do jornalista acerca dos acontecimentos. É bem mais provável que seja uma avaliação corrente na esfera de produção econômica. Seria do jornalista na medida em que este fosse, de alguma forma, integrante desta esfera, um estudioso das ‘leis econômicas’. A avaliação de que o aumento é de “grandes proporções” segue pela mesma linha. O mesmo termo, referindo-se às medidas do governo, seria usado por Fernando Henrique Cardoso, no dia 5 de novembro de 97, em um discurso. Diria o presidente: “*Tive de tomar, como o País todo sabe, medidas duras, mas necessárias para assegurar o valor do real e a confiança que nós todos temos nele.*”

Esta suposta incapacidade de o jornalista expressar uma avaliação particular não é, de forma alguma, preconceituosa. Menos que incapacidade, o gênero discursivo noticioso impõe ao profissional que se vale dele uma espécie de anulação da subjetividade. O jornalista deve trabalhar para que suas próprias escolhas e palavras não componham o texto. Assim, ao se apropriar das palavras com as quais vai compor seu enunciado, o repórter tenta ou torna-se um meio o menos refratário possível ou manter distanciamento das supostas citações diretas.

No trecho que começa com “o governo decidiu...”, a matéria prima do jornalista não é a decisão, mas o enunciado que comunicou esta decisão. Portanto, o gesto do governo se encarna em signos para, só então, poder compor o texto jornalístico. a própria decisão se faz por meio do diálogo, individual, na consciência semiótica de quem decide, ou intersubjetiva, numa reunião de membros do primeiro escalão do governo.

No trecho seguinte, o jornalista assume por completo a avaliação do governo como sua. *“O objetivo é estancar a saída de divisas e conseqüentemente a queda das reservas internacionais, já reduzidas nos últimos dias por causa da fuga de capital externo da bolsa, em meio do movimento de baixa que ocorre em escala mundial nos mercados de ações.”* E acrescenta, como se fosse uma conclusão sua e uma espécie de contravoz ao discurso governamental: *“Na prática, com o encarecimento do crédito, o crescimento da economia ficará mais lento.”*

O enunciador, uma destas esferas coletivas de produção de enunciados, vem à tona trazendo consigo toda a sua autoridade: *“A decisão foi tomada numa reunião extraordinária do Comitê de Política Monetária (Copom), no fim de mais um dia tenso, em que novamente as principais bolsas de valores do mundo caíram.”*

As únicas vozes que escapam da esfera governamental são as dos investidores, no trecho seguinte: *“Investidores internacionais, apreensivos, se declaram preocupados com os mercados latino-americanos, que foram duramente castigados e apresentaram as maiores quedas.”* Se, no entanto, não fazem parte do governo e seus órgãos, os investidores, integrantes da esfera econômica, compartilham a mesma visão ideológica do mundo. Seus enunciados estão regrados pela idéia de que se deve preservar um mundo posto, sem ressalvas para possibilidades utópicas de sociedade.

As bolsas formam, novamente, um coral afinado a denunciar a crise do capitalismo: “São Paulo liderou a baixa, com 9,82%, seguida por Buenos Aires, com 9,12%, e México, com 3,45%.” Este coral, por produzir enunciados, poderia gerar respostas que tendessem ao diálogo e à utopia. Talvez, de fato, produzam, mas o jornalismo as silencia.

- No último trecho, há uma aparente diversidade.

*O Banco Central chegou a ser obrigado a atuar para acalmar o mercado financeiro, ampliando a oferta de reais. O governo e seus aliados políticos começaram a ter opiniões divergentes sobre a continuidade do programa de privatização. O presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou que “persistindo esse cenário, a coisa mais lógica a fazer é adiar o programa”. Já o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, disse que não se pretende promover nenhuma alteração nas datas dos leilões.*

No entanto, o que existe de fato é apenas uma coloração divergente. Tanto o senador Antônio Carlos Magalhães quanto o ministro Antônio Kandir falam do mesmo ponto, da mesma esfera, com a mesma lógica, temática, escolhas lexicais, estilo e construção composicional. Sua divergência ainda não é relevante.

A polêmica de fato surge dentro do mesmo movimento ideológico. O banco Morgan Stanley afirmava que o Brasil seria a “bola da vez”, no dominó da crise internacional. O texto publicado no Estadão, neste episódio, serve como régua para o tipo de organização de enunciados que o jornalismo emprega. O gênero texto noticioso, na sua construção composicional, mantém uma hierarquia. No jornalismo, ela é chamada de pirâmide invertida. O texto deve começar pelo assunto mais relevante indo, de forma decrescente, ao menos relevante. Assim, o título, subtítulo, *lead*, *sublead* e demais parágrafos estão em ordem decrescente de importância. Em suma, os enunciados que compõem o texto são organizados hierarquicamente.

A forma como o jornalista organiza os enunciados dos quais se serve indica suas relações com os enunciadores. O governo, no caso do Pacote 51, é uma das fontes mais privilegiadas e, com isso, consegue impor sua ideologia.

Quando o banco Morgan Stanley deixa vaziar sua avaliação, o jornal sai com a manchete, na página B3, “*FH diz que Brasil não é a ‘bola da vez’*”. Há uma situação dialógica, talvez incentivada pelos jornalistas, onde dois enunciados se colocam em

situação de oposição. Cronologicamente, o enunciado do Morgan Stanley surgiu primeiro, foi a razão do enunciado-resposta de FH. Hierarquicamente, para o *Estadão*, o enunciado de FH vem primeiro<sup>43</sup>. O texto começava, no *lead*, com a declaração do presidente. “*Brasília – O presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo o porta-voz Sérgio Amaral, disse ontem que o Brasil ‘não é a bola da vez’ e considera normal o fato de ter sido necessário utilizar parte das reservas monetárias para conter ataques ao real.*”

O enunciado do Morgan Stanley só aparece no terceiro parágrafo, ainda assim encampado por uma declaração do presidente. “*O presidente considera desmentida pelos fatos a avaliação feita pelo banco de investimentos Morgan Stanley, de que o Brasil seria ‘a bola da vez’ para os especuladores globais.*” A construção composicional do texto, incluindo a ordem em que estão organizadas as vozes sociais que dialogam nesta polêmica, demonstra o privilégio dado ao discurso governamental, mesmo quando sua contraparte goza de uma autoridade institucional.

O movimento monológico brasileiro está inserido na monologia mundial pós-queda do muro de Berlim. A ausência de utopias produziu um mundo em via única, profundamente ideológico. Por isso não espanta a manchete do dia 1º de novembro: “*FMI aprova decisão e espera mais de FH*”, sobre a decisão de subir os juros. Se a existência do enunciado do FMI não espanta, seu papel, na orquestração ideológica empreendida para evitar o impulso utópico, é evidente: reforça, enquadra, apoia, avalia positivamente as ações do governo.

No texto, o ateu (ou ex-ateu) Fernando Henrique Cardoso afirma: “*Só Deus sabe quando os juros vão baixar.*” Dois aspectos são interessantes para análise. Primeiro, a expressão eivada de fé não autoriza uma crítica sobre a sinceridade ou não da crença do presidente. Diversas expressões como “se Deus quiser” ou “graças a Deus” fazem parte da língua quase como expressões idiomáticas. Acontecem com tal frequência em determinados enunciados nos seus gêneros particulares que perderam muito da sua força expressiva, ficando muito mais com seu potencial avaliativo. Em suma, não há nenhuma contradição em um ateu dizer “meu Deus!”. A crítica pode ser formulada acerca da intenção do

---

<sup>43</sup> O texto jornalístico não se organiza cronologicamente. A organização em pirâmide invertida, ainda que implique escolhas, é uma prática comum.

discurso. Ao se aproximar de valores populares, fortemente arraigados na cultura, o presidente tenta se pôr, através do discurso, como participante de outras esferas de produção, menos afetas ao dinheiro e ao poder. O presidente tenta parecer um integrante do povo, agindo em benefício do povo. Tenta fazer o povo se identificar com ele e acatar seu projeto. O segundo aspecto é que a expressão “só Deus sabe” está carregada da avaliação de que as coisas são como são, seguem seu trajeto normal, como que por desígnio de supremas potências. O discurso religioso, do qual FH busca proximidade, faz parte de um universo profundamente ideológico, cheio de verdades definitivas e dogmas. Assim, não haveria nada a se fazer a não ser o que foi feito. O resto cabe a Deus. A naturalização e apagamento da divergência, apontando um caminho único, são próprios da ideologia. Como vivemos numa democracia de massas, o jornalismo é quem desempenha o papel de, pego pela mesma ideologia, ampliar, em sua própria voz, a voz do governo.

A polêmica vai surgir, com todas as suas tintas, no dia 2 de novembro. Uma pesquisa do instituto InformEstado, do *Estadão*, apontava que 24% dos entrevistados temiam o aumento do desemprego. Este temor chocava-se de frente com todo o movimento ideológico empreendido pelo governo, buscando, a um só tempo, contornar e diminuir os impactos da crise e legitimar ações drásticas e impopulares. Poderia ser o estopim de questionamento à condução da economia e ao modelo de sociedade implementado pelo Estado. A pesquisa também indicava que a população ainda confiava no real. A manchete na página B5 dizia: “*Crise não afeta confiança no real*”. As duas avaliações ocorrem juntas, resultado da heterogeneidade dos sujeitos e da sociedade. Uma aponta para a margem, para a fuga, para a alteração; a outra, para o centro, para a permanência, para a manutenção. O jornalismo privilegia o movimento ideológico em detrimento do impulso utópico. Mais que isso, cede à necessidade do governo de ter um nome unitário para uma série de políticas de longo prazo. O “real”, subentendendo aí “Plano Real”, confunde-se com estabilidade. Na lógica do governo, no entanto, todas as suas ações fazem parte do “real”. Tudo, enfim, compõe uma série de medidas de longo prazo visando a manutenção da estabilidade econômica. Logo, tudo está justificado.

Numa outra manchete na mesma página o jornal estampava: “*Alta de juros vai beneficiar poupança*”. Há, neste caso, uma categorização dos acontecimentos que

privilegia a ideologia. O título poderia ressaltar aspectos negativos, impulsionando a projeção utópica de novas realidades, como em “Crediário fica mais caro”. Ao categorizar a realidade, o jornal beneficia o governo, como se, para a população, quanto maiores os juros da poupança melhor. A mesma estratégia era utilizada na ditadura militar pela Globo, órgão oficioso do governo. Com os índices de inflação altos, o Jornal Nacional saía com a manchete “Poupança vai render 84,5%” e não “Inflação foi de 84%”.

Utopia e ideologia, de acordo com Paul Ricoeur, são forças opostas dentro da sociedade, mas que têm características semelhantes. Mais que isso, são um princípio de compreensão do mundo e ação individual. O homem as produz da mesma forma como tem necessidade de individualidade ao mesmo tempo que busca interagir e se misturar com uma coletividade. Durante a crise das bolsas, utopia e ideologia empreendiam uma disputa. Neste contexto, no dia 4, o Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – era a origem dos enunciados que compunham a matéria da página B4.

***Dieese estima aumento do desemprego***

*Com a alta dos juros, empresas devem reprogramar a produção e lojistas evitar contratação, diz economista*

*O aumento dos juros deve se refletir no índice de desemprego na Grande São Paulo já neste mês. O impacto imediato se dará por conta da reprogramação da produção da indústria e da esperada decisão dos lojistas de não contratar trabalhador temporário. Até hoje, o comércio e serviços eram setores que vinham compensando a tendência de reduzir quadros na indústria. Agora não deve haver nenhum ramo da economia que segure, de forma satisfatória, o desemprego, segundo o coordenador de Produção Técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Antônio Prado.*

O Dieese é mantido por sindicatos. Estes, por seu turno, desempenham um papel normalmente questionador do modelo econômico que está sendo implantado no Brasil, principalmente os sindicatos cutistas. O Dieese é o instrumento que o movimento sindical criou para não ficar refém dos institutos de pesquisa ligados ao governo. Ou seja: para enfrentar o discurso técnico ideológico, os sindicatos criaram um instrumento para produzir discurso técnico utópico. Para o jornalismo, é uma fonte de enunciados com um viés contestador, propulsor utopias. O texto do *Estadão* está, ao usar os enunciados do Dieese, vinculando-se, de alguma forma, à contestação, dando-lhe foros de comunicação de massa. Isto acontece porque, passado o susto inicial, as forças sociais de oposição à

ideologia, começam a se aglutinar e produzir discursos, que ganham espaço ou se impõem, em menor grau que o discurso governamental, ao jornalismo.

A intervenção do Dieese fazia parte do primeiro momento quando as forças sociais contrárias ao discurso do governo começavam a se aglutinar. Até então, o discurso do governo ocupava toda a cena discursiva. Na página B5, a matéria principal dizia:

***PT rejeita apelo para acelerar reformas***

*Partido recomenda em nota revisão da política de âncora cambial e da abertura comercial*

*O líder do PT na Câmara, José Machado (SP), avisou ontem que a bancada do partido não vai acatar o pedido do presidente da Casa, Michel Temer (PMDB-SP), para acelerar as reformas. 'Estamos encarando a convocação de Temer como uma mera chantagem ao Congresso', contou.*

O jornalista organiza, estabelecendo a hierarquia de importância, o texto, dando ênfase aos enunciados da oposição que negam o discurso do governo. Ou seja, privilegia a resposta negativa. Só depois, o texto continua com as propostas do PT para a solução da crise. Nas propostas, um potencial utópico é exposto. As soluções visam mudar a política econômica do governo: *"Entre as oito medidas sugeridas estão revisão das políticas de abertura comercial e de âncora cambial, reorientação dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suspensão de privatizações de empresas estratégicas."* Era exatamente este discurso que o governo tentava apagar desde o início da crise, quando um potencial questionamento latejava. Quando os enunciados carregados da intenção de alteração da sociedade, que se colocam como incentivadores do diálogo e frutos do impulso utópico, se impõem, o jornalismo, com os mecanismos do texto noticioso, minimiza o seu eco. A manchete poderia ser: "PT propõe alternativas para sair da crise". Mas a recusa da ideologia teve prioridade e não a exposição da utopia. A utopia surge como negação e não como afirmação.

Curiosamente, o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, percebia, talvez de forma inconsciente, os procedimentos discursivos da ideologia. O último parágrafo da matéria relata: *"'Cautela e humildade não fazem mal a ninguém', avisou (Lula). 'O governo está sentado em cima do problema e precisa deixar de ser arrogante, eles dão a entender que só eles é que sabem e nós somos 160 milhões de ignorantes'."* O



que Lula percebe como arrogância não passa do mais incisivo movimento ideológico, tentando estabelecer a sociedade monológica.

A crise das bolsas resultou, como divulgou a imprensa, no Pacote 51. O projeto de governo de Fernando Henrique Cardoso foi mantido e talvez seja um dos principais fatores do aumento do desemprego e da diminuição da atividade econômica. O jornalismo desempenhou, neste episódio, um papel fundamental, dentro das suas características. Contribuiu, refletindo uma única lógica, com a hegemonia axiológica do governo.

## Conclusão

- Uma última questão parece inevitável, ou, pelo menos, demasiadamente sedutora para ser ignorada: se ideologia e utopia são, com seus traços positivos e negativos, contrapartes fundamentais da forma imaginária de ver o mundo, é possível se colocar em alguma esfera acima destas expressões meramente interpretativas? Talvez Paul Ricoeur respondesse a pergunta com uma negativa. Utopia e ideologia seriam tão fundamentalmente humanas quanto as próprias palavras. Não haveria, portanto, como dizer sobre utopias e ideologias sem ser ideológico e/ou utópico. Não haveria, em parte alguma, compromisso possível com a verdade. A meu ver, isto descarta, de pronto, qualquer possibilidade de neutralidade e de objetividade do jornalismo impresso, meu objeto.

Para esta tese, ou este texto, a questão é a mesma e foi colocada, preliminarmente, no Capítulo II. Por isso, não há como escapar de ser utópico ou ideológico ou, o que parece mais sensato, ambos. Mas prefiro pensar que reforço, de alguma forma, o impulso utópico, lançando sementes onde só tentam solidificar o cimento. O jornalismo tem empreendido esforços históricos, como a ciência, para se credenciar como a voz que cala as divergências, porque, como nenhuma outra, narra a realidade. Os críticos, todos, são, desta forma, propulsores da utopia ou patrulheiros da ideologia. Cobram que o jornalismo assuma suas limitações ou que entre nos trilhos para cumprir sua missão de informar, de forma tão neutra e objetiva quanto for possível. Contra esta petrificação, parece justo ser utópico.

Curiosamente, o conceito novo que descredencia o jornalismo objetivo e a objetividade deste trabalho encontra, na literatura, o espaço propício para se espriar, seja na *Pasárgada* escapista e saudável de Manuel Bandeira ou na insensata busca de Dulcinéia por Dom Quixote, com seus gigantes inventados para justificar sua nobreza utópica. As anti-utopias, ideologias exacerbadas, também habitam, em grande número, a literatura, seja no mundo bélico e sem escapatória de *1984*, de George Orwell, ou no Brasil sem piedade de *Não verás país nenhum*, de Inácio de Loyola Brandão.

No balanço final, minha conclusão é que o jornalismo guarda com a literatura muito mais semelhanças do que desejaria. São distintos, isto é ponto pacífico, mas não escapam de serem as duas expressões mais evidentes de produção discursiva das sociedades organizadas. Quase sem perceber, esta tese reconheceu, desde o princípio, esta similaridade. Os conceitos de utopia e ideologia não são os únicos que confessam esta postura. Bakhtin voltou seu olhar, com maior intensidade, para a literatura, com obras como *Problemas da poética de Dostoievski* e *Cultura popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais* ou com o texto *O autor e o herói*, publicado em *Estética da criação verbal*. Até por isso, ganhou grande expressão nos estudos literários.

Suponho que, no final das contas, este trabalho tentou desalojar certezas do jornalismo e trazê-lo mais próximo da literatura, ao menos nas formas como ele pode ser lembrado. As similaridades são muitas. O jornalista é um narrador, com uma quantidade imensa de heróis que só se distinguem dos heróis da literatura por serem reais. De resto, representam visões de mundo, manifestam-se com palavras e lutam por seus interesses como qualquer personagem. E é este o principal argumento para defender que o jornalismo tenha um tratamento mais gentil com as palavras alheias, que são quase tudo com que ele trabalha. Se um critério para identificar boa literatura é a complexidade dos personagens, ele também serve para o jornalismo, que banaliza suas fontes com imensa facilidade, simplifica seres humanos e torna as palavras menos contraditórias e polissêmicas. Não se adapta aos seus personagens. Pelo contrário, obriga-os a se adaptarem ao jornalismo.

Por fim, resta dizer que a literatura, se buscasse ser neutra e objetiva, nada teria a ganhar. Nem tampouco esta questão se levanta. Tais conceitos, para a teoria literária, são inoperantes. O jornalismo estará num caminho tão equivocado quanto a literatura estaria se cedesse a essa busca pela quimérica objetividade. O conceito é enganador. Não serve para o jornalismo, nem como parâmetro para a atividade profissional, nem como instrumento de análise e crítica. O massacre que o jornalismo promove contra a palavra dos seus personagens, principalmente os que estão na margem da sociedade, é o pior que ele pode fazer e não tem nada a ver com objetividade ou parcialidade.

Tem a ver, isto sim, com monólogo e com diálogo, com a transformação de diálogos (reais) em monólogo (jornalístico), uma prática tão corriqueira quanto indesejável.

## Referências bibliográficas

- Adorno**, Theodor W. e **Horkheimer**, Max (1947). *Dialética do esclarecimento*. RJ: Jorge Zahar, 1985.
- Althusser**, Louis (1969). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* in **Zizek**, Slavoj *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- Bakhtin**, Mikhail (1984). *Problems of Dostoevsky's poetics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- Bakhtin**, Mikhail (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- Bakhtin**, Mikhail *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec e Unesp, 1993.
- Bakhtin**, Mikhail *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.
- Bakhtin**, Mikhail. *A cultura popular na idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1993b.
- Bandeira**, Manuel. *Estrela da Vida Inteira* (poesias reunidas). Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.
- Bernardo**, Gustavo (1985). *Redação inquieta*. São Paulo: Globo, 1991.
- Brookes**, Heather Jean. 'Suit, tie and touch of juju' – the ideological construction of Africa: a critical discourse analysis of news on Africa in the British press. *Discourse and Society*, vol. 6(4): 461-494, 1995.
- Bucci**, Eugênio. *O peixe morre pela boca*. SP: Scritta, 1993.
- Cervantes Saavedra**, Miguel. *Dom Quixote de la Mancha*. São Paulo: Cultura, 1978.
- Chauí**, Marilena (1980). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Châtelet**, François (1994). *Uma história da razão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- Dascal**, Marcelo e **Borges Neto**, José. *Do que trata a lingüística, afinal?* In *Anais do ?? Congresso da Alfal*, s.d.

- O Estado de São Paulo.** Edições de 28 de outubro a 5 de novembro de 1997.
- Fairclough.** Norman (1995). *Media discourse*. London and New York: Edward Arnold, 1995.
- Faraco,** Carlos Alberto (1991). *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.
- Folha de São Paulo.** *Manual geral da redação*. 2. ed. São Paulo, 1987.
- Fontaine.** Jaqueline (1974). *O círculo lingüístico de Praga*. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1978.
- Foucault,** Michel (1969). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- Foucault,** Michel. *A ordem do discurso*. SP: Loyola, 1996.
- Frus,** Phyllis (1994). *The politics and poetics of journalistic narrative*. Cambridge: University Press, 1994. pp. 90-119.
- Gadet,** F. e **Hak,** T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- Gardiner,** Michael (1992). *The dialogics of critique*. London: Routledge, 1992.
- Genro Filho,** Adelmo (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Poá: Tchê!, 1987.
- Gnerre,** Maurizio (1991). *Linguagem, escrita e poder*. SP: Martins Fontes, 1991.
- Gumperz,** J.J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- Habermas,** Jürgen. *Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa in Coletivo de autores de imprensa. Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.
- Halliday,** M. *Language as social semiotic*. Edward Arnold: 1978.
- Hobsbawm,** Eric (1994). *A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- Imprensa.** São Paulo: Feeling, 1995-1998.
- Jakobson,** Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- Jakobson,** Roman (1970). *Linguística, poética, cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

- Jalbert, Paul L.** *Critique and analysis in media studies: media criticism as practical action.* Discourse and Society, vol. 6(1): 7-26. 1995.
- Kunczik, Michael** (1988). *Conceitos de jornalismo: norte e sul.* São Paulo: Edusp, 1997.
- Lage, Nilson.** *Linguagem jornalística.* São Paulo: Ática, 1990.
- Lage, Nilson.** *Ideologia e técnica da notícia.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- Lavandera., Beatriz R.** *Decir e aludir: una propuesta metodológica.* FIL. XX, 2, Buenos Aires, 1985: 21-31.
- Lins da Silva, Carlos Eduardo.** *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional entre trabalhadores.* SP: Summus, 1985.
- Loyola Brandão, Ignácio de.** *Não verás país nenhum: memorial descritivo.* São Paulo: Global, 1991.
- Löwi, Michael.** *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.* São Paulo: Cortez, 1994.
- Mannheim, Karl.** *Ideologia e utopia.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- Manual de redação e estilo**/Organizado e editado por Eduardo Martins. SP: O Estado de São Paulo, 1990.
- Marcodes Filho.** *O capital da notícia: jornalismo como produção material da segunda natureza.* SP: Ática, 1989
- Marx, Karl e Engels, Friedrich** (1933). *A ideologic alemã.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- Marx, Karl** (1944). *Crítica do direito de Hegel - Introdução.* Revista Temas de Ciências Humanas, volume dois. São Paulo: Editorial Gualbo, 1977.
- Matos, Olgária C. F.** *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo.* SP: Moderna, 1995.
- McNair, Brian** (1994). *News and journalism in the UK.* London and New York: Routledge, 1994.
- Medina, Cremilda de Araújo.** *Notícia: um produto à ver.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- Messagi Jr., Mário.** *Uma orquestra desafinada: curso sindical e discurso governamental na cobertura da greve dos petroleiros de maio/95.* Mimeo, agosto de 1996.

- Pignatari, Décio.** *Informação, linguagem, comunicação.* São Paulo: Cultrix, 1997.
- Rae, John e Drury, John.** *Reification and evidence in rhetoric on economic recession: some methods used in the UK press, final quarter 1990.* Discourse and Society, vol. 4(3): 329-356. 1993.
- Revista de Comunicação.** RJ: Agora Comunicação Integrada 1991-1998.
- Ricoeur, Paul** (1986). *Ideologia e utopia.* Lisboa: Edições 70, 1986.
- Martín Rojo, Luisa.** *Division and rejection: from the personification of the Gulf conflict to the demonization of Saddam Hussein.* Discourse and Society, vol. 6(1): 49-80. 1995.
- Rossi, Clóvis** (1980). *O que é jornalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1991.
- Sábato, Ernesto** (1951). *Homens e engrenagens.* Campinas, SP: Papirus, 1993.
- Schneider, Michel.** *Ladrões de palavras.* Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- Saussure, Ferdinand de** (1916). *Curso de lingüística geral.* São Paulo: Cultrix, 1995.
- Silva, Carlos Eduardo Lins da** (1985). *Muito além do jardim botânico.* São Paulo: Summus, 1985.
- Smith, Anthony.** *The long road to objectivity and back again: the kinds of truth we get in journalism in Newspaper history: from the seventeenth century to the present day.* Ed. by G Boyle; J. Curran & P. Wingate. London: Canstable, 1978.
- Sodré, Nelson Werneck.** *História da imprensa no Brasil.* São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- Teixeira Coelho Netto, J.** (1980). *Semiótica, informação e comunicação.* São Paulo: Perspectiva, 1990.
- Túlio Costa, Caio.** *O relógio de Pascal: a experiência do primeiro ombudsman da imprensa brasileira.* SP: Siciliano, 1991.
- van Dijk, Teun A.** *Introduction: dialogue as discourse and interaction.* Handbook of discourse analysis, vol. 3, 1-11. Academic Press London, 1985.
- van Dijk, Teun A.** *Introduction: levels and dimensions of discourse analysis.* Handbook of discourse analysis, vol. 2, 1-11. Academic Press London, 1985.
- van Dijk, Teun A.** *Discourse semantics and ideology.* Discourse and Society, vol. 6(2): 243-289. 1995.
- Weaver, Warren.** *A teoria matemática da comunicação* in **Cohn, Gabriel** (org.). *Comunicação e indústria cultural.* SP: Nacional, 1975.

**Wiener, Norbert** (1950). *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1993.

**Williams, Raymond** (1971). *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

### **Referências cinematográfica e discográfica**

**1984.** Michael Radford (dir). London, UK: Virgin Cinema Films Ltd, 1984.

**Para viver um grande amor.** Chico Buarque. São Paulo: Polygram, 1983.